

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

TÚLIO GONÇALVES GOMES

**A CONSTRUÇÃO DOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO:
repertórios interpretativos das revistas Veja e Carta Capital sobre a operação Lava-Jato**

UBERLÂNDIA-MG
2016

TÚLIO GONÇALVES GOMES

**A CONSTRUÇÃO DOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO:
repertórios interpretativos das revistas Veja e Carta Capital sobre a operação Lava-Jato**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios – FAGEN da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Linha de pesquisa: Organização e mudança

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros

UBERLÂNDIA-MG
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G633c Gomes, Túlio Gonçalves, 1986-
2016 A construção dos escândalos de corrupção : repertórios
interpretativos das revistas veja e carta capital sobre a operação lava-jato
/ Túlio Gonçalves Gomes. - 2016.
110 f. : il.

Orientadora: Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Administração - Teses. 2. Corrupção na política - Teses. 3.
PETROBRÁS - Teses. 4. Comunicação de massa - Aspectos políticos -
Teses. I. Medeiros, Cíntia Rodrigues de Oliveira, 1963-. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Administração.
III. Título.

CDU: 658

TÚLIO GONÇALVES GOMES

**A CONSTRUÇÃO DOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO:
repertórios interpretativos das revistas Veja e Carta Capital sobre a operação Lava-Jato**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios – FAGEN da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Uberlândia - MG, 22 de dezembro de 2016.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Francis Kanashiro Meneghetti
Universidade Federal Tecnológica do Paraná

Prof. Dr. Pablo Isla Madariaga
Universidad Técnica Federico Santa María – Santiago/Chile

*À minha amada mãe, que tanta falta nos faz,
dedico não só esta dissertação, mas toda a
minha vida.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros, pelo apoio, compreensão, paciência, e pela sensibilidade de me propor um tema que me instigasse.

Ao Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior, que nos ministrou várias disciplinas, pelos ensinamentos e pelos conselhos quando pensei em desistir.

Aos demais Professores e Servidores do PPGA/FAGEN/UFU.

Aos Professores membros da banca examinadora, Prof. Dr. Francis Kanashiro Meneghetti, Prof. Dr. Pablo Isla Madariaga e Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior, pela disponibilidade em participar e contribuir com o trabalho.

Aos colegas de mestrado, pelos momentos compartilhados.

Aos meus pais e irmãos, por serem meu porto seguro.

À minha namorada Alessandra, por ser a responsável pelo meu ingresso no mestrado e constante incentivadora nos momentos de angústia.

Aos companheiros de trabalho da UFU, em especial, aos da Diretoria de Planejamento e Divisão de Estatísticas e Informações.

Aos amigos que compreenderam os momentos de ausência.

“Quando os homens são puros, as leis são desnecessárias. Quando são corruptos, as leis são inúteis.”

(Benjamin Disraeli)

RESUMO

A corrupção é uma transgressão que tem sido protagonista nas manchetes dos meios de comunicação no Brasil. Presente essencialmente no meio político, a corrupção se arrasta por diversos outros setores, emergindo na surdina dos bastidores, em esquemas que envolvem conluíus e segredos. Para que a corrupção se torne um escândalo, é preciso que essa transgressão seja levada ao conhecimento do público, sendo esse o papel da mídia. No ano de 2014, foi deflagrada a operação denominada Lava Jato, pela Polícia Federal, que já é considerada a maior operação contra a corrupção de todos os tempos, no Brasil. As investigações se iniciaram tendo como foco um grupo de doleiros, e, posteriormente, descobriu-se um esquema de desvio de dinheiro público instalado dentro da maior empresa estatal brasileira, a Petrobras, transformando-se em um escândalo. Quando a mídia nacional e internacional tornou o escândalo público, esse veio acompanhado de muitas implicações para a sociedade, indivíduos e organizações envolvidos. Reconhecendo que a sociologia da corrupção e a sociologia dos escândalos estão imbricadas, estabelecemos como objetivo geral desta dissertação identificar e analisar discursivamente os repertórios interpretativos da mídia sobre os escândalos de corrupção no caso da Operação Lava Jato, no primeiro ano após a sua deflagração. Primeiramente, apresentamos conceitos e perspectivas teóricas acerca das temáticas da corrupção e os componentes dos escândalos. Em seguida, através de uma pesquisa documental, selecionamos 114 reportagens para análise nas duas mídias escolhidas, sendo elas as revistas de circulação semanal Veja e Carta Capital. Para operacionalizar a pesquisa, nos orientamos por três questões: (1) quais repertórios interpretativos sobre corrupção são utilizados pela mídia ao reportar os casos em estudos? (2) quais perspectivas teóricas sobre corrupção surgem nos discursos da mídia? (3) as implicações dos esquemas de corrupção surgem nos discursos? Se sim, de que forma elas se manifestam? Os resultados levaram à identificação de três principais repertórios interpretativos em cada uma das revistas, os quais reforçam uma diferença de posicionamento entre as duas. Os repertórios utilizados pela revista Veja estão no sentido de oposição ao partido do governo à época, o PT; e os repertórios da revista Carta Capital buscaram demonstrar que a corrupção é um mal geral de todos os partidos, e que a mídia deveria apenas informar o leitor, e não tentar influenciar em favor de determinado partido ou outro.

Palavras-Chave: Corrupção. Escândalo. Petrobras. Lava-Jato. PT

ABSTRACT

Corruption is a transgression that has been highlighted in the Brazilian media. Present essentially in the political environment, it drags among several other sectors, emerging behind-the-scenes, in schemes involving collusions and secrets. In order to the corruption becomes a scandal, it's necessary that this transgression should be brought to the public attention, and that is the media role. In the year of 2014, the Lava Jato operation was launched by the Federal Police, which is already considered the largest anti-corruption operation of all times, in Brazil. The investigations began with focus on a group of dollars exchangers, and later, it was discovered a scheme public money deviation installed inside the largest Brazilian state-owned company, Petrobras, becoming a scandal. When the national and international media made the scandal public, this came with many implications for the society, individuals and involved organizations. Recognizing that the corruption sociology and the scandals sociology are intertwined, we have established as a general objective of this dissertation to identify and analyze discursively the interpretive repertoires of the media over the corruption scandals in the Lava Jato Operation case, in the first year after its outbreak. At first, we present theoretical concepts and perspectives about corruption issues and the components of the scandals. Then, through a documentary research, we selected 114 articles to be analyzed in the two chosen medias, being them the weekly circulation magazines: "Veja" and "Carta Capital". In order to operationalize the research, we were guided by three questions: (1) what interpretive repertoires about corruption are used by the media to report study cases? (2) What theoretical perspectives about corruption emerge on the media speeches? (3) Do the corruption implications schemes emerge on the speeches? If so, in what way do they manifest? The results led to the identification of three main interpretive repertoires in each magazine, which reinforce the difference of position between the two ones. The repertoires used by "Veja magazine" were in opposition to the government party at the time, the PT; and the "Carta Capital magazine" repertoires sought to demonstrate that corruption is a general problem of all political parties, and that the media should only inform the reader, and not try to influence in favor of one or another political party.

Keywords: Corruption. Scandal. Petrobras. Lava Jato. PT.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	14
1.2 Justificativas da Pesquisa	15
1.3 Estrutura da dissertação.....	16
2 CORRUPÇÃO E ESCÂNDALO: ABORDAGENS TEÓRICAS E EMPÍRICAS	18
2.1 Corrupção: conceitos e perspectivas teóricas	18
2.2 Raízes Culturais e Formação do Estado Brasileiro	29
2.3 Uma Sociologia dos Escândalos	32
2.4 Difusão das Representações Sociais	40
2.5 Estudos empíricos sobre corrupção e escândalos.....	44
3 A PESQUISA DOS REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS.....	52
4 REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS NA CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO	56
4.1 Mapeamento e Elementos do Escândalo	56
4.2 A construção do escândalo político pela revista VEJA e seus repertórios interpretativos.....	62
4.2.1 <i>Veja - Repertório Interpretativo 1: a Lava-Jato é um Petrolão.....</i>	62
4.2.2 <i>Veja - Repertório Interpretativo 2: o PT criou o esquema de corrupção na Petrobras</i>	64
4.2.3 <i>Veja - Repertório Interpretativo 3: A Lava-Jato é o maior esquema de corrupção da história do país.....</i>	67
4.3 A Construção do escândalo político pela revista Carta Capital e seus repertórios interpretativos	71
4.3.1 <i>Carta Capital - Repertório Interpretativo 1: A Lava Jato é um recurso político-eleitoral .</i>	71
4.3.2 <i>Carta Capital – Repertório Interpretativo 2: A corrupção não é exclusiva do PT ou de outro partido</i>	75
4.3.3 <i>Carta Capital - Repertório Interpretativo 3: A mídia nativa está a serviço dos grandes grupos de poder.....</i>	76
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO.....	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

A corrupção é um mal recorrente que afeta todo o mundo e, atualmente, tem sido protagonista das manchetes de jornais no Brasil, face a diversos esquemas que vieram à tona, envolvendo políticos, partidos, empresários e outros atores. Presente principalmente no meio político, a corrupção se arrasta por diversos outros setores, como, por exemplo, no mundo corporativo e nos esportes. Praticamente, todos os dias, ao acompanharmos as notícias jornalísticas nos diversos meios de comunicação, nos deparamos com denúncias de corrupção.

Existem muitas definições a respeito do termo corrupção, sendo a maioria relacionada à ideia de que o agente que pratica a corrupção sempre recebe algum tipo de benefício em troca. Segundo a Transparência Internacional¹, a corrupção é definida como o abuso de poder confiado a alguém visando benefício pessoal, e pode ocorrer tanto em altos níveis de políticas governamentais quanto nas relações do dia a dia entre servidores públicos e cidadãos comuns (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2015).

Ainda de acordo com a Transparência Internacional (2015), os custos da corrupção aparecem de diversas maneiras, podendo, no pior dos casos, custar até mesmo vidas. A corrupção custa a liberdade, a saúde e o dinheiro de um povo, sendo um obstáculo para a democracia. Ela esgota a riqueza de uma nação para enriquecer os corruptos, prejudicando os mercados e impedindo investimentos em benefícios para as comunidades, além de minar a confiança das pessoas nos sistemas políticos.

No mundo, segundo a Organização das Nações Unidas, as perdas com a corrupção chegam a 3 trilhões de dólares (ONU, 2015). Por isso, a corrupção é considerada um dos principais obstáculos que impede diversos países de conseguirem desenvolver sua economia. Em um estudo sobre a Índia, Oberoi (2014) mostrou que, para dois terços dos respondentes da pesquisa, o produto interno daquele país poderia crescer acima do que foi estimado, caso a corrupção fosse controlada.

Em uma pesquisa realizada no México, Moris e Klesner (2010) identificaram que a percepção da corrupção e a confiança nas instituições políticas estão altamente interligadas. Segundo os autores, os mexicanos não confiam nas suas instituições públicas e tendem a

¹ Organização não governamental internacional criada em 1993, por indivíduos sem qualquer vinculação com partidos políticos, sob a liderança de Peter Eigen, funcionário aposentado do Banco Mundial, com experiência em projetos de desenvolvimento na África e na América Latina, atuando de forma independente com o propósito de combater a corrupção no mundo. A TI atua em mais de 100 países e está sediada em Berlim (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2015).

acreditar que os políticos, figuras públicas e responsáveis pelo sistema judicial são corruptos. Os mexicanos que enxergam a corrupção entre os políticos, pessoas públicas, juízes e policiais tendem a desconfiar de todas as instituições políticas.

Costa (2008) realizou um estudo comparativo com empresas do setor de gás e petróleo com operações em mercados emergentes, identificando que a maioria das empresas analisadas possui algum tipo de compromisso de contribuições políticas, transparência financeira ou combate ao suborno e corrupção consistente com as normas jurídicas internacionais. Ainda segundo a autora, códigos de conduta de responsabilidade social podem ser mecanismos eficazes contra a corrupção em mercados emergentes, porém poucas empresas do setor analisado detalhavam como essas políticas deveriam ser implementadas. A autora alerta, ainda, que empresas envolvidas em escândalos podem tentar desviar o foco das críticas utilizando esses códigos.

Recentemente, alguns casos revelados ganharam notoriedade mundial. Um deles foi o do banco HSBC², em que investigações encontraram documentos indicativos de que a instituição orientava seus clientes a fugir de impostos e facilitava crimes como o de lavagem de dinheiro (CARTA CAPITAL, 2015).

Já em 2016, um vazamento de documentos confidenciais do escritório de advocacia panamenho Mossack Fonseca revelou um esquema em que a empresa agia para que seus clientes evitassem o pagamento de impostos e cometessem crimes de lavagem de dinheiro através de contas e empresas *offshore*³. Conhecido como *Panama Papers*, os documentos revelaram como algumas das pessoas mais ricas e influentes no mundo ocultavam fortunas em paraísos fiscais (BBC, 2016a).

No Brasil, os *Panama Papers* mostram o envolvimento de 107 empresas *offshore* com ligação a pessoas ou empresas que estão sendo investigadas pela operação Lava Jato, além de mencionar pessoas ou parentes ligadas a pelo menos sete partidos políticos. Grandes líderes da América Latina, como o presidente da Argentina (BBC, 2016b), e grandes líderes mundiais, como o primeiro ministro da Islândia, o presidente da Ucrânia e o rei da Arábia

² Em fevereiro de 2015 veio a público o envolvimento do HSBC no *Swiss leaks*, um escândalo considerado o maior vazamento da história dos bancos suíços. As informações reveladas por um ex-funcionário, Hervé Falcini apontaram que o banco teria aberto e facilitado a abertura de contas com dinheiro não declarado entre os anos de 2005 a 2007, contribuindo para os clientes fraudarem o fisco de seus países, inclusive o Brasil. O HSBC fez um acordo com o Ministério Público da Suíça no valor de 40 milhões de francos suíços para encerrar a investigação. Em 2016, o Banco Bradesco concluiu a compra do HSBC por R\$ 16 bilhões (BRADESCO, 2016).

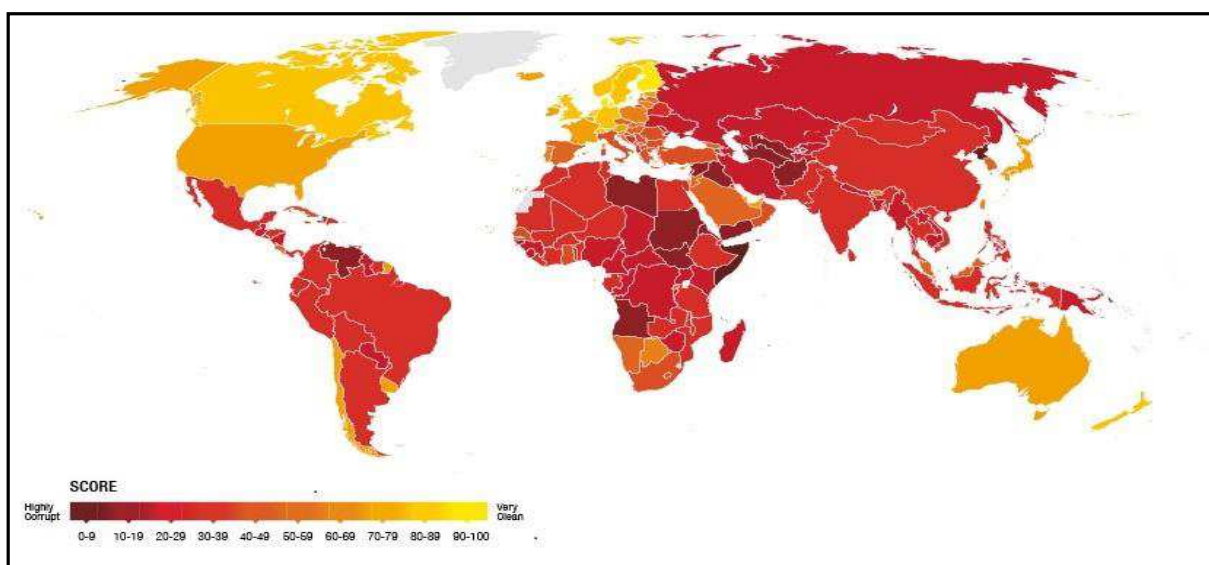
³ Atividades *offshore* são aquelas realizadas fora do país de domicílio de seu proprietário, sendo utilizadas para evitar o pagamento de impostos e manter sob sigilo a identidade de seus proprietários.

Saudita, além de várias celebridades do mundo do futebol, também aparecem nos documentos (THE PANAMA PAPERS, 2016).

A organização Transparência Internacional elabora, anualmente, o Índice de Percepção da Corrupção, que mede as percepções sobre a corrupção em 168 países. Esse índice é baseado em opiniões especializadas sobre a corrupção, e os países com maior pontuação são aqueles que se beneficiam de governos abertos, em que cidadãos são capazes de responsabilizar os governantes, enquanto as baixas pontuações representam a prevalência de subornos e de impunidade dos corruptos (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016).

No índice de 2015, a Dinamarca lidera pelo segundo ano consecutivo como o país com a menor percepção da corrupção, enquanto que o Brasil ocupa a 76ª posição, juntamente com países como Índia e Tailândia. A Figura 1, a seguir, mostra o mapa da percepção da corrupção nos países analisados, sendo as menores pontuações (vermelho escuro) representativas de alta corrupção, e as maiores pontuações (amarelo claro) indicativas de baixa percepção da corrupção.

Figura 1 – Mapa de percepção da corrupção global



Fonte: Transparency International (2016)

No Brasil, vários esquemas de corrupção foram descobertos nos últimos anos, em todas as esferas do poder e em diversos entes federativos. Estima-se que os custos com a corrupção no Brasil cheguem a cerca de 2,3% do Produto Interno Bruto, o que representa, aproximadamente, 100 bilhões de reais (SILVA, 2015). Destaque para o caso do “mensalão”, um esquema delatado no ano de 2015 pelo ex-deputado Roberto Jefferson, em que houve desvio de recursos públicos e fraudes em empréstimos para sustentar pagamentos de subornos

a parlamentares, no intuito de esses votarem a favor de projetos de interesse do governo (OLIVEIRA, 2014). No mensalão, 40 pessoas foram denunciadas, das quais 24 foram condenadas por crimes diversos, como lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

No início do ano de 2014, outro esquema de corrupção veio à tona, partindo de dentro daquela que até então era a maior empresa brasileira, a Petrobras. A operação Lava Jato (nome esse decorrente do uso de um posto de combustíveis e lava jato de veículos para movimentar recursos ilícitos das organizações criminosas investigadas) se desenvolveu a partir do mês de março de 2014, pela Justiça Federal de Curitiba, sendo quatro organizações criminosas lideradas por doleiros investigadas e processadas, e, a partir dessa investigação, se chegou a um esquema de corrupção em curso há mais de dez anos, envolvendo a Petrobras. Grandes empreiteiras se organizavam em cartel para o pagamento de propina a executivos da petroleira e agentes públicos, que variavam de 1 a 5% do valor dos contratos firmados. Os valores arrecadados eram distribuídos através de operadores financeiros do esquema, dentre os quais estavam os doleiros das organizações criminosas investigadas inicialmente (MPF COMBATE A CORRUPÇÃO, 2015).

A operação Lava Jato já é divulgada pela mídia como o maior caso de corrupção e lavagem de dinheiro investigado e julgado na história do Brasil. Segundo balanço divulgado pelo Ministério Público Federal (MPF), atualizado no dia 07 de novembro de 2016, os números da operação, após trinta e sete fases da operação, apontam, em primeira instância, para: 70 acordos de delação premiada com pessoas físicas, 6 acordos de leniência firmados e 1 termo de ajustamento de conduta, pedidos de ressarcimento (incluindo multas) no valor total de R\$38,1 bilhões, recuperação (através de acordos e bens bloqueados) de R\$3,1 bilhões dos R\$6,4 bilhões pagos em propinas, e 118 condenações, contabilizando até o momento 1256 anos, 6 meses e 1 dia de pena. A operação foi desmembrada entre a justiça comum e o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo fato de alguns envolvidos terem foro privilegiado. No STF, os números atualizados em 22 de setembro de 2016 são os seguintes: 41 acordos de colaboração premiada homologados, R\$79 milhões repatriados, resultado de 3 ações penais até o momento (MPF COMBATE A CORRUPÇÃO, 2016).

O estudo da Consultoria Tendências divulgado pela BBC (COSTAS, 2015) aponta que a operação Lava Jato acarretou em um impacto negativo de 2,5 pontos percentuais no produto interno bruto brasileiro no ano de 2015. Esse impacto se deve ao fato de a operação ter paralisado setores que representam uma grande parcela dos investimentos totais feitos na economia brasileira. A Petrobras, por exemplo, reduziu em 30% o volume de investimentos que estava previsto para o período de 2015 a 2019.

Desde o início do ano de 2015, outra operação vem dividindo a atenção da mídia e sociedade em geral com a operação Lava Jato. Trata-se da Operação Zelotes, deflagrada em março de 2015, com o objetivo de apurar o pagamento de propina a conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) para a anulação ou redução de multas aplicadas pela Receita Federal a empresas de diversos segmentos, como bancos, montadoras e empreiteiras. Em outubro de 2015, também foram descobertos indícios a respeito da negociação e venda de medidas provisórias que prorrogavam incentivos fiscais a empresas do setor automotivo (G1, 2016).

O nome Zelotes tem como significado o falso zelo ou cuidado infringido, por parte dos conselheiros do CARF. O esquema investigado pela Zelotes teria gerado um prejuízo ao erário de pelo menos 5,7 bilhões de reais, podendo chegar até 19 bilhões de reais, segundo informações conjuntas da Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Corregedoria do Ministério da Fazenda. Também foram descobertas empresas de consultoria que vendiam serviços para reduzir ou desaparecer com os débitos junto ao CARF (CARTA CAPITAL, 2015).

A Operação Zelotes teve sua sexta etapa deflagrada no dia 25 de fevereiro de 2016, tendo como alvo o grupo Gerdau, com suspeitas de que executivos do grupo tenham tentado interferir junto ao CARF no pagamento de multas que somavam mais de R\$1,5 bilhão (G1, 2016). Em dezembro de 2016, a operação entrou na sua oitava fase, tendo como alvo principal o BankBoston.

Apesar de haver uma concentração em determinadas indústrias⁴, os casos de corrupção existem nos mais variados setores, porém esses se tornam escândalos públicos a partir do momento em que a mídia começa a investigá-los, e os leva ao conhecimento da sociedade em geral. A forma como a mídia trata o caso de corrupção é que determina se esse virá ou não a se tornar um escândalo de grande repercussão (JACOBSSON; LÖFMARCK, 2008).

O escândalo sempre existiu, porém o impacto causado na sociedade seria bem menor se não houvesse uma cobertura por parte da imprensa, que é capaz de buscar e enfatizar os deslizes morais cometidos por certos agentes. A mídia em si não cria o escândalo, mas a maneira como ela o divulga é tão importante quanto o próprio conteúdo que é revelado, motivo pelo qual torna-se necessário garantir um equilíbrio na cobertura, porém sem impedir a liberdade de imprensa (O VETOR, 2014). Através das denúncias de esquemas de corrupção,

⁴ Para Andreas Pohlmann, “um dos maiores especialistas em *compliance* (respeito à legislação) do mundo, a corrupção no Brasil não é resultado de um traço cultural do país, mas da concentração em setores como petróleo e gás, mineração e engenharia e construção para a economia” (AGOSTINI, 2015).

as imprensas nacional e internacional produzem diferentes sentidos a respeito das ações corruptas que se manifestam dentro dos diversos tipos de organizações (SILVA et al., 2005). Esses sentidos estão relacionados às dimensões políticas, jurídicas, administrativas, dentre outras.

Com o tema corrupção em alta nos cenários político e empresarial nacional, a atuação dos veículos de comunicação na cobertura dos escândalos assume importância, pois a repercussão pela mídia, caso não seja feita com isonomia, imparcialidade e isenção, com seleção daquilo que é ou não divulgado, exerce papel prejudicial à democracia (BRASIL DE FATO, 2015)

Diante desse contexto, entendendo que a sociologia da corrupção está imbricada com a sociologia dos escândalos, e que os escândalos de corrupção afetam diretamente a gestão das organizações, nesta dissertação nos propomos a responder a seguinte questão: De que modo os escândalos de corrupção corporativa são construídos e reconstruídos pela mídia? Mais especificamente, quais são os repertórios interpretativos da mídia analisada sobre os escândalos de corrupção no caso da Operação Lava Jato, considerando o período do primeiro ano após a deflagração da operação?

1.1 Objetivos

Para responder à questão de pesquisa, estabelecemos os seguintes objetivos:

a) Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar discursivamente os repertórios interpretativos da mídia sobre os escândalos de corrupção, no caso da Operação Lava Jato, no primeiro ano após a sua deflagração.

b) Objetivos Específicos

Como objetivos específicos desta dissertação, estabelecemos:

- 1) Mapear a cobertura midiática dos escândalos de corrupção da Operação Lava Jato;
- 2) Compreender o contexto sócio-econômico-político em que o esquema de corrupção ocorreu;

- 3) Identificar os padrões e similaridades nas imagens, metáforas e expressões utilizadas pela mídia na construção e reconstrução dos escândalos;
- 4) Analisar de que modo esses repertórios são utilizados, para quê e o contexto em que foram produzidos.

1.2 Justificativas da Pesquisa

Ao pesquisar o modo como a mídia constrói os escândalos de corrupção, este estudo possui tripla relevância: teórica, prática e social.

Teoricamente, esta pesquisa contribui para compor um corpo de conhecimento sobre a teoria de escândalos combinada com as teorias de corrupção, temáticas negligenciadas até então no campo dos estudos organizacionais, uma vez que pesquisas sobre o *dark side* das organizações são recentes no campo dos estudos organizacionais, e foram tradicionalmente deixados de lado em detrimento de abordagens tradicionais (Linstead; Marechal; Griffin, 2014). Nos últimos anos, as pesquisas sobre o lado sombrio das organizações têm crescido, e os escândalos de corrupção são um dos assuntos inseridos nesse campo, pois, embora sejam eventos comuns que integram as operações das companhias envolvidas, são tratados como anormalidades. Assim, esta pesquisa busca preencher lacunas existentes no campo dos estudos organizacionais, pois são raros os estudos sobre escândalos de corrupção.

Realizando uma busca pelo termo “corrupção” no portal SPELL (SCIENTIFIC PERIODICALS ELETRONIC LIBRARY, 2016), temos o retorno de 46 artigos desde o ano de 1994. Realizando a mesma busca no portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), temos o retorno de apenas 18 artigos desde o ano de 1997, sendo apenas um desses inserido na temática dos Estudos Organizacionais, o que corrobora para a existência de uma lacuna no campo de estudo em questão. Além disso, esta dissertação se insere nos projetos de pesquisa da área de Organização e Mudança do PPGA da Faculdade de Gestão e Negócios, especificamente no Núcleo da Pesquisas em Estudos Organizacionais, Culturas e Sociedades (NUPECS/FAGEN), que abriga a temática de estudos a respeito do lado sombrio (*dark side*) das organizações.

Em termos práticos, ao discutir os esquemas de corrupção e o modo como os escândalos são gerados pela mídia, esta dissertação potencializará o entendimento do modo como esse crime é praticado e dos prejuízos causados à sociedade pelas condutas criminosas das organizações e pessoas envolvidas em esquemas de corrupção, além da compreensão da mídia como geradora de conteúdo e suas implicações para as organizações. Sendo assim, esta

pesquisa pode estimular reflexões sobre o que há de sistemático no caso estudado, de modo que gestores públicos e executivos das corporações criem oportunidades para o desenvolvimento de modelos conceituais que alterem a lógica da dinâmica atual, seja traçando políticas e regulamentações para combate à corrupção, seja conduzindo as operações corporativas sem esse tipo de intervenção. Ademais, fornece embasamento para que gestores possam analisar o impacto da corrupção na imagem das organizações, e se posicionarem diante dos escândalos.

Quanto à justificativa de natureza social, nesta pesquisa, ao oferecermos uma visão analítico-crítica sobre o modo como os escândalos de corrupção são construídos pela mídia, pretendemos contribuir para o entendimento do modo pelo qual a mídia influencia a construção de sentidos sobre fenômenos da vida social. Desse modo, estimula o empoderamento crescente da sociedade civil para a criação de um sistema de respostas aos discursos midiáticos.

1.3 Estrutura da dissertação

Organizamos esta dissertação em seis seções, sendo a primeira delas esta “Introdução”, em que apresentamos a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos do estudo, as justificativas teórica, prática e social para este estudo, e a estrutura da dissertação aqui apresentada.

Após a introdução, na segunda seção, intitulada de “Corrupção e Escândalo: Abordagens Teóricas e Empíricas”, apresentamos conceitos e perspectivas teóricas a respeito da temática de corrupção, um breve histórico acerca da formação do Estado Brasileiro e as raízes culturais de nossa sociedade. Ainda como parte da revisão da literatura, trazemos as contribuições da sociologia dos escândalos, abordando a atuação da mídia na difusão das representações sociais. Os estudos empíricos acerca dessas temáticas (corrupção e escândalo) encerram essa seção.

Prosseguindo, na terceira seção, “A Pesquisa dos Repertórios Interpretativos”, apresentamos as técnicas e procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da dissertação. Aqui detalhamos como se deu o processo de construção e análise do corpus da pesquisa.

Na seção seguinte, “Repertórios Interpretativos na Construção do Escândalo”, apresentamos os resultados desta pesquisa, e, em seguida, fazemos uma discussão dos resultados à luz da revisão da literatura.

E, por fim, trazemos as “Considerações Finais” da pesquisa, com as suas contribuições, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 CORRUPÇÃO E ESCÂNDALO: ABORDAGENS TEÓRICAS E EMPÍRICAS

Ao revisar a literatura para subsidiar o alcance dos objetivos, entendemos ser necessário considerar as perspectivas teóricas sobre corrupção e escândalo, dois campos teóricos imbricados. Sendo assim, nesta seção, iniciamos com os conceitos e perspectivas teóricas sobre corrupção, considerando também as raízes culturais brasileiras para obtermos o contexto sócio-histórico em que a corrupção emerge no Brasil. A corrupção, quando vem a público, pode tornar-se um escândalo, o que envolve um grau de conhecimento do público quanto às ações e eventos, bem como a transformação desse conhecimento em ‘*making public*’ e ‘*making visible*’. Nesse entendimento, a mídia desempenha papel fundamental na divulgação dos escândalos. Assim, as perspectivas teóricas de escândalos e as representações sociais também compõem a revisão da literatura.

2.1 Corrupção: conceitos e perspectivas teóricas

A palavra corrupção é derivada do latim *corruptio/onis* e *cum* e *rumpo* (romper), significando, assim, um rompimento, ou quebra total, das estruturas ou fundamentos de algo, conforme expressa Martins (2008):

A palavra corrupção deriva do termo latino *corruptio/onis*, donde vem sua acepção primeira. Para o homem latino dos séculos I e II, o termo *corruptionis* tinha sua significação a partir da conjunção de outros termos: *cum* e *rumpo* (do verbo romper), significando romper totalmente, quebrar o todo, quebrar completamente. Então, *cum rumpo* ou *corruptionis* queria dizer a ruptura das estruturas, quando se destroem os fundamentos de algo, destruir algo (MARTINS, 2008, p.12).

A corrupção pode ser interpretada de duas maneiras, sendo a primeira uma leitura moralista em que a decadência dos valores do indivíduo gera consequências adversas na sociedade, e outra em que a corrupção não está relacionada aos aspectos morais do indivíduo, mas, sim, à fraqueza das leis e instituições políticas (MARTINS, 2008).

Seja uma questão de valores individuais ou a fraqueza das instituições, o fato é que a corrupção representa um desafio a ser enfrentado em todas as esferas: ela mina a democracia e a boa governança na esfera política; nas eleições e no legislativo, ela reduz a responsabilidade e a representação na formulação de políticas; no sistema judicial, ela suspende as regras estabelecidas em lei; e na administração pública, ela acarreta na prestação desigual dos

serviços públicos para a sociedade (OBEROI, 2014). Ainda, a corrupção destrói a capacidade institucional do governo, ignorando procedimentos, arruinando valores democráticos.

Outra interpretação, como a de Huntington (1975, p.72), relaciona a corrupção com o “o comportamento de autoridades públicas que se desviam de normas aceitas a fim de servir a interesses particulares”. Em uma sociedade essencialmente corrupta, leis severas de combate à corrupção tenderiam apenas a aumentar as oportunidades para que os agentes pratiquem a corrupção, uma vez que novas leis poderiam definir como corruptas atividades que, anteriormente, não eram assim classificadas.

Nessa mesma direção, buscando uma definição mais funcional de corrupção, Silva (1994, p.21) estabelece-a como uma espécie de “desvio de um padrão de conduta institucionalizado que se caracteriza principalmente pela utilização do público pelo privado com um manifesto propósito de favorecimento pessoal ou grupal”. Segundo o autor, todas as atitudes tradicionalmente consideradas corruptas, tais como suborno, peculato, nepotismo, tráfico de influências, malversação do dinheiro público, dentre outras, encontram espaço nessa proposta de conceito do termo.

Batabyal e Chowdhury (2015) definem a corrupção como o abuso do poder confiado a alguém para a obtenção de ganhos privados, sendo, geralmente, entendida como um abuso do poder de governo para a obtenção de renda extra através do uso de serviços públicos. Para os autores, isto representa obstáculos para a condução da política, da economia e do desenvolvimento social, o que enfraquece as bases institucionais de boa governança que sustentam o crescimento e desenvolvimento contínuo. Os efeitos da corrupção atingem, principalmente, os cidadãos de baixa renda, pois são aqueles que mais dependem dos serviços públicos e possuem menores condições de arcarem com as consequências associadas à atividade corrupta.

É difícil se estabelecer um consenso do que seja corrupção, pois essa definição também está sujeita a um julgamento de natureza moral por parte daqueles que estudam o problema e da sociedade em geral (BREI, 1996). Filgueiras (2006) argumenta que a corrupção possui uma forte conexão com o tema moralidade, visto que essa é um rompimento de normas que são constituídas a partir da construção de juízos morais do comportamento das pessoas e instituições. Esses juízos morais podem ser de valores ou necessidade, sendo os primeiros relacionados ao plano interno de valores dos indivíduos e os seguintes à ideia de interesses.

A partir dos juízos morais, Filgueiras (2006) distingue quatro tipos ideais a respeito das diferentes formas de compreensão da corrupção nas ordens políticas contemporâneas. O Quadro 1, a seguir, resume esses tipos de corrupção.

Quadro 1 – Os tipos de corrupção segundo Filgueiras (2006)

Tipos de juízos morais	Juízos de valor		Juízos de necessidade	
Formas da corrupção	Política	Cultural	Social	Econômica
Conteúdo do juízo moral	Decoro	Costumes	Respeito	Confiança
Consideração do juízo em contextos de corrupção	Prevaricação	Desonestidade	Usurpação	Fraude
Substâncias da corrupção	Mudança ou suspensão dos valores morais fundamentais (de boa vida e de bom governo)	Campos simbólicos que ordenam as práticas designadas como honestas ou corruptas e/ou corruptoras.	Práticas ilegais, que visam a ampliar prestígio e renda, mediante ato violento.	Apropriação indébita de uma coisa de domínio comum, mediante ação ilegal.
Consequências da corrupção	Deslegitimação da ordem política.	Reprodução de práticas que colocam em risco a integridade da comunidade.	Restrição do Estado como mecanismo garantidor da segurança, minando sua autoridade.	Transferência de renda entre grupos sociais e monopolização de atividades econômicas.
Normatização contra a corrupção	Institucionalização de determinados princípios constitucionais que orientem e motivem os agentes políticos, para a manutenção da ordem.	Proibição de determinadas práticas por parte dos agentes morais, visando à integração da comunidade (reprodução, mediante entronização)	Proibição de determinadas práticas por parte dos agentes privados e do Estado, visando à integração da sociedade (reprodução social, mediante regulação externa ao agente)	Proibição de práticas por parte dos agentes econômicos, visando à manutenção do modo de produção (reprodução econômica)

Fonte: Filgueiras (2006, p.19)

A corrupção pode assumir quatro formas pela lógica dos juízos morais, sendo duas relacionadas aos juízos de valor e outras duas relacionadas aos juízos de necessidade. Primeiramente, a corrupção pode assumir uma forma **política**, que considera as virtudes do corpo político, estando ligada, principalmente, ao decoro político frente aos princípios da ordem. A corrupção também assume uma forma **cultural**, quando leva em consideração os costumes no juízo moral de valor, exigindo honestidade por parte do agente frente a potenciais corruptores. Aqui a corrupção é um perigo, pois o potencial corruptor torna o agir vulnerável, como um fato cotidiano. A corrupção dependerá da honra pessoal em relação aos valores fundamentais da comunidade, sendo os campos simbólicos que coordenam as práticas de cada agente que as considerarão como honestas ou corruptoras (FILGUEIRAS, 2006).

Com relação aos juízos morais de necessidade, a corrupção pode se dar nas formas social e econômica. Na forma **social**, os juízos morais tendem a vincular necessidades materiais à ação, sendo a corrupção uma usurpação, mediante ato violento, de bens por parte de agentes e instituições, ou seja, o juízo moral gira em torno da segurança e proteção do direito de propriedade e do bem comum. Por fim, tem-se a forma **econômica** da corrupção, que refere-se à ilegalidade da apropriação indébita de um domínio público. Nesse caso, não envolve violência, mas, sim, fraudes contra o domínio público, levando ao rompimento da relação de confiança que foi creditada aos agentes políticos, e, conseqüentemente, cria um contexto de desestabilização dos modos de produção (FILGUEIRAS, 2006).

O cidadão comum apresenta uma posição contraditória em relação à corrupção, o que cria um cenário de tolerância que faz com que os indivíduos venham a tomar atitudes em que preferem aderir a esquemas de corrupção (FILGUEIRAS, 2009). Esse mesmo cidadão comum, entretanto, é capaz de reconhecer valores morais fundamentais (como, por exemplo, a honestidade), e reconhece que tais valores são importantes, tanto na dimensão da sociabilidade quanto da política.

Para Khan (1996), é difícil de se estabelecer um conceito de corrupção que não dependa de julgamentos moral ou normativo. O autor define a corrupção como um tipo de comportamento que se desvia de regras de conduta estabelecidas formalmente e que coordenam as ações de alguém que ocupa uma posição de autoridade por conta de benefícios particulares relacionados a riqueza, poder ou status.

Já segundo Oberoi (2014), debates teóricos enriquecedores, porém que não chegaram a um consenso, compõem a grande maioria da literatura sobre o tema corrupção, mesmo que ainda não exista um conceito do termo corrupção que seja compreensiva e universalmente aceita. Breit (2010) afirma que, devido ao aumento na produção de estudos multidisciplinares sobre a corrupção, os pesquisadores têm apontado para os problemas que existem nas diferentes visões e abordagens sobre o tema. Já Ijewereme (2015) salienta que a corrupção é um fenômeno social de difícil definição, variando de acordo com a inclinação do pesquisador e sua percepção do conceito.

Apesar da dificuldade em se estabelecer uma definição sobre a corrupção, Brei (1996), Hodgkinson (1997), Gardiner (2002) e Heidenheimer (1970, 1989) apresentam as definições reunidas em perspectivas e grupos, variando de acordo com o foco.

O primeiro grupo de definições é **a perspectiva legal**. As definições centradas na lei e em outras regulamentações partem do pressuposto de que a corrupção é uma ação que viola normas (formais ou não) a respeito da finalidade para as quais as instituições foram criadas.

Aqui surgem meios impróprios, como o suborno, que induzem à prática da corrupção. A transgressão da lei ou de outras regulamentações através do abuso da coisa pública em troca de benefícios privados conceitua a corrupção. A essência do conceito estaria na inversão da hierarquia entre os interesses privados e gerais, ameaçando a solidariedade e a coesão social (BREI, 1996).

O ato corrupto na perspectiva legal é definido baseado nos comportamentos que desviam das normas e regulamentações legais, e permite um acordo sobre a definição e o âmbito do seu estudo (HODGKINSON, 1997). A corrupção, segundo a legislação, seria caracterizada pela oferta de um presente ou algum outro tipo de consideração que é oferecido de uma parte para outra, como forma de incentivo ou recompensa por serviços a serem, ou que já foram prestados, em uma operação que se deu de forma ilegal. No entendimento de Hodgkinson (1997), a corrupção é um fenômeno tanto normativo quanto relativo, e apelar para uma definição legal não resolve as dificuldades de se chegar a uma definição adequada da corrupção como um objeto de análise.

Na visão de Gardiner (2002), se um ato oficial é proibido pelas leis que foram estabelecidas pelos governantes, então, esse ato é considerado corrupto, e caso o ato não seja proibido pelas leis, esse não pode ser considerado corrupto, mesmo que seja abusivo ou até mesmo antiético. As autoridades, funcionários públicos e cidadãos em geral devem conhecer quais são as proibições legais existentes, motivo esse que justifica a punição dos infratores. Um dos problemas dessa definição de corrupção é que ela não abrange sistemas políticos que são corruptos em sua essência, e que sistematicamente favorecem interesses de grupos ou setores em especial em detrimento da sociedade em geral. Outra questão importante é que, devido às diferenças legais entre as nações, um mesmo fato que é considerado corrupto em um país pode não ser em outro.

Outra perspectiva apresenta as definições com foco no **interesse público**, que, segundo Brei (1996), levam em conta fundamentos baseados na ética e na moral, considerando algo como correto na medida em que esse cumpre a finalidade para a qual foi criado. Nessa linha de pensamento, a corrupção surge como um padrão de comportamento que está fora das normas válidas em um determinado contexto, e que visa o ganho privado em detrimento da coisa pública, ou seja, o corruptor ganha enquanto o público perde. O ato corrupto afeta os sistemas de ordem pública em que deveria prevalecer o interesse comum sobre o interesse específico, implicando em um comércio de decisões públicas em troca de benefícios e interesses privados (BREI, 1996).

A perspectiva de interesse público compreende a corrupção como uma espécie de traição do interesse público para se obter ganhos privados (HODGKINSON, 1997). Nesse caso, pode-se argumentar que, quando não existe tal traição, não pode haver corrupção. A limitação dessa abordagem moralista é a quase impossibilidade de se chegar a uma definição clara ou consenso quanto ao que seria interesse público, e, conseqüentemente, o que pode violar esse interesse. O comportamento que é realizado em nome do interesse público pode produzir ganhos privados e também vice-versa, o que reforça essa dificuldade (HODGKINSON, 1997).

Na perspectiva do interesse público, se um ato é prejudicial ao interesse público, esse é considerado corrupção mesmo que esteja de acordo com os preceitos legais, e caso um ato seja benéfico ao interesse público, porém viole alguma lei, ainda assim esse ato não será considerado corrupção. Nesse caso, existe um problema em definir o que seria interesse público, pois várias pessoas podem ter opiniões distintas a respeito desse conceito. Aqui o pensamento sobre a corrupção também requer um pensamento sobre o processo político. Se o processo legislativo de determinada nação exclui direitos de partes da sociedade, cria-se uma brecha para que a “corrupção” seja necessária para que a sociedade exerça tais direitos. Isso leva a uma avaliação de que a definição de corrupção para a abordagem do interesse público é ampla, e em alguns casos, ambígua, assim, raramente teremos uma resposta que será aceita por todos (GARDINER, 2002).

Ainda na perspectiva do interesse público, Heidenheimer (1970) entende que a corrupção existe sempre que um agente público pratique atos por recompensas monetárias ou outras não legalmente previstas, induzido a tomar medidas que favoreçam a quem fornece tais recompensas, causando danos ao interesse público. Como o conceito de interesse público é de difícil consenso e aberto a interpretação, nessa perspectiva, o que determina se um ato é ou não corrupto depende do julgamento feito por quem observa e se determinada política é desejável ou não pela sociedade (HEIDENHEIMER, 1970).

Outra perspectiva traz as definições centradas na **opinião pública**. Para Brei (1996), essas definições são de natureza social e focam nas atitudes e concepções de corrupção expressos pela opinião pública. Aqui o suborno também constitui uma técnica bastante citada, devido a obrigação que essa prática cria entre as partes envolvidas. Outro aspecto relevante é que as sociedades politicamente mais desenvolvidas tenderiam a blindar seus cidadãos contra as tentações materiais, internalizando normas e assumindo subjetivamente os interesses coletivos (BREI, 1996).

Gardiner (2002) afirma que, se existem diferenças significativas entre o que as leis de um país dizem e como a maioria dos cidadãos definem corrupção, é provável que os funcionários e empregados do governo sejam guiados mais pela cultura local do que pelas palavras de uma lei, e, portanto, serão mais propensos a violarem a lei. Além disso, uma ação eficaz contra a corrupção será difícil se a opinião pública não corresponde às definições do Estatuto. Cidadãos preocupados com a corrupção tendem a ser honestos para não cair em tentações da corrupção, para relatar crimes e descartar corruptos quando eleger seus representantes. Por todas essas razões, a opinião pública sobre a corrupção irá fornecer uma base para os legisladores, porém é preciso ter em mente que a opinião pública pode mudar ao longo do tempo. Escândalos aumentam a sensibilização do público para as questões de corrupção, e essa preocupação também pode ser aumentada por programas de educação pública.

Exemplificando como a opinião pública pode variar, Heidenheimer (1989) apresenta três classificações para a corrupção: a corrupção negra, cinza e branca. Na corrupção negra, é consenso, tanto para a elite quanto para o restante do público, que um ato praticado deve ser punido, como questão de princípios. Na corrupção cinza, alguns gostariam de ver a ação punida (geralmente a elite), outros não, e a maioria seria ambivalente. E por fim, na corrupção branca, a maioria (tanto da elite quanto da massa) não iria apoiar uma tentativa de punição para a corrupção, pois considerariam o ato praticado como tolerável.

A perspectiva **centrada no mercado** está focada nas teorias econômicas. Para Brei (1996), as definições com foco no mercado partem de teorias econômicas para tentarem melhor compreender o fenômeno em questão, não se preocupando com o impacto ético causado. Nesse caso, a corrupção seria conceituada como sendo uma instituição extralegal utilizada por indivíduos ou grupos no intuito de influenciar as ações da burocracia na formulação e implementação de políticas, numa espécie de compra de favores junto aos responsáveis pelas políticas econômicas do governo. Sendo assim, a corrupção depende de oportunidades para que aconteça e, além disso, dos incentivos que serão percebidos por aqueles que vierem a se envolver (BREI, 1996).

A perspectiva centrada no mercado é a mais racional se comparada às outras, conforme Hodgkinson (1997). Nessa abordagem, segundo Hodgkinson (1997), a corrupção é vista como um mecanismo de maximização das decisões. A corrupção permite que os funcionários públicos possam usar seus domínios oficiais para atuar de acordo com os princípios da oferta e da demanda, e que, ao mesmo tempo, esse comportamento pode ser visto para beneficiar o corrompido que se encontra em uma situação vulnerável. Uma crítica a

essa perspectiva, segundo o autor, é que, tratando toda a corrupção como uma transação que não só envolve duas partes, mas também beneficia ambos e o sistema, por causa de sua capacidade de corrigir os desequilíbrios na oferta e demanda, tende a minar os aspectos coercivos das transações de corrupção (HODGKINSON, 1997).

As leis que regulam o funcionamento do mercado coordenam os processos de tomada de decisão pública, e os envolvidos nos atos de corrupção tomam decisões baseadas nos princípios de mercado, uma vez que as normas que regem os cargos públicos não estão claramente articuladas ou são inexistentes (HEIDENHEIMER, 1970). Um funcionário corrupto entende que seu cargo público é um negócio por meio do qual ele vai procurar maximizar a sua renda, uma vez que o tamanho dessa depende da situação do mercado e de sua habilidade para encontrar o ponto de máximo na curva de demanda. Uma outra visão seria de que a corrupção se caracteriza pela participação de grupos de interesse (participação maior do que deveria) em processos de tomada de decisão (HEIDENHEIMER, 1970).

Outra perspectiva traz as definições de corrupção centradas no **cargo público**. Essas definições se relacionam mais essencialmente ao conceito de cargos públicos e de desvios de normas vinculativas para os seus titulares (HEIDENHEIMER, 1970). A corrupção, enquanto vinculada ao ato de suborno, é um termo geral que abrange abuso de autoridade como resultado de considerações de ganho pessoal, que não precisa, necessariamente, ser monetário. Algumas condições são necessárias para caracterizar a corrupção: deve ficar comprovada a intenção do acusado em praticar a corrupção; os benefícios devem ser revertidos em favor do titular do cargo; deve haver uma relação entre esses benefícios e um ato oficial; e deve ficar comprovada a intenção de influenciar ou ser influenciado na prática de um ato oficial (HEIDENHEIMER, 1970).

Nesse entendimento, Nye (1967) define a corrupção como um tipo comportamento que se desvia dos deveres normais de um cargo público em favor de relação privadas, ganhos pecuniários ou mesmo de status para si próprio ou pessoas próximas, ou viola as regras permitindo certos tipos de influência para fins privados. Isso inclui comportamentos como suborno, nepotismo e apropriação de recursos públicos.

Hodgkinson (1997) acrescenta duas outras perspectivas a respeito da corrupção: a histórico-cultural e a realista. Pela perspectiva **histórico-cultural**, a corrupção é definida pelas práticas tradicionais e percepções culturais que foram construídas historicamente. Leva em consideração práticas e percepções tradicionais como base para identificar o que deve ser considerado como corrupto ou não, exigindo um exame dos significados de corrupção. Trata-se de uma perspectiva susceptível de se relativizar o fenômeno da corrupção, na medida em

que se torna impossível comparar os casos ao longo do tempo e espaço. O excesso de ênfase na história como determinante das atitudes das pessoas tende a considerar a corrupção como relacionada com a natureza da sociedade, tornando difícil o papel do estado em promover e perpetuar outros tipos de comportamento (HODGKINSON, 1997).

Ainda segundo Hodgkinson (1997), tem-se a perspectiva **realista**, em que a corrupção é definida como o *partisanship* (interesse particular de um indivíduo ou grupo colocado acima do interesse coletivo) que desafia o *statesmanship* (político hábil e com acesso para integrar relações entre instituições e organizações através do uso do poder coercitivo e persuasivo). Essa definição foi formulada dentro de uma concepção da política que visualiza uma tensão entre a busca do poder e manutenção do quadro regulamentar em que a concorrência acontece. Essa perspectiva injeta um pouco de realismo para o problema da definição de corrupção, com o objetivo de fornecer uma definição que seja ampla o suficiente para contemplar uma variedade de atos corruptos, mas, também, que permita que distinções sejam feitas em termos do seu impacto diferencial.

O Quadro 2, a seguir, apresenta uma síntese das principais características das perspectivas teóricas apresentadas.

Quadro 2 – Síntese das principais perspectivas e definições sobre corrupção

Perspectiva	Principais características	Autores
Legal	As definições do que é corrupção se orientam pela lei, normas e outras regulamentações. Se um ato é proibido pela lei, é corrupto. Diferenças legais entre nações dificultam um consenso de conceitos.	Hodgkinson (1997); Brei (1996); Gardiner (2002)
Interesse público	O que realmente importa para um ato ser considerado corrupto é o interesse público, mesmo que este seja contrário às leis. Consideram fundamentos baseados na ética e na moral, considerando algo como correto na medida em que cumpre a finalidade para a qual foi criado	Hodgkinson (1997); Brei (1996); Gardiner (2002); Heidenheimer (1970)
Opinião pública	Focam nas atitudes e concepções de corrupção expressos pela opinião pública. Um ato é considerado corrupto na medida em que a sociedade o define como tal. A opinião pública pode variar e ser diferente da lei.	Brei (1996); Gardiner (2002); Heidenheimer (1989)
Mercado	As teorias econômicas e as leis do mercado é que determinam se existe ou não a corrupção, sem levar em conta o impacto moral. Compra de favores junto aos responsáveis pelas políticas econômicas, buscando maximizar decisões.	Hodgkinson (1997); Brei (1996); Heidenheimer (1970)
Cargo	Titulares de cargos públicos praticam atos que desviam de normas vinculativas, para fins impróprios.	Heidenheimer (1970); Nye(1967)
Histórico-Cultural	A corrupção é conceituada pelas práticas tradicionais e percepções culturais difundidas pela sociedade ao longo do tempo.	Hodgkinson (1997)
Realista	Tensão entre a busca do poder e manutenção do quadro regulamentar em que a concorrência acontece.	Hodgkinson (1997)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na revisão da literatura

O debate conceitual sobre corrupção se desenvolve para além dessas perspectivas. Para Oberoi (2014), a definição mais frequentemente utilizada é a da corrupção como uma forma de abuso da coisa pública que vise o ganho privado, porém esse conceito, ainda segundo o autor, foi alterado pelo Banco Mundial para “o abuso do poder para ganho privado”. Essa definição parte do pressuposto de que o Estado opera sob normas de universalismo ético, sendo a integridade pública entendida como um tratamento igualitário dos cidadãos, que podem vir a ser ocasionalmente influenciados por alguma forma de favorecimento ou corrupção. Além disso, engloba também os abusos unilaterais praticados por agentes públicos, como o peculato, nepotismo, e outros que relacionam os agentes públicos e privados como fraude, extorsão, suborno e tráfico de influências. Assim, a corrupção no setor público seria um indicador de que a governança não foi eficiente (OBEROI, 2014).

Na perspectiva de Azelama (2002), a corrupção pode ser qualquer ação ou omissão praticada por um membro de uma determinada organização que vai contra regras, regulamentos e normas da organização, e que visa atender aos objetivos do agente que a pratica em detrimento dos objetivos de toda a organização. Nessa mesma linha, Ijewereme (2015) afirma que a corrupção é um processo canceroso que atinge todo o mundo, sendo derivada do mau uso do poder que foi confiado a alguém, ou o uso desonesto de um cargo ou posição social para atingir objetivos pessoais,

Gomes (2010) apresentou uma análise da corrupção sob a perspectiva de três teorias das ciências sociais, quais sejam: a Teoria da Modernização, a Teoria da Cultura Política, e o Neoinstitucionalismo da Escolha Racional. Todas essas perspectivas articulam a corrupção com causas macrosociais. Filgueiras (2008) também aborda essas teorias em seu trabalho sobre os marcos teóricos da corrupção.

Segundo a Teoria da Modernização, a corrupção possui uma maior possibilidade de ocorrer quando se intensifica o desenvolvimento econômico. O mercado assume uma dinâmica não acompanhada pelas instituições políticas, e as demandas do desenvolvimento esbarram na burocracia estatal. A solução apontada pelos teóricos da modernização seria a implementação de reformas institucionais que tornem as instituições políticas mais eficientes, pois, assim, os agentes tendem a preferir a licitude em detrimento da corrupção (GOMES, 2010).

Para Filgueiras (2008), a Teoria da Modernização inicia de uma perspectiva de evolução da sociedade, partindo de uma dicotomia entre o tradicional e o moderno. A corrupção estaria ligada aos processos de mudança social, sendo estando mais presente em

regiões subdesenvolvidas, pois esse processo cria contextos favoráveis para a prática de comportamentos que desviam das normas para fins particulares. Isto acontece devido às organizações serem pouco adaptáveis a mudanças, sujeitas a burocracia estatal e pouco coesas.

A teoria da Cultura Política pressupõe que padrões culturais podem viabilizar ou inviabilizar comportamentos corruptos. A sobreposição de interesses pessoais sobre o interesse público implica em corrupção, e isso tende a ocorrer quando avanços econômicos e políticos acontecem sem o respectivo avanço da cultura. Assim, o cumprimento das leis não encontra apoio moral na maioria dos cidadãos, o que torna a corrupção mais presente. O avanço cultural seria a solução para o problema (GOMES, 2010).

Filgueiras (2008) complementa que o desenvolvimento político está relacionado à cultura política e econômica, e a corrupção varia conforme as diferenças de valores culturais. Para o autor, países de tradição protestante têm menores chances de serem corrompidos do que aqueles de tradição católica, devido ao fato de que os primeiros tendem a serem mais obedientes às normas (FILGUEIRAS, 2008).

Já o Neoinstitucionalismo da Escolha Racional assume as falhas institucionais como combustível para a corrupção de atores racionais. Se os benefícios pessoais forem maiores que os riscos de punição, a possibilidade de os atores racionais adotarem condutas corruptas é maior. Reformas institucionais são necessárias para ampliar a fiscalização e os riscos de punição, e, para isso, a teoria propõe a regulação dos interesses econômicos individuais em nome do interesse público (GOMES, 2010).

Na teoria da Escolha Racional, a corrupção acontece na interface dos setores públicos e privados, através de incentivos como suborno e propina, e está relacionada ao *rent-seeking* (comportamento em que os agentes políticos buscam maximizar seus ganhos privados), acarretando em monopólios e privilégios a certos grupos. Reformas institucionais são necessárias para diminuir o papel da burocracia e restringir os sistemas de incentivo à corrupção, visando consolidar o mercado e a democracia. Essa abordagem ganhou espaço a partir da década de 1990, pois instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Nacional adotaram essas perspectivas para defenderem reformas do Estado (FILGUEIRAS, 2008).

Nesta seção, apresentamos uma revisão dos conceitos e perspectivas teóricas sobre a corrupção. Considerando a perspectiva histórico cultural, e como esta pesquisa refere-se a um contexto específico, faz-se necessário conhecermos um pouco das raízes da sociedade brasileira, do processo de formação do Estado Brasileiro e os traços da cultura nacional.

2.2 Raízes Culturais e Formação do Estado Brasileiro

As raízes da cultura brasileira são formadas basicamente por um triângulo composto pelos colonizadores portugueses, pelos índios que originalmente habitavam as terras brasileiras e pelos negros africanos trazidos pelo processo de escravização. Cada uma dessas culturas deixou características marcantes na formação da cultura brasileira, mas as características deixadas pelos portugueses foram as que mais contribuíram para que o Brasil fosse o que é hoje em termos culturais (BORGES DE FREITAS, 1997).

Para Faoro (2001), a explicação para as dificuldades enfrentadas pelo estado brasileiro está justamente no caráter de sua formação histórica, sobretudo, em seu passado colonial. A estrutura patrimonialista adquirida dos colonizadores (Estado Português), e a sua estrutura administrativa foi importada para a colônia após o descobrimento, sendo reforçada, posteriormente, na vinda da família real portuguesa para o Brasil, nos anos 1800, transformando-se em um modelo a ser seguido para a estruturação da Independência, do Império, e, posteriormente, da República no Brasil. Ou seja, o patrimonialismo se tornou uma característica marcante no desenvolvimento do estado brasileiro.

Estando Portugal localizado entre a Europa e a África, sua localização geográfica propiciava contatos com vários povos e culturas diferentes, por se tratar de uma zona de trânsito. O fluxo e refluxo de diferentes povos fez com que o país não estabelecesse uma hegemonia de uma determinada etnia, ocasionando alternâncias no poder e possibilidades de grande mobilidade social. Essa ausência de uma etnia portuguesa se refletiu no Brasil, tornando-a uma nação receptível a diversas outras. Portanto, a cultura que marcou a colonização brasileira e contribuiu para a formação de sua sociedade foi marcada por traços de flexibilidade, contrastes e antagonismos, que, de certa forma, ainda estão presentes nos dias atuais (BORGES DE FREITAS, 1997).

Alguns traços da cultura brasileira estão mais visíveis no âmbito das organizações, quais sejam, segundo Borges de Freitas (1997): hierarquia, personalismo, malandragem, sensualismo e aventureiro. A hierarquia veio como herança do sistema agrário que foi implantado no Brasil, cujo núcleo foi a família patriarcal, centralizada na figura do patriarca, e da qual origina o modelo moral de regulação entre os governantes e governados, em uma relação de subordinação dos governados para com os governantes, uma vez que o poder está centralizado nos últimos. Aqui existe uma tendência à centralização do poder dentro dos

diversos grupos sociais, assim como um distanciamento nas relações entre esses diferentes grupos, e uma passividade e aceitação dos grupos inferiores para com os superiores.

O estado português se organizou com a indissociação entre os bens públicos como as terras e tesouros da corte e os bens privados que constituíam o patrimônio do governante. Todas as posses ficavam irrestritamente em disponibilidade para o príncipe. Existia, portanto, uma única esfera indistinta, formada pelas funções públicas (que eram praticadas pelos governantes e seus súditos membros da elite real) e pessoas privadas que exerciam tais funções. A coroa constituiu um grande patrimônio rural cuja propriedade se confundia com o que era de domínio da casa real. Não havia discriminação prévia entre os gastos da família real e em bens ou serviços de usufruto coletivo (FAORO, 2001).

Esse modelo institucional de organização política partia de um patrimonialismo gerido com base na vontade administrativa do príncipe, que era assessorado por súditos que também se apropriavam do estado em benefício próprio. Essa elite administradora dos assuntos reais constituía o estamento burocrático. Aqui o estado estaria voltado para a satisfação dos interesses dos próprios dirigentes, se convertendo em um bem em si mesmo, não cumprindo o papel de ser um instrumento de realização de atividades voltadas para a coletividade. A coisa pública recebe tratamento pelo governante como se fosse privada, causando confusão entre os patrimônios, e prevalecendo os interesses privados sobre os interesses da coletividade, pois o chefe governa o estamento e as relações sociais vinculadas a esse, pela imposição da sua vontade sobre a conduta alheia. Diferentemente das classes, que são categorias sociais, os estamentos são órgãos do governo, formados por funcionários estatais dos mais altos estratos, de confiança do chefe estatal (FAORO, 2001).

O estamento utiliza o seu poder através do controle patrimonialista do Estado, que se traduz em um Estado centralizador e administrado em favor de uma determinada camada político-social. O patrimonialismo é intrinsecamente personalista, daí a tendência de desprezar a separação entre as esferas público e privada, prevalecendo o particularismo e o favoritismo como forma de ascensão social, e o sistema jurídico tende a veicular o poder particular e os privilégios, deixando de lado a universalidade e a igualdade formal-legal. A distância entre o Estado e os interesses coletivos da nação é reflexo do distanciamento do estamento dos interesses coletivos da sociedade (CAMPANTE, 2003).

A relação senhor-escravo e a dominação patriarcal, em que a vontade do senhor ou do patriarca se impõe de cima para baixo, deu origem à noção de individualismo no Brasil. Já o núcleo familiar, que é centrado na figura do patriarca, é regido por laços de coração e de sangue, o que fez com que a unidade básica fosse estabelecida na relação, e não no indivíduo,

ou seja, o que realmente importa no país é a gama de relações estabelecidas, e não a figura individual do cidadão. A partir disso, surge a ideia de apadrinhamento nas organizações, em que um bom “padrinho” pode facilitar a caminhada até o topo. Em outras esferas da sociedade, ser amigo ou parente de alguém pode ser mais importante do que até as próprias leis. Essa sociedade baseada em relações também fez surgir a necessidade dos nossos relacionamentos serem mais afetuosos, o que levou à concepção de que o povo brasileiro é hospitaleiro e acolhedor (BORGES DE FREITAS, 1997).

As relações pessoais imbricadas nos assuntos pertinentes ao estado são consideradas um atraso para o pensamento político contemporâneo, e são práticas que tendem a cada vez mais se racionalizarem e se perderem no tempo. A partir dessas relações é que tem-se os conceitos como corrupção, clientelismo, nepotismo, dentre outros, que trazem intrinsecamente conotações negativas. As administrações patrimoniais negam a separação administrativa das esferas pública e privada, e a tendência moderna é a distinção cada vez maior entre essas. (SILVEIRA, 2006)

Nesse contexto, ganha relevância um dos traços da cultura brasileira: a malandragem. O traço da malandragem faz menção àquele sujeito considerado esperto, que dificilmente será enganado, e consegue se adaptar e se sair bem das situações mais diversas, através de soluções originais e dinâmicas. É o famoso “jeitinho” brasileiro, que se refere a um caminho intermediário entre o que é permitido e o que não é, constituindo-se uma forma de sobrevivência encontrada pelo bom malandro para se relacionar (BORGES DE FREITAS, 1997).

Os portugueses incorporaram dos povos árabes ou mouros uma forte tendência à poligamia nas relações conjugais, o que ficou ainda mais evidenciado após o contato dos colonizadores com os índios, visto que nessas a poligamia sempre existiu. Outro fato ocorreu com a dificuldade de colonização com os poucos recursos humanos que nas terras brasileiras haviam desembarcado, e, na falta da mulher branca, houve uma tolerância a toda união que resultasse no aumento da população. A partir disto, criou-se um culto à carne, que é expresso pelas danças, músicas, carnaval, e até mesmo na culinária. As relações interpessoais caminham nos limites do sensualismo afetivo, carregando um teor de malícia nas entrelinhas (BORGES DE FREITAS, 1997).

Portugal teve uma grande influência dos comerciantes judeus, que diferentemente dos povos protestantes, eram um pouco avessos ao esforço manual. A ideia de que a vida de senhor seria mais interessante foi repassada à cultura brasileira, adquirindo um aspecto aventureiro, aquele que busca recompensas fáceis no curto prazo, baseado na lei do menor

esforço. O desprezo pelo trabalho manual se tornou ainda mais forte devido à escravidão, pois todo esse tipo de trabalho era realizado exclusivamente pelos escravos (BORGES DE FREITAS, 1997).

É difícil avaliar e definir a cultura de um país de dimensões continentais como o Brasil, com grandes diferenças regionais e formação étnica diversificada. Aqui torna-se muito difícil aplicar critérios duais exclusivistas, pois não existe uma lógica que se opera pelo certo e errado. O Brasil constituiu-se de uma sociedade de misturas, que é capaz de ver o ambíguo como positivo, transformando problemas em novas oportunidades (BORGES DE FREITAS, 1997).

Esta seção ressaltou o processo de formação do Estado Brasileiro, bem como as influências dos seus colonizadores, o que contribui para o entendimento da temática dessa dissertação. Apresentamos em seguida a teoria dos escândalos, buscando articular essa temática com a corrupção.

2.3 Uma Sociologia dos Escândalos

Os escândalos sempre existiram, porém, atualmente, esses se tornaram um fenômeno recorrente na agenda política e no campo midiático, deixando de ser um acontecimento periódico. Essa característica despertou o interesse de pesquisadores, surgindo campos específicos para estudar esse fenômeno, como a sociologia dos escândalos. O escândalo é definido por Adut (2005) como a publicidade perturbadora da transgressão. São acontecimentos que geram agitação política e midiática, atraindo grande atenção por um determinado período, até que começam a ser esquecidos e substituídos por novos escândalos, mesmo que não tenha chegado ao seu desfecho político e legal (SILVA, 2013).

Em outra abordagem, os escândalos são padrões de comunicação que são construídos ou selecionados socialmente, e Esser e Hartung (2004) o definem como uma intensa comunicação pública a respeito de uma falha real ou imaginária, sendo essa falha condenada por consenso, atendendo a uma indignação ou revolta universal. Para os autores, nessa definição, os dois elementos centrais seriam a intensidade na comunicação e o grau de consenso a respeito da condenação da falha. Uma das funções do escândalo seria o controle social, atuando como uma forma de sanção a comportamentos que vão contra as normas sociais e punindo os ofensores.

O escândalo é uma espécie de grande indignação coletiva, que surge como resposta a uma transgressão de normas que se torna pública, sendo a reação do público uma sanção

contra a transgressão praticada. Os escândalos revelam uma ordem moral que é temporariamente interrompida, e, conseqüentemente, revela as normas sociais fundamentais que compõem o tecido moral da sociedade (JACOBSSON; LÖFMARCK, 2008).

Outro entendimento trata o escândalo como um fenômeno social presente em todos os setores da sociedade, e muitas vezes apresenta feitos extraordinários, visto que implica no exercício da justiça popular, tendo uma lógica coletivista (ADUT, 2004). Os escândalos ocorrem quando uma transgressão (real, aparente ou apenas suposta) é levada ao público por meio de um denunciante, podendo causar conseqüências sociais notáveis (ADUT, 2008).

Para que uma denúncia jornalística se transforme em um escândalo, o que nem sempre acontece, a denúncia deve repercutir entre os formadores de opinião e provocar reações em cadeia na opinião pública. A partir do momento em que o assunto entra na agenda pública, o escândalo adquire uma dinâmica própria em que seus protagonistas (jornalistas, políticos, membros do judiciário, ministério público e polícias, dentre outros) assumem o centro das atenções. O escândalo se mantém na agenda pública enquanto a mídia continua se ocupando em divulgar a sua cobertura, através de novos fatos oriundos de denúncias, testemunhas, jornalismo investigativo, dentre outros (AZEVEDO, 2010).

A corrupção pode vir a se transformar em um escândalo, porém, para que isso aconteça, é preciso que as atividades e ações corruptas sejam descobertas, pois uma vez que essas permaneçam no desconhecimento do público estarão protegidas de futuras investigações. As ações corruptas somente serão denunciadas se pessoas que não estão participando dessas ações as considerarem violações que devem ser desaprovadas e reveladas. Portanto, a articulação pública para que ocorra a denúncia é condição para que a corrupção se torne um escândalo (CHAIA; TEIXEIRA, 2001).

Ainda segundo Chaia e Teixeira (2001), dois tipos de escândalos podem ser distinguidos por suas características: os **mediáticos** e os **políticos**. O que diferencia o escândalo midiático do escândalo político é o campo de discussão, e que esse último implica em lideranças políticas, envolvidas com o poder político, em um cenário também político. Assim, o escândalo político pode envolver questões sexuais, questões financeiras/corrupção e escândalos de poder, demonstrando o mau uso ou o abuso do poder. Os autores também destacam o fato de que os escândalos políticos ganham maior destaque em países com regime democrático, pois trata-se de um regime em que os conflitos políticos são mais presentes e visíveis, abastecidos pela concorrência política e pela busca de cargos no poder, e também devido à liberdade de imprensa.

Um dos principais papéis da imprensa, segundo a teoria liberal do jornalismo, é a fiscalização do sistema político, governo, e dos partidos e seus membros. Assim, a imprensa seria uma espécie de vigilante pronto para encontrar e denunciar comportamentos que vão contra os interesses dos cidadãos e da sociedade como um todo, e, a partir disso, surge a ideia de que a imprensa é considerada o quarto poder nas democracias modernas (AZEVEDO, 2010), pelos seus “poderes quase irrestritos no que se refere à formação imaginária dos indivíduos” (MENEGHETTI, 2002, p. 22).

Apesar de a imprensa pregar um discurso de independência e apartidarismo, a denúncia de um escândalo envolvendo os poderes executivo ou legislativo acaba por gerar consequências partidárias e eleitorais, intencionalmente ou não, o que acaba favorecendo grupos opositoristas, simplesmente pela sua posição em relação à situação (AZEVEDO, 2010). Na perspectiva da formação de imaginários, Meneghetti (2002) entende que o discurso da mídia é uma ferramenta para consolidar imaginários sociais, pois é através da prática discursiva que, mesmo a informação sendo entendida de maneiras diferentes pelos indivíduos, ela é padronizada na sua essência.

A mídia possui três funções distintas na construção dos escândalos. Primeiramente, os meios de comunicação proporcionam o palco para que o denunciante conte a sua versão, sugerindo algo que pode se tornar um escândalo. Em seguida, ocorre a evolução do caso para o desenvolvimento do escândalo, uma vez que, após a denúncia, existem duas possibilidades: a denúncia falha e nada acontece, ou então o caso é difundido na mídia. Em terceiro lugar, a mídia mede a extensão da indignação do público a respeito do assunto do escândalo (ESSER; HARTUNG, 2004).

No Brasil, os principais fatos explorados pela mídia para a construção dos escândalos são a corrupção e o suborno político, que se dão através da malversação de recursos públicos, desvios de verbas, financiamentos ilícitos de campanhas, compra de votos, favorecimento em licitações e no serviço público, entre outras ações (AZEVEDO, 2010).

No processo de *impeachment* do ex-presidente do Brasil Fernando Collor, por exemplo, a mídia foi um dos principais protagonistas da crise política, uma vez que a origem do escândalo foi uma entrevista do irmão do ex-presidente à revista Veja. A cobertura pela mídia dos desdobramentos do caso, através de um jornalismo investigativo, principalmente pelos jornais com circulação nacional e revistas semanárias, foi fundamental para o crescimento do escândalo que culminou com a renúncia do Presidente antes de ser afastado pelo Senado (AZEVEDO, 2010).

Adut (2004) afirma que o escândalo é a publicidade disruptiva de uma determinada transgressão, e refere-se aos efeitos causados por tornar pública uma transgressão real ou suposta, gerando uma série de reações públicas a respeito. Para o autor, existem dois principais tipos de escândalos, variando de acordo com o ato comunicativo que o ocasiona: no primeiro tipo, a transgressão praticada é divulgada para o público pelo próprio autor, geralmente pela execução pública da própria transgressão; e no segundo, uma outra parte que não seja o próprio transgressor torna pública a transgressão praticada. O primeiro tipo produz escândalos provocativos, como escândalos de blasfêmia pública e arte, e tendem a visualizar o desenvolvimento de novas normas ou desafiar as já existentes. O segundo tipo produz escândalos denunciatórios, como escândalos políticos, e, em contraste com o primeiro tipo, implica na aplicação das normas existentes.

Os escândalos emergem como alegações ou revelações sobre comportamentos que eram desconhecidos até então, e que violam normas sociais ou legais (COBB; TAYLOR, 2015). Eles nos mostram um confronto entre diferentes sistemas normativos, e ao invés de confirmar uma dada ordem moral, provocam um posicionamento moral e ajudam a esclarecer linhas de conduta diferentes ou conflitantes (JACOBSSON; LÖFMARCK, 2008).

As raízes do escândalo estão além dos aspectos de entretenimento e antipatia pública dos políticos, nas transgressões a uma ou mais normas. As normas sociais se tornam mais evidentes a partir do momento em que são violadas, fazendo com que exposições morais se tornem sociologicamente interessantes, e uma vez que os escândalos são reações a violações de normas, eles podem servir como um investigador nas normas existentes (JACOBSSON; LÖFMARCK, 2008).

Um escândalo, normalmente, segue um ritual, assumindo uma forma padronizada e um padrão previsível de comportamento com uma dimensão simbólica e expressiva. O escândalo como um ritual é uma oportunidade para que se possa validar ou modificar as normas existentes, constituindo um momento para o esclarecimento de conflitos, posicionamento ou solidificação moral (JACOBSSON; LÖFMARCK, 2008).

Para Thompson (2002), os escândalos são lutas pelo poder simbólico que colocam a reputação e confiança em jogo, e referem-se a práticas ou fatos que implicam em transgressões variadas, e que se tornam conhecidos por outras pessoas, sendo considerados suficientemente sérios para causar uma resposta pública. O mesmo autor também define o escândalo midiático, que seria um dado acontecimento em que a mídia revela atividades praticadas ocultamente, ou de conhecimento de poucas pessoas, sendo essas atividades

consideradas moralmente desonrosas, e que, ao se tornarem públicas, podem acarretar implicações prejudiciais aos envolvidos.

Adut (2005) desenvolve uma compreensão sociológica sobre as experiências emocionais e cognitivas de escândalos, com foco nas interações dos envolvidos ou expostos quando esses comportamentos se tornam públicos. O autor distingue duas abordagens para o estudo dos escândalos. A primeira abordagem é a objetivista, em que o foco são as condições e características das transgressões significativas que provocam uma reação ao se tornarem públicas, considerando os escândalos como fenômenos secundários de transgressões existentes de fato, e ignorando aquelas que não se tornaram públicas a ponto de ocasionar um escândalo. A segunda abordagem é a construtivista, que foca nas reações sociais e representações de transgressões, considerando que os escândalos são interpretações sociais das transgressões, e não levando em conta que, em grande parte, as reações aos escândalos são construídas pela forma como a publicidade transforma o sentido e os efeitos das transgressões.

Algumas características são marcantes em um escândalo, conforme apresenta Thompson (2002): tenta esconder o ato praticado da visão do público em geral; o ato praticado é desaprovado por aqueles que não participaram; o comportamento praticado é censurado pelo público; e o potencial de que a sua divulgação irá abalar a reputação de todos os indivíduos que estão envolvidos, podendo implicar em processos judiciais e perda de cargos. Para o autor, um escândalo só pode surgir caso um acordo tácito entre as partes envolvidas que mantém o assunto em nível sigiloso seja quebrado, e que haja resposta pública a respeito do que for divulgado a partir disso. Sem essa resposta, conforme o autor, nenhum escândalo pode existir.

Outro ponto é abordado por Cobb e Taylor (2015), ao acrescentarem que os escândalos são considerados políticos caso se refiram a comportamentos que possuem potencial para abalar a imagem e reputação de candidatos, partidos, instituições ou funcionários públicos. Além disso, os autores acrescentam uma quinta característica complementar ao descrito por Thompson (2000), que seria o fato de que a cobertura da mídia sustenta os escândalos, ou seja, o comportamento potencial de se tornar um escândalo não importará se a mídia não denunciá-lo.

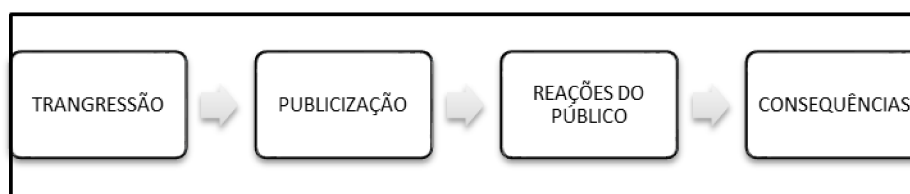
Os escândalos revelam a existência de uma contradição entre o ideal normativo e as práticas. Eles possuem um papel importante que vai além da simples revelação das transgressões praticadas, pois exercem uma função de teste das normas sociais, contribuindo para a sua evolução (DE BLIC; LEMIEUX, 2005).

A partir do cruzamento das abordagens de Thompson (2002), De Blic e Lemieux (2005), e Adut (2005), Silva (2013, p.166) define que o escândalo é formado pelos seguintes componentes:

(i) A transgressão, que pode ser real ou suposta, de valores morais ou normas sociais; (ii) a sua publicização por atores sociais (indivíduos, coletivos, mídias, etc.); (iii) público(s) interessado(s) e/ou identificado(s) com as normas e os valores transgredidos, que reagem negativamente à transgressão denunciada; e (iv) Consequências - sobre os implicados e/ou pessoas e instituições associadas a eles ou às transgressões denunciadas -, que podem ir desde processos criminais, perdas de cargos, prejuízos à imagem pública e à confiança como também a uma transformação de normas sociais.

A figura 2 ilustra os componentes do escândalo, e a sequência em que acontecem.

Figura 2: Componentes do escândalo



Fonte: adaptado de Silva (2013)

O contexto histórico-cultural e a importância que a sociedade confere às normas e valores sociais é que irão definir o que é escândalo. Uma vez que esses valores e normas são violados e tal violação se torna pública, um escândalo surgirá se existirem respostas públicas consistentes em discursos e ações dos diferentes atores envolvidos. O surgimento do escândalo provocará um processo de discussão pública dos valores e normas, e colocará os atores em disputas para que se posicionem de modo a resolver conflitos entre ideais e práticas. O escândalo pode afetar a imagem, reputação e a confiança nos atores e instituições envolvidas, mas, também, pode acarretar em mudanças nos valores tradicionalmente defendidos e nas práticas tradicionalmente adotadas, e esses efeitos são resultados da intervenção dos atores envolvidos no transcorrer das ocorrências nos escândalos (SILVA, 2013).

Existe uma relação direta entre a política, a política da mídia, a política dos escândalos e a crise de legitimidade política, e os escândalos políticos podem ter dois tipos de efeitos diferentes no sistema político, segundo Castells (2007). Primeiramente, os escândalos políticos podem afetar todo o processo eleitoral e a tomada de decisão do eleitor, pois diminui

a credibilidade daqueles que estão envolvidos nos escândalos. Esse efeito tem impacto variável conforme cada caso, pois algumas vezes a própria saturação da política “suja” provoca reações e indiferença entre o público, e em outras as pessoas tendem a escolher aquele que, mesmo sendo imoral, se aproxima mais de seus interesses. Um segundo efeito pode ter consequências duradouras na prática da democracia, provocando uma crise de legitimidade política que não pode ser atribuída exclusivamente ao escândalo, mas o ritmo e a forma da política da mídia ajudam a estimular um desânimo com o processo democrático.

Os escândalos não são necessariamente causados de forma intencional. A sua origem pode se dar a partir de acidentes, ou de revelações e exposições neutras. Porém, na medida em que as transgressões (reais ou supostas) ocasionam denúncias públicas, o escândalo adquire uma qualidade denunciadora, assim como na medida em que as transgressões são interpretadas ou denunciadas publicamente como provocações de um público ou seus membros oficiais, têm-se os escândalos provocativos (ADUT, 2004).

Adut (2005) destaca a importância da publicidade na geração dos escândalos. Para o autor, ela é fundamental, pois gera os efeitos externos de contaminação e provocação sobre os atores ou instituições, os quais são motivados a agir para evitar os prejuízos à sua reputação ou dar uma resposta pública sobre os acontecimentos divulgados. Para o autor, o escândalo seria composto por basicamente três componentes: a transgressão (real ou suposta), a publicidade desta transgressão, e a reação pública a respeito da transgressão revelada.

Os escândalos implicam na transgressão de normas, valores ou outros códigos morais, e envolve um elemento de segredo que não é conhecido pelos indivíduos “não participantes” (os que não estão envolvidos). Alguns dos não participantes podem desaprovar os fatos, e expressam esse sentimento através da denúncia pública, que pode vir a prejudicar a reputação dos envolvidos e abalar a confiança nas instituições, além de causar outras consequências legais. Os escândalos são potenciais prejudicadores da reputação e da confiança, em um cenário que a ação política e o governo democrático dependem da confiança social (THOMPSON, 2002).

As transgressões praticadas podem se tornar públicas acidentalmente e causarem escândalos, no entanto, na maior parte dos casos, os escândalos são ocasionados por um ato de comunicação, como uma denúncia pública ou pela revelação de uma transgressão através de notícias, por exemplo. A transgressão também pode ser divulgada deliberadamente, no intuito de se gerar o escândalo (ADUT, 2005).

Nem todas as transgressões produzem escândalos quando são divulgadas ao público. A ofensividade, desorganização e os custos sociais de uma transgressão praticada podem parecer

determinantes, mas, muitas vezes, o fator principal que irá determinar o nascimento do escândalo é o status do transgressor. Para que a exposição ou alegação de uma transgressão atraia atenção e acarrete em possível reação do público, a transgressão real ou suposta deve ter sido praticada por alguém de status elevado, ou implicar pessoas ou instituições de status elevado aos olhos da sociedade (ADUT, 2005).

A publicidade de transgressões praticadas por pessoas de baixo status podem causar apenas escândalos considerados pequenos, atraindo, no máximo, a atenção de públicos menores. Uma transgressão relacionada a uma autoridade local e que venha a ser divulgada pode vir a causar um escândalo local, mas não um escândalo em nível nacional, uma vez que o transgressor possui alto status e visibilidade apenas naquela localidade, e não necessariamente em todo o país. Infratores considerados de baixo status, na maioria dos casos, não recebem muita atenção do público, a não ser que a sua transgressão seja algo considerado excepcional ou que o seu caso seja apresentado como exemplar por líderes formadores de opinião (ADUT, 2005). Como exemplo, Adut (2004) afirma que a publicidade de práticas sexuais por um único sacerdote pode até ocasionar um escândalo, porém, caso o infrator for um cardeal, a repercussão e, conseqüentemente, o escândalo, seriam muito maiores.

Nos casos em que as transgressões implicam em infrações legais, como geralmente acontece nos esquemas de corrupção, causar um escândalo efetivo requer bem menos provas e evidências do que seria necessário para uma punição nos tribunais. As alegações públicas podem ser suficientes para ocasionar os escândalos se o público para o qual forem direcionadas for receptivo a tais alegações e creditar confiança nas mesmas. O descrédito e as sanções sociais ao infrator podem ser mais efetivos do que qualquer punição legal que o mesmo pode vir a receber. Por isso, um escândalo pode ser convenientemente implantado para punir transgressões, como a corrupção, que seriam difíceis de se julgar legalmente por razões práticas e políticas, e por interferências ilegítimas de pessoas de alto status no processo judicial (ADUT, 2004).

Ao contrário do individualismo das leis, os escândalos possuem lógica coletivista, e seu potencial disruptivo se deve muito à maneira como as alegações públicas contaminam as outras partes além do infrator. Esse potencial é válido especialmente para os escândalos políticos, em que os atores políticos são aqueles sobre os quais uma grande confiança pública é depositada, e o nível de confiança está relacionado com o status de cada político. O alto status de um suposto ou real criminoso político assegura que a transgressão atraia atenção e se torne exemplar quando é revelada ao público, multiplicando os efeitos gerados pelas alegações públicas. No caso de um ministro de governo, as alegações públicas de

irregularidades praticadas, por exemplo, colocam em risco a credibilidade de seu partido e de sua instituição, e também de toda a elite política. Por isso, as alegações ou exposições de transgressões de políticos de alto escalão podem causar mudanças significativas no poder político de uma dada sociedade (ADUT, 2004).

Para Thompson (2002), a maior parte dos trabalhos de investigação são conduzidas por outros indivíduos e instituições que não os profissionais da mídia, como, por exemplo, instituições políticas, tribunais, dentre outras. Cabe à mídia o papel de selecionar as informações e retransmitir o conteúdo, de forma que seja divulgado como histórias interessantes e atrativas para o público.

Nesta sessão, discutimos a teoria dos escândalos apontando como ela pode ser articulada com as teorias de corrupção. Assim, nosso esforço teórico com essa articulação nos aproxima do objetivo da pesquisa de identificar os repertórios interpretativos construídos pela mídia revista sobre os esquemas de corrupção analisados. As definições e perspectivas teóricas até aqui apresentadas abriram caminhos para estudos empíricos sobre o tema, os quais compõem um corpo de conhecimento significativo. Para complementar esse entendimento, trazemos em seguida a atuação da mídia na difusão das representações sociais.

2.4 Difusão das Representações Sociais

Os meios de comunicação de massa utilizam-se de sons, imagens e outros recursos para difundirem informações, em uma tentativa de criar, manter ou reforçar atitudes ou opiniões dos indivíduos sobre fenômenos diversos. Por alcançarem uma vasta audiência em um curto espaço de tempo, os meios de comunicação de massa alcançam uma variedade de pessoas que recebem influências na criação de suas próprias imagens a respeito de outros objetos, sujeitos, instituições e outros fenômenos sociais. Nesse entendimento, a mídia desempenha papel importante na difusão das representações sociais e de imaginários sociais (ALEXANDRE, 2001; MENEGHETTI, 2002).

As representações sociais podem contribuir para a identificação do que as Instituições representam para os seus membros e para a sociedade. As imagens que cada membro possui da organização em que está inserido podem facilitar essa compreensão, pois, segundo Morgan (2002), as organizações são organismos complexos, multifacetados e paradoxais, e o uso de imagens e metáforas permite lidar com as mais variadas questões organizacionais e identificar as diferentes perspectivas dentro de uma organização.

Os primeiros trabalhos a respeito das representações sociais foram feitos por Moscovici, em 1961, tendo como influência os estudos do sociólogo Emile Durkheim. Cavedon e Ferraz (2005), porém, apresentam um ponto divergente entre os dois teóricos, uma vez que Durkheim deu ao seu estudo o nome de representações coletivas, e Moscovici entendeu que essa nomenclatura se prendia ao contexto das sociedades primitivas, não sendo adequado para as sociedades complexas atuais.

No entendimento de Moscovici, a Psicologia Social deve se interessar pela criação entre os indivíduos de representações do universo que sejam consensuais. Ele busca explicar como os saberes permitem que a coletividade processe e transforme o conhecimento publicado pela mídia em propriedade pública e impessoal, permitindo que cada indivíduo utilize o conhecimento de acordo com os valores e motivações sociais do contexto em que está inserido (ALEXANDRE, 2001). Ainda segundo Moscovici, a representação social pode ser definida de acordo com o seguinte conceito:

um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

A complexidade não está presente no campo da razão, mas, sim, nos campos dos símbolos e do simbólico, que segundo Lima (1983, p.27) são compostos de “[...] qualquer coisa de complexo que funde ou ‘com-funde’ a intuição e a razão, a atitude ideológica e a atitude científica, o pensamento selvagem e o pensamento domesticado, o real e o imaginário, enfim a ciência e a poesia”. É no campo do simbólico que identificamos as representações sociais.

Jodelet (1989, p.36) define as representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Ainda segundo Jodelet (2001, p.21), as representações sociais “estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos”.

As representações sociais também podem ser entendidas como fenômenos, que, no entendimento de Sá (1998, p.21), estão “‘espalhados por aí’, na cultura, nas instituições, nas

práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social”.

Cavedon e Ferraz (2005) afirmam que as representações sociais são baseadas no que é considerado senso comum, e que ao serem interiorizadas pelos indivíduos permitem a organização da realidade, transformando algo estranho em familiar. A partir dessa interiorização individual, cada indivíduo passar a ter “um ‘nós’ necessário para a constituição de cada ser humano” (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 70). Nesse entendimento, Figueiredo e Cavedon (2012, p.582) afirmam que as representações sociais são “elementos formadores do universo consensual de uma sociedade pensante, na qual as pessoas – vistas como iguais e livres – fazem uso desta linguagem de imagens e palavras que se tornaram comuns através da difusão de ideias, mas cuja origem não pode ser retomada”.

Para Rangel (2004), as representações sociais são uma espécie de guia para a realidade diária, uma vez que é através delas que se nomeia e se define o mundo exterior e interior, o sujeito interior e exterior, não separadamente. Também nessa direção, Brivio (2011) complementa que a comunicação assume papel central na constituição das representações, e considerando que para haver comunicação, é necessária a interação de, no mínimo, dois interlocutores, pode-se dizer que é necessário um corpo social para que as representações sociais possam surgir.

As representações sociais são fruto do sociocultural (CAVEDON, 2003), se articulando entre o sujeito e o social, o que torna maior a importância do espaço público e as construções de identidades e símbolos. O espaço público é o lugar em que se dá a perenidade da história, onde as tradições e transformações se manifestam, e que as pessoas transmitem umas às outras os saberes básicos e condutas que norteiam as práticas sociais (JOVCHELOVITCH, 2003). A existência da subjetividade é reconhecida, mas a sua construção e consolidação só é permitida através das relações que são estabelecidas pelos diferentes atores sociais membros de um determinado grupo social, pois existe uma significação construída que é comum ao grupo (CAVEDON, 2003). Mas as representações sociais não são apenas (re)combinações de conteúdos arcaicos sob pressão das forças de um determinado grupo, pois elas também são alimentadas pela produção da ciência que é veiculada publicamente pela mídia e suas diversas versões populares destes produtos (SPINK, 1993).

As representações sociais reproduzem determinados aspectos que foram construídos ao longo do tempo, e por isso deve-se analisar cuidadosamente os meios de comunicação para

constatar aspectos que poderiam passar despercebidos, e assim ter-se uma melhor compreensão da realidade que é reproduzida (CORREA et al, 2007). O processo de construção das representações sociais é originado dos processos de socialização, bem como dos processos psicológicos, e o seu caráter multifacetado faz com que as representações sociais afetem e sejam afetadas pela experiência de cada indivíduo na sociedade (DINIZ; CARRIERI; BARROS, 2013).

Existem diversas maneiras pelas quais as representações sociais são expressas, como por meio da fala, gestos, observações, análises e na interpretação do universo cotidiano. As representações sociais surgem como uma maneira de guiar o comportamento e de reconstruir elementos do ambiente em que este comportamento se encontra inserido, dando-lhe sentido. Logo, a representação social seria o posicionamento da consciência subjetiva expresso nos espaços sociais, de modo que permita a construção de percepções pelos indivíduos (MOSCOVICI, 1978).

Os diversos canais da mídia são uma das formas de comunicação que permitem a análise das representações construídas em diversos grupos sociais. O processo de comunicação também assume importante papel na construção dessas representações, pois é através da comunicação que as representações são construídas, já que são nas trocas sociais que ocorrem a negociação e o compartilhamento dos sentidos. Logo, a comunicação não apenas transmite as representações, mas permite ainda a construção coletiva de novos sentidos através da interpretação da realidade. A comunicação em massa, além de construir novas representações, é responsável por reproduzir ideias provenientes do meio social, participando assim da construção e difusão de novas representações. (SANTOS; NETO; SOUZA, 2011).

Na visão de Adorno (1995), as informações que a mídia transmite abrangem uma relação entre o espectador e o emissor da mensagem, e as motivações para que se escolha a temática está diretamente relacionada com o que o público espera receber. A imprensa por si só não constrói a dramatização, contudo, representa a expressão dos sentimentos populares dos diversos grupos sociais.

A comunicação é um vetor de transmissão da linguagem, e carrega em si mesma as representações sociais. Ela está inserida nos aspectos estruturais e formais do pensamento social, através da propagação dos processos de interação, influência, consenso/dissenso e polêmica. A comunicação também ajuda a manipular representações que, se apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida dos grupos sociais, mostrando o poder que as palavras e os discursos possuem e a força com que as representações podem instaurar versões de realidade que se tornam comuns e compartilhadas (JODELET, 2001).

Para Alexandre (2001), a comunicação, sob a perspectiva das representações sociais, é um fenômeno através do qual uma determinada pessoa influi sobre ou esclarece o pensamento de outra, visto que essa também pode fazer o mesmo em relação àquela. O estudo científico do processo comunicacional, que tem por elementos básicos o emissor, receptor, a mensagem, o código e o veículo utilizado, ganhou grande destaque após constatada a sua importância econômica, social, política e ideológica.

Na perspectiva da teoria das representações sociais, para dar sentido às suas ações, os indivíduos produzem representações que dão significados ao mundo. No contexto organizacional, isto implica reconhecer que as organizações são a somatória das representações formais e informais dos esforços individuais que coordenam as suas atividades e refletem comportamentos na busca de se atingir os objetivos da organização. As representações sociais transcorrem em determinado grupo social como sendo algo habitual e anterior ao grupo, se reproduzindo a partir das categorias de pensamento do coletivo ou dos grupos. A análise das representações sociais se desloca do indivíduo para os fenômenos que são originados pelas construções particulares da realidade da organização (SALLES; COSTA, 2013).

Ao atuar como difusora das representações sociais e como construtora dos escândalos, a mídia exerce influência nas imagens criadas pela audiência quanto às organizações e indivíduos que protagonizam escândalos e, conforme sua atuação, no sentido de intensidade e conteúdo, essas imagens são construídas pelas pessoas alcançadas por suas publicações. A seguir, apresentamos estudos empíricos que se orientaram para analisar corrupção e escândalos.

2.5 Estudos empíricos sobre corrupção e escândalos

Estudos empíricos sobre corrupção e escândalos foram desenvolvidos, se concentrando na sua associação com a cultura, seus antecedentes, consequências e outros aspectos.

Os estudos de Rose-Ackerman (1975, 1978) são considerados pioneiros sobre o tema corrupção, e tiveram como base o modelo de economia do crime de Gary Becker (1968). O modelo de corrupção de Rose-Ackerman (1978) trata a corrupção como resultado da estrutura do mercado burocrático e dos incentivos recebidos pelos burocratas. Para a autora, o corrupto tomaria suas decisões com base na relação entre os custos e benefícios da mesma, se

corrompendo caso o ganho com a corrupção fosse maior do que o risco de ser pego e punido (benefício líquido positivo), ou seja, agindo racionalmente, assim como o criminoso do modelo de Becker. Porém, diferentemente do crime, na corrupção, todos os lados são culpados, e a vítima é toda a sociedade que arca com suas consequências. Uma alternativa para tentar coibir a corrupção seria aumentar os custos da corrupção para o agente, com penas mais duras e maior fiscalização para aumentar a probabilidade de punição.

A corrupção seria uma alternativa para superar a burocracia que paralisa o desenvolvimento econômico. Assim, a corrupção seria uma espécie de lubrificante das relações entre a economia e o Estado, pois “em termos de crescimento econômico, a única coisa pior do que uma burocracia rígida, supercentralizada e desonesta é uma burocracia rígida, supercentralizada e honesta” (HUNTINGTON, 1975, p.83). Para uma sociedade tradicional, considerada relativamente incorruptível, uma dose de corrupção poderia ser um bom lubrificante rumo à modernização.

A relação entre o empreendedorismo e a corrupção burocrática nos Estados do Brasil foi tema de interesse de Sampaio e Oliveira (2015), em um estudo que verificou a hipótese principal de que a corrupção burocrática afeta negativamente a atividade empreendedora brasileira. Os resultados encontrados mostraram uma correlação positiva entre o índice de corrupção e a taxa de abertura de empresas nos estados brasileiros no período de 2000 a 2008, resultado esse que se opõe ao de outros estudos como os de Carraro e outros (2011) e Palifka (2006) que apresentaram correlação negativa entre os dois índices. Os autores salientam que esses resultados não apontam para o fato de que a corrupção seja benéfica para o ambiente empreendedor, pois o resultado pode ser consequência do grande número de procedimentos burocráticos para se abrir uma empresa no Brasil, o que pode fazer com que agentes públicos sejam corrompidos para dar celeridade ao processo.

Já os autores Pillay e Dorasamy (2010) realizaram um estudo analisando a interação entre as dimensões culturais e a natureza da corrupção, e concluem que a cultura nacional está associada à corrupção, sendo uma macro variável que a influencia. Em seu estudo, os autores propõem um *framework* em no qual identificaram, dentre outras proposições, que a arbitrariedade da corrupção é reforçada em culturas que possuem como característica uma elevada distância entre o poder, e a difusão da corrupção é contida em culturas que possuem uma menor distância de poder.

Há também estudos que buscaram identificar fatores culturais associados à corrupção. Power e Gonzáles (2003), por exemplo, concluíram que o nível de corrupção em um país é dado em função do seu tipo de regime político e também do nível de desenvolvimento

econômico, porém alguns aspectos culturais ajudam a explicar os modelos e a contextualizar as interpretações da corrupção em nível macroeconômico e político. Fatores culturais, como confiança social e tradição religiosa tendem a influenciar na propensão a corrupção dos países, mas a análise de outros fatores ambientais (como riqueza nacional e democracia política) apontam que as diferenças culturais teriam um impacto apenas moderado na corrupção. Ademais, o desenvolvimento econômico ainda seria o melhor indicador estatístico para a corrupção mundialmente.

A prática da corrupção pode ser influenciada por imagens dos meios em que ela mais acontece. Nesse entendimento, Fischer et. al. (2014) consideraram que imagens de políticos corruptos cometendo infrações graves da lei e saindo ilesos criam uma noção de que a corrupção é algo que está em uma base regular, o que faz com que comportamentos corruptos se tornem mais acessíveis e propensos a acontecer quando surgirem oportunidades para os indivíduos. A divulgação diária pela mídia brasileira de notícias vinculadas à criminalidade e à corrupção também podem facilitar a presença da corrupção no comportamento cotidiano (FISCHER et. al, 2014).

Ainda tratando da associação entre cultura e corrupção, O'Connor e Fischer (2012) realizaram um estudo comparando a influência de valores sociais, riqueza e das instituições políticas na corrupção em 59 países, no período de 1980 a 2008. Os autores identificaram que valores de auto expressão da sociedade (como consciência cívica), riqueza e o tamanho do governo influenciam na redução dos índices de corrupção entre os países, separando aqueles que são menos corruptos daqueles que são mais corruptos. Dentro de cada país, individualmente, apenas o aumento da riqueza estaria relacionado com a diminuição da corrupção, mostrando que tentativas de importar instituições e valores de países com baixos índices de corrupção para países com alta corrupção é uma atitude improvável de ser eficaz no curto prazo.

Um dos aspectos abordados na literatura se refere às consequências da corrupção para o mundo dos negócios, e, nesse sentido, Budak e Rajh (2014) investigaram a corrupção como um obstáculo para a concretização de negócios em países dos Balcãs, ambiente de negócios em que a corrupção é característica. Isso porque a corrupção cria uma espécie de taxa imposta aos agentes do mercado para conseguir vantagens como escapar da burocracia estatal, influenciar na edição de leis e regulamentações, proteção política, dentre outras, aumentando significativamente o custo das negociações.

Nos países dos Balcãs Ocidentais, as pessoas de negócios acreditam que o esforço individual é necessário para combater a corrupção, e o componente principal nessa luta deve

ser a sensibilização pública contra a corrupção. O setor empresarial percebe a corrupção como um problema relacionado principalmente com o governo, e as práticas oficiais "limpas" de instituições governamentais aumentariam a confiança nessas instituições e seriam um bom ponto de partida para atividades de combate à corrupção. As medidas políticas para eliminar a corrupção como um obstáculo para fazer negócios nos Balcãs Ocidentais devem ser focadas na sensibilização contra a corrupção e em promover a transparência e a abertura dos serviços públicos para as empresas. O empenho dos governos no combate à corrupção produz resultados visíveis apenas a longo prazo, e os resultados mais rápidos podem ser alcançados aumentando a confiança nas instituições e encorajando as pessoas de negócios e funcionários públicos a denunciarem a corrupção (BUDAK; RAJH, 2014).

Outros autores analisam as causas e consequências da corrupção. Amundsen (1999), por exemplo, em uma analogia com o corpo humano, afirma que a corrupção é como uma doença, uma espécie de cancro que destrói os tecidos culturais, políticos e econômicos da sociedade, prejudicando o funcionamento dos órgãos vitais. O autor discute as causas e consequências da corrupção nos níveis político e econômico. Em relação às causas, o nível de corrupção varia inversamente proporcional ao nível de prosperidade econômica, ou seja, quando um país aumenta sua riqueza, o nível de corrupção diminui. Politicamente, o nível de corrupção varia negativamente com a democratização, isto é, o nível de corrupção diminui com o aumento dos níveis de democracia. Sendo assim, quanto mais o poder é legítimo, menor é o nível de corrupção.

Lambsdorff (2006) também discute uma série de causas a respeito da corrupção, tais como: 1) o tamanho do setor público, pois um grande aparelho estatal facilitaria a ocorrência da corrupção, e a mesma poderia ser contida minimizando este setor; 2) a qualidade da regulação, uma vez que detectar falhas na regulação podem ajudar a identificar áreas mais propensas a corrupção; 3) a carência de competição econômica, pois a corrupção reflete a ausência de concorrência, e está negativamente relacionada com diferentes indicadores de liberdade econômica; 4) a estrutura do governo, visto que a democracia ajuda a limitar a corrupção através do aumento da concorrência para mandatos políticos; 5) centralização do poder, visto que a descentralização pode ser um meio de combate à corrupção, pois aproxima o governo das pessoas; 6) a cultura, já que países com elevados níveis de confiança generalizada e pouca aceitação da hierarquia tendem a ser menos afetados pela corrupção; 7) os valores, pois se prevalecerem os valores particulares e familiares em detrimento de valores impessoais temos um cenário favorável a corrupção; 8) gênero, uma vez que relações dominantes masculinas podem encorajar a corrupção; 9) e a geografia e história local, pois

recursos naturais abundantes, altos níveis de corrupção em estados vizinhos, e a distância de centros mundiais tradicionais aumentam a corrupção.

Ainda na compreensão de Lambsdorff (2006), algumas causas citadas também podem ser consequências da corrupção, como, por exemplo, a falta de competitividade econômica. Outras consequências da corrupção seriam: a desigualdade (essa também pode ser considerada uma causa, pois ela aumenta a incidência de atos corruptos) e conter a desigualdade seria um método de conter também a corrupção; queda nos índices de produtividade da economia como o Produto Interno Bruto *per capita* e o crescimento; redução do investimento e dos estoques de capital dos países devido à baixa credibilidade política; distorções na alocação do orçamento e dos recursos públicos com desvio para propinas; redução da produtividade e da qualidade do serviço público; e no setor privado provoca a distorção de mercados através do aumento da economia informal e inflação.

Com relação às consequências, em termos econômicos, a corrupção nem sempre é ruim, pois o nível de crescimento econômico e de investimento estrangeiro em algumas nações não parecem sofrer alterações, mesmo em locais onde a corrupção é tida como sistêmica. As consequências negativas dependeriam de outros fatores que não só a corrupção de maneira isolada. Em termos políticos, a corrupção afeta a maneira de governo dos países, porém, a legitimidade do Estado e de suas instituições podem impedir que o país venha a sofrer com os efeitos da corrupção (AMUNDSEN, 1999).

Em âmbito nacional, Amorim Neto e Coelho (2008) analisaram a conjuntura do governo Lula em 2007, encontrando um certo antagonismo. Apesar de, por um lado, o então presidente permanecesse com alta popularidade e conduzisse bem a economia através de uma recuperação econômica global que acarretou em uma série de melhorias para o país, por outro, Lula teve de lidar com certa rejeição e oposição por parte do Congresso Nacional, além de uma série de problemas associados a escândalos de corrupção que levaram a um maior ativismo judicial.

Em um estudo que buscou analisar o impacto dos escândalos de corrupção sobre o voto do eleitor brasileiro, verificando se a corrupção seria o principal problema para que os eleitores deixassem de reeleger o então presidente Lula à presidência do país, visto que seu governo se envolveu em escândalos de corrupção no seu primeiro mandato, Rennó (2007) identificou que os escândalos revelados não foram suficientemente fortes para levar os eleitores a punir o candidato nas urnas, prevalecendo outros critérios relacionados à economia, visão geral do governo e questões partidárias.

Nessa mesma linha, Florentino (2008) realizou um estudo buscando identificar as possíveis razões que levam alguns parlamentares do Congresso Brasileiro com mandato ainda em exercício a deixarem de disputar novas eleições ou a concorrerem a cargos mais baixos que o atual. O autor identificou que, dentre outros critérios como idade avançada, pertencimento a grupos políticos decadentes e bancadas pequenas, a exposição em escândalos políticos também faz com que alguns dos envolvidos desistam de uma nova disputa eleitoral.

O impacto dos escândalos políticos no apoio político por parte dos cidadãos recebeu interesse de Maier (2011), que realizou um estudo identificando que o apoio político dos cidadãos aos políticos, partidos e democracia tem sofrido um declínio nas democracias ocidentais, e uma das explicações para isso poderia ser o crescente número de casos de escândalos envolvendo atores políticos. A análise é suportada por duas teorias: a teoria disfuncional, que afirma que os escândalos têm um impacto negativo no sistema político; e a teoria funcional, na qual os escândalos podem apresentar um impacto positivo. Buscando identificar qual teoria seria mais aceitável, o estudo conclui que os escândalos políticos ajudam a contribuir para o declínio do apoio político, encontrando, portanto, um maior apoio na teoria disfuncional, visto que o apoio aos políticos e partidos políticos foram significativamente afetados de maneira negativa após a revelação dos escândalos.

A ideia de que em regimes democráticos o nível de corrupção é menor do que em regimes autoritários foi investigada por Hassid e Brass (2015). Os autores realizaram um estudo buscando verificar se os governos democráticos tendem a ouvir mais a população do que os governos autoritários, em casos de pressão pública a respeito de escândalos envolvendo o governo. Os autores analisaram os casos da China e do Quênia, sendo o primeiro considerado um estado autoritário e o segundo uma democracia. Era de se esperar que os países democráticos e com mídia livre fossem mais responsivos e que os autoritários ignorassem a pressão pública, porém, o que se viu foi que a China autoritária é mais sensível à pressão pública para conter os escândalos do que a democracia do Quênia.

Na China, uma ditadura de um único partido político e com uma imprensa amordaçada, as autoridades reagem rapidamente para punir os envolvidos em escândalos, satisfazendo rapidamente as expectativas do público. No Quênia, ao contrário, os políticos agem com impunidade e até mesmo escândalos de grandes proporções continuam sem solução há anos, mesmo contando o país com eleições democráticas e uma imprensa livre. Isto não é exclusividade do Quênia, pois outras grandes democracias ocidentais, como, por exemplo, a Itália, mantêm um nível semelhante de corrupção e escândalos que se arrastam por décadas, sem a devida solução e resposta à sociedade. Os autores argumentam que a

democracia e liberdade da mídia são importantes para a capacidade de resposta dos governos aos escândalos, no entanto, não são condições necessárias nem suficientes para que o governo seja bem-sucedido nesse aspecto (HASSID; BRASS, 2015).

É um pressuposto do senso comum que em países com maior liberdade de imprensa o nível de corrupção seja menor, visto que as denúncias, em tese, seriam mais prováveis e sujeitas a se tornarem alvos de escândalos. Nessa direção, Camaj (2013) realizou um estudo buscando identificar a relação entre a liberdade de imprensa e a corrupção, encontrando que existe uma forte associação entre a liberdade de imprensa e a corrupção nos 133 países que foram analisados, ou seja, quanto maior a liberdade de imprensa nesses países, menores os índices de corrupção. Na medida em que um país alcança níveis mais elevados de liberdade de imprensa e de participação eleitoral, os seus índices de corrupção tendem a diminuir. O estudo também mostrou que a relação entre liberdade de imprensa e corrupção é maior em países com regime parlamentarista do que em países presidencialistas, e essa relação aumenta na medida em que cresce a independência do poder judiciário.

No contexto norte-americano, Puglisi e Snyder (2011) estudaram a cobertura dos escândalos políticos dos EUA feita por jornais norte-americanos durante a década de 2000, analisando cerca de 32 escândalos e 200 jornais. Os autores identificaram que existe uma forte correlação entre a inclinação partidária dos jornais e o seu viés partidário na cobertura dos escândalos. Jornais com inclinação democrata, ou seja, aqueles com maior propensão a apoiarem candidatos democratas nas eleições, fazem uma cobertura relativamente maior dos escândalos envolvendo políticos do partido republicano do que escândalos envolvendo políticos do partido democrata, enquanto jornais com inclinação republicana tendem a fazer o caminho inverso.

Também nos Estados Unidos, Cobb e Taylor (2015) realizaram um estudo no Estado da Carolina do Norte, buscando identificar se os eleitores puniriam os candidatos no momento do voto devido a escândalos de corrupção envolvendo o seu partido. O partido Democrata havia se envolvido em uma série de escândalos de corrupção, e os candidatos do partido Republicano realizaram campanha contra “o partido da corrupção”. Os entrevistados que sabiam sobre os episódios de tráfico de influência ligados ao Partido Democrata reconheciam esse partido como menos favorável. Além disso, os entrevistados que sabiam sobre um escândalo também foram mais propensos a dizer que o Partido Republicano era mais capaz de combater a corrupção.

Os vários escândalos democratas não resultaram em responsabilização partidária coletiva significativa, e apesar da considerável atenção da mídia e de um esforço dos

republicanos para trazer os esquemas de corrupção dos democratas à tona, menos de um terço dos eleitores conseguia se lembrar com precisão de qualquer um deles, portanto, os eleitores não poderiam punir a corrupção partidária se não tinham conhecimento suficiente a seu respeito. A maioria dos entrevistados consideraram as duas partes como sendo igualmente capazes (ou incapazes) de combater o problema. Os resultados sugerem que a consciência de escândalos é altamente correlacionada com o nível de interesse dos respondentes na política, que é uma variável conhecida para promover o ato da votação, mas a corrupção não teve influência na escolha do voto, pois aqueles que podiam ou não identificar com precisão os escândalos de corrupção eram tão propensos a votar no partido Democrata como no Republicano. Os autores concluíram que os eleitores podem preferir partidos “limpos” na teoria, porém, suas ações não são influenciadas por tal preferência (COBB; TAYLOR, 2015).

Nesta seção, tivemos por objetivo apresentar os conceitos, perspectivas teóricas e estudos empíricos sobre corrupção e escândalos, oferecendo um panorama sobre o fenômeno, apontando suas relações com a cultura, os antecedentes e consequências. Os conceitos e perspectivas teóricas sobre corrupção aqui apresentados apontam para a complexidade do tema e para a relevância das pesquisas sobre o mesmo. O que se pode depreender da revisão da literatura é que, independentemente da perspectiva, a corrupção é um fenômeno social que se manifesta de diferentes maneiras, por diferentes práticas.

Para esta dissertação, não elegemos uma definição, perspectiva teórica ou uma base empírica para comparação, visto que nosso objetivo é identificar os repertórios interpretativos da mídia sobre os escândalos de corrupção no caso da Operação Lava Jato, no primeiro ano após a sua deflagração. Isso implica que tais construções serão utilizadas para a análise do material empírico.

Não queremos dizer com isso que somos neutros nesse assunto. Nosso posicionamento quanto ao conceito de corrupção coaduna com aquele declarado pela ong Transparency International (2016), para a qual corrupção é “o abuso de poder confiado a alguém visando benefício pessoal, e pode ocorrer tanto em altos níveis de políticas governamentais bem como nas relações do dia a dia entre servidores públicos e cidadãos comuns”.

3 A PESQUISA DOS REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS

Este estudo situa-se no domínio do paradigma interpretativo, que segundo Burrell e Morgan (1979), tem como objeto o interesse de se entender a natureza social ao nível da experiência subjetiva, buscando explicações dentro do reino da consciência individual e da subjetividade, permitindo que seja possível ver o mundo como um processo social criado pelos indivíduos. Quanto à natureza de pesquisa, este trabalho classifica-se na categoria de natureza qualitativa, que, segundo Godoy (1995), nos estudos dessa perspectiva, um fenómeno pode ser melhor compreendido se for observado no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada.

O contexto desta pesquisa é a cobertura da mídia sobre a Operação Lava Jato. A escolha desta operação justifica-se pelo fato de ser uma força-tarefa recente da Polícia Federal, deflagrada em 2014, e por ser considerada a maior investigação sobre esquemas de corrupção já realizada no país, além de envolver grandes corporações e a movimentação de cifras bilionárias. Analisamos o primeiro ano de cobertura da operação, contado a partir da data de sua deflagração, ou seja, de 17 de março de 2014.

Como técnica de pesquisa, conduzimos uma pesquisa documental, a qual, segundo Marconi e Lakatos (2003), é caracterizada pela coleta de dados restrita a documentos, sejam escritos ou em outro formato. Ainda segundo as autoras, pode-se utilizar fontes primárias ou secundárias, contemporâneas ou retrospectivas, sendo, no caso desta pesquisa, fontes secundárias.

Para realizar a pesquisa documental e reunir o material para identificar os repertórios interpretativos construídos pela mídia, analisamos a cobertura da mídia sobre a Operação Lava Jato realizada pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*, em suas versões semanais. Ao escolher as revistas, buscamos dentre as principais revistas semanais de circulação nacional, do gênero informações e política, duas publicações que apresentassem linhas editoriais diferentes, sendo a *Veja*, historicamente representativa da direita brasileira, relacionada às iniciativas ou forças políticas que também tiveram como norte a premissa do liberalismo econômico, e a *Carta Capital*, que é uma linha editorial ligada ideologicamente à esquerda brasileira (BONFIM, 2009).

Para análise das reportagens selecionadas, utilizamos como técnica a análise de discurso, que segundo Gill (2002), é uma técnica que busca mostrar o que está além do conteúdo, além do que se fala, trabalha com o sentido e não com o conteúdo. Trata-se de uma leitura minuciosa que está entre o texto e o contexto, visando examinar o conteúdo,

organizações e as funções do discurso. Trata-se de uma interpretação embasada em argumentação detalhada e em uma atenção criteriosa ao material que é utilizado. A análise do discurso “exige rigor, a fim de produzir um sentido analítico dos textos a partir de sua confusão fragmentada e contraditória” (GILL, 2002, p.255).

Os analistas de discurso, ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada, devem também estar sensíveis aquilo que não é dito - aos silêncios. Isso, por sua vez, exige uma consciência aprimorada das tendências e contextos sociais, políticos e culturais aos quais os textos se referem (GILL, 2002, p.255).

Na análise do discurso, “procura-se entender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história” (ORLANDI, 2009, p.15). O discurso é palavra em movimento, uma prática de linguagem, e o seu estudo concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, trabalhando com maneiras de significar, considerando a produção de sentidos. A análise do discurso concebe o texto em sua discursividade. Parte do pressuposto de que a linguagem não é transparente e gera conhecimento a partir do próprio texto, pois entende que esse possui uma materialidade simbólica própria e significativa. Busca compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, através da análise dos próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico (ORLANDI, 2009).

As práticas discursivas são o foco central de análise na abordagem construcionista, constituindo um importante caminho para a compreensão da construção de sentido em nosso cotidiano (SPINK e FREZZA, 2013). Elas são a linguagem em ação, as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentido e se posicionam frente a situações e relações sociais cotidianas (SPINK e MEDRADO, 2013).

A partir das práticas discursivas, buscamos identificar os repertórios interpretativos contidos nas produções da mídia analisada sobre o assunto em questão. Spink e Medrado (2013) definem os repertórios interpretativos:

Os repertórios interpretativos são, em linhas gerais, as unidades de construção das práticas discursivas – o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos ou speech genres (SPINK, M. J.; MEDRADO, 2013 p. 28).

Os repertórios interpretativos são centrados na linguagem verbal, atuando como fundamento para a argumentação, e estão presentes em uma série de produções linguísticas, sendo úteis para a compreensão da variabilidade encontrada nas comunicações do cotidiano, em que discursos diversos são combinados, obedecendo critérios de argumentação, mas que podem gerar contradições. Além disso, ajudam a analisar a construção de sentidos em contextos de diálogos e atos de fala, impressos ou não (SPINK; MEDRADO, 2013).

Para operacionalizar a pesquisa, nos orientamos por três questões: (1) quais repertórios interpretativos sobre corrupção são utilizados pela mídia ao reportar os casos em estudos? (2) quais perspectivas teóricas sobre corrupção surgem nos discursos da mídia? (3) as implicações dos esquemas de corrupção surgem nos discursos? Se sim, de que forma elas se manifestam?

Para organizar, codificar e analisar os dados, aplicando a abordagem da análise de práticas discursivas, conforme orientam Potter e Wetherell (1987), adotamos os seguintes procedimentos:

a) Leitura do material – realizamos a leitura cuidadosa e criteriosa do material para fins de identificação de textos e fragmentos que contenham elementos suficientes para a análise proposta;

b) codificação do material – após leitura intensiva do material selecionado, buscamos identificar imagens, adjetivos, expressões e metáforas produzidas pelos autores dos textos sobre o esquema de corrupção focalizado. Essa etapa foi conduzida de forma interacional entre a teoria e o material empírico, em um processo de ida e volta, buscando identificar os elementos a partir dos quais essas imagens foram produzidas;

c) agrupamento das codificações semelhantes em unidades de significados, que são os repertórios interpretativos - nessa fase, nomeamos os repertórios interpretativos, buscando agrupar as imagens e expressões que apresentam similaridades e que foram utilizadas de forma recorrente;

d) interpretação e análise dos relatos para ilustrar a análise e discussão, considerando padrões de significados – nessa etapa, buscamos caracterizar o conjunto e suas funções de uso, analisando de que modo esses repertórios foram utilizados, para o que e em que contexto.

A pesquisa documental foi realizada nos acervos on-line dos sites das revistas Veja e Carta Capital. Utilizamos as revistas em suas versões digitais pela facilidade em operacionalizar a pesquisa, considerando ainda que essas edições têm exatamente o mesmo conteúdo das revistas impressas que chegam para os assinantes e que estão à venda nas bancas semanalmente em todo o país.

As duas revistas escolhidas têm a mesma data de publicação semanal, sempre às quartas-feiras. Apesar disso, as edições estão disponíveis tanto para assinantes quanto para venda nas bancas no domingo anterior à data de cada uma. Assim, a data de fechamento das edições geralmente é na quinta-feira da semana anterior à sua circulação. Por esse motivo, e levando em consideração que a operação Lava Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014, as primeiras edições que poderiam abordar o tema seriam as do dia 26 de março de 2014, que foram as primeiras a serem fechadas após a deflagração da operação. Diante disso, nosso período de análise compreende desde o dia 26 de março de 2014 a 26 de março de 2015.

Para operacionalizar a coleta das reportagens, utilizamos o mecanismo de buscas disponível nos sites de cada uma das revistas, buscando pelo termo “Lava Jato”. Após o retorno com os resultados da busca, analisamos qual o tipo de conteúdo em que o termo estava inserido. Reportagens que traziam apenas entrevistas, mensagens do leitor, e colunas com pequeno conteúdo como “Panorama”, da revista Veja, e “A Semana”, da revista Carta Capital, foram desconsiderados e não entraram na base de reportagens a serem lidas e analisadas, para serem aproveitadas ou descartadas na análise. Aquelas reportagens que citaram o termo “Lava Jato” isoladamente, mas que em seu conteúdo não traziam a temática da operação, foram descartadas após a leitura.

As unidades de análise constituem-se de cada período contido nos parágrafos das reportagens. Após a leitura de cada período, as informações relevantes referentes à operação Lava Jato foram codificadas e catalogadas, de acordo com a reportagem à qual se referiam e também à página da reportagem, possibilitando a volta ao texto de onde fora extraída a informação, caso necessário.

A partir das unidades de análise, extraímos os repertórios mais utilizados pela mídia analisada na construção do escândalo de corrupção investigado pela operação Lava Jato. Também identificamos as perspectivas teóricas sobre a corrupção contidas nas reportagens, bem como os componentes do escândalo, segundo a literatura revisada e apresentada na seção 2.

Os resultados encontrados em cada uma das revistas serão apresentados e discutidos nas próximas seções.

4 REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS NA CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO

Nesta seção, apresentamos os resultados alcançados com esta pesquisa. Para isso, iniciamos apresentando o mapeamento da cobertura realizada pela mídia analisada, os elementos que compõem o escândalo e, em seguida, apresentamos os repertórios interpretativos de cada revista, em duas subseções. Ao final, incluímos uma seção de discussão dos resultados.

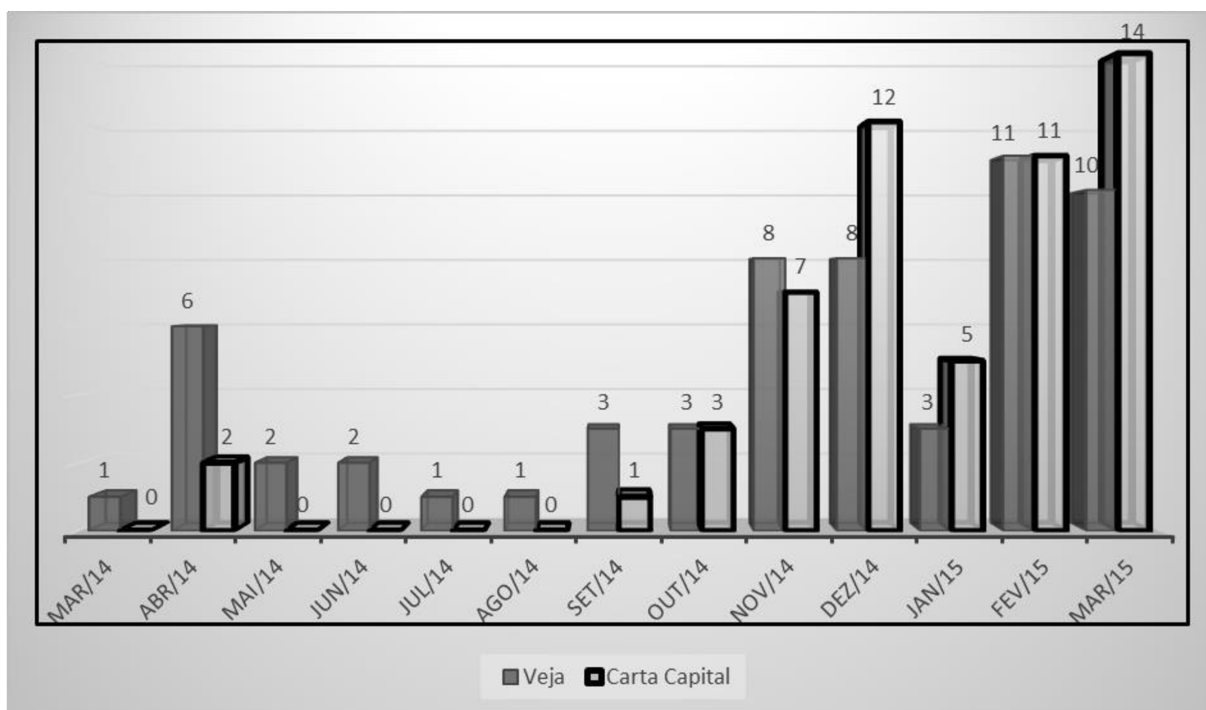
4.1 Mapeamento e Elementos do Escândalo

Criada em 1968, a revista *Veja* hoje é a segunda maior revista semanal de informação do mundo, com circulação média semanal acima de um milhão de exemplares. A semanal se considera como o veículo de informação mais influente do país, com mais de 10 milhões de leitores. A revista afirma que questionar e pensar ajuda a tomar decisões importantes na vida, e por isso reúne a melhor informação, analisando e discutindo os assuntos que são relevantes tanto no Brasil quanto no mundo, para que o leitor reflita e forme a sua própria opinião (GRUPO ABRIL, 2016; ASSINE ABRIL, 2106).

A revista *Carta Capital* foi criada por Mino Carta (que também foi um dos criadores da revista *Veja*) em 1994, começando com circulação mensal, posteriormente passando para quinzenal, e em 2001 passou a ser semanal como é hoje. A revista se auto classifica como uma alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira, afirmando que sua criação foi baseada no tripé do bom jornalismo, que seria aquele que é fiel à verdade factual, exerce espírito crítico e fiscaliza o poder onde quer que este se manifeste. Afirmam que o editorial respeita a inteligência de seu leitor, e afirma-se como progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos (CARTA CAPITAL, 2016).

O mapeamento da cobertura não evidenciou distanciamento significativo, em termos quantitativos, das duas revistas analisadas. A coleta de dados resultou em 59 reportagens da revista *Veja*, que continham no total 252 páginas, entre texto e imagens, e em 55 reportagens da revista *Carta Capital* que, somadas, continham 177 páginas, também entre texto e imagens. No total foram lidas e analisadas 114 reportagens de ambas as revistas, em um total de 429 páginas, entre textos e imagens. O Gráfico 1, a seguir, mostra a distribuição dessas reportagens durante o período considerado.

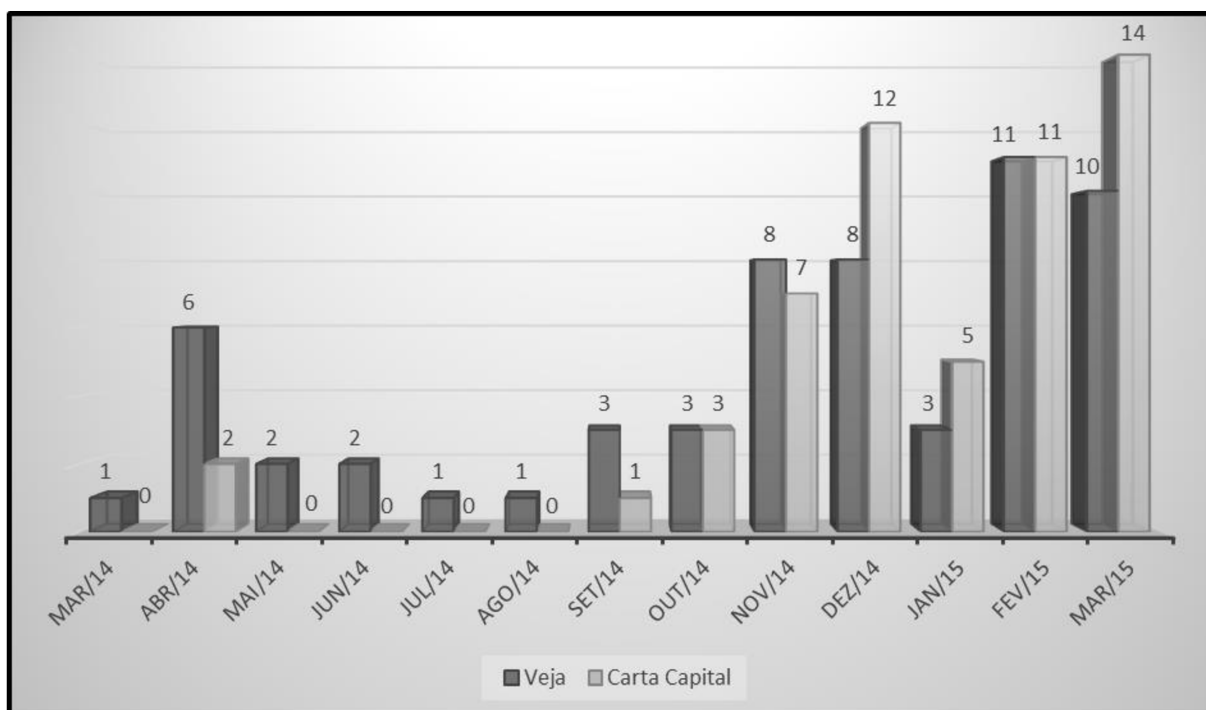
Gráfico 1 – Distribuição das reportagens no período de análise



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de pesquisa

Após a leitura do material coletado, descartamos algumas reportagens da análise pelo fato de que, apesar de mencionarem o termo de busca “Lava Jato”, não se referiam a fatos ligados diretamente à operação. Das 59 reportagens da revista *Veja*, 3 foram descartadas, restando 56 reportagens, e da revista *Carta Capital*, das 55 reportagens selecionadas também 3 foram descartadas, restando 52 reportagens, totalizando 108 reportagens utilizadas para extrair as unidades de análise. O Gráfico 2, a seguir, mostra a distribuição das reportagens consideradas na análise, após o descarte.

Gráfico 2 – Distribuição das reportagens no período de análise após descarte



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de pesquisa

Identificamos que, até o mês setembro de 2014, não houve um grande número de reportagens sobre a operação Lava Jato, principalmente na revista Carta Capital. Vale ressaltar que, entre junho e julho de 2014, o Brasil sediou a copa do mundo de futebol masculino, evento que atraiu a atenção da mídia em geral, o que pode ter deixado a operação em segundo plano. Além disso, no ano de 2014, ocorreram as eleições presidenciais, o que também atraiu maior atenção dos editoriais.

A partir da coleta e leitura do material, concluímos o nosso primeiro objetivo específico, que consistia em mapear a cobertura midiática dos escândalos de corrupção da operação Lava Jato, o que nos permitiu identificar os padrões, similaridades, metáforas e expressões utilizadas pela mídia na construção e reconstrução dos escândalos, que era o nosso terceiro objetivo específico. Essa análise contribuiu para identificar em cada uma das revistas alguns repertórios que norteiam a construção dos escândalos e, consequentemente, atingir o nosso objetivo geral, que é identificar e analisar discursivamente os repertórios interpretativos da mídia sobre os escândalos de corrupção no caso da operação Lava Jato, no primeiro ano após a sua deflagração. Apresentaremos a seguir como se dá a construção do escândalo e os repertórios contidos nas reportagens das revistas Veja e Carta Capital.

As duas revistas possuem em comum o uso constante de figuras de linguagem em suas reportagens, sendo a ironia a mais utilizada, principalmente nas aberturas e fechamentos dos

textos. Entendemos que a utilização desses recursos visa reforçar as mensagens que as reportagens buscam transmitir para o público, e incitar a reflexão por parte do leitor, uma vez que é possível identificar mensagens que não foram propriamente escritas, mas que podem ser encontradas nas entrelinhas.

Presidente do partido na época e delator do mensalão, Roberto Jefferson admitiu ter recebido dos cofres mensaleiros 4 milhões de reais [...] Com a descoberta do petrolão, essas cifras se tornaram dignas de um juizado de pequenas causas (PEREIRA, 2014b, p.67).

Depois de inúmeras derrotas ao longo dos últimos anos, a moralidade pública pode finalmente vencer por nocaute (SERAPIÃO, 2014f, p.27).

Os componentes que formam o escândalo foram identificados nas reportagens analisadas das revistas *Veja* e *Carta Capital*. Para que ocorra um escândalo, a primeira coisa que deve acontecer é a transgressão de valores ou normas sociais (SILVA, 2013). No escândalo da operação Lava Jato produzido pela mídia analisada, são diversos os exemplos de transgressões praticadas por políticos, funcionários da empresa e executivos de empreiteiras envolvidas no esquema. As transgressões praticadas também estão contidas nas perspectivas teóricas da corrupção, que apresentaremos em seção específica.

Ele (Alberto Youssef) já contou que pagava em nome do PT mesadas de 100.000 a 150.000 reais a parlamentares aliados ao partido no Congresso (BONIN, 2014g, p.61).

Em conluio com funcionários da estatal, um grupo que reúne as maiores empreiteiras do país superfaturava seus serviços e repassava dinheiro desviado aos partidos aliados do governo – PT, PMDB e PP (HISAYASU; RANGEL, 2015, p.50).

Em depoimento à CPI da Petrobras na quinta-feira 27, o dono da Sanko, Marcio Andrade Bonilho, confirmou ter repassado ao menos 33 milhões de reais ao doleiro pelos serviços prestados de intermediação de grandes contratos com construtoras (SERAPIÃO, 2014f, p.28).

Não existe escândalo caso a transgressão ocorrida não fique conhecida pelo público. Após o ato de transgressão (real ou suposta), para que se caracterize o escândalo, deve ocorrer a publicização da transgressão, que pode se dar através de revelações por diversos atores sociais, como indivíduos, coletivos e a mídia (SILVA, 2013). No escândalo da Lava Jato, a publicização das transgressões ocorreu principalmente através de depoimentos prestados nos acordos de delação premiada feitos pelos funcionários da Petrobras, executivos de

empreiteiras e doleiros envolvidos no esquema. A partir das delações e outras fontes de informações, as mídias analisadas tornavam públicos os fatos relacionados à investigação da operação.

As organizações mafiosas caem com maior rapidez quando alguém de dentro decide contar tudo (BONIN, 2014c, p.55).

Já nos primeiros depoimentos, ele (Paulo Roberto Costa) confirmou a parceria com grandes empreiteiras para arrecadas propina e citou como beneficiários um ministro, três governadores, seis senadores e pelo menos 25 deputados federais [...] (GASPAR; RANGEL, 2014, p.72).

Segundo o doleiro, reuniões na casa de políticos determinavam os termos do esquema e até atas eram produzidas para determinar a distribuição de dinheiro a campanhas do PT, PMDB e PP na eleição de 2010 (SERAPIÃO, 2014b, p.28).

Também na quarta, Costa revelou à Justiça do Paraná detalhes do esquema de desvio de dinheiro público supostamente instalado na Petrobras (SERAPIÃO, 2014b, p.28).

Após os fatos do escândalo se tornarem conhecidos, os públicos interessados ou identificados com as normas e valores que foram transgredidos reagem negativamente à transgressão denunciada (SILVA, 2013). Na cobertura do primeiro ano da operação Lava Jato pelas mídias analisadas, as principais reações identificadas foram as manifestações públicas ocorridas nas ruas, em protestos contra o governo e a corrupção, e também através do que ficou conhecido como “panelaço”, em que, nos momentos de pronunciamento da ex-presidente Dilma em rede nacional, parte da população fazia barulho batendo painéis nas janelas de casas e apartamentos. Também aconteceram protestos por parte de operários de empresas atingidas pelo esquema.

O próprio Comperj, que de complexo industrial se reduziu a uma refinaria, mobilizou uma rede de prestadoras de serviços que já começou a quebrar agora que o projeto gorou, provocando protestos como o que parou a ponte Rio-Niterói na semana passada (GASPAR, 2015, p.54).

Irritados com a interrupção do programa, os telespectadores, sobretudo aqueles dos bairros que se declaram nobres, erguem-se do sofá da sala, de panela em punho, vão à janela, debruçam-se a meio busto e batem o instrumento improvisado com talheres adequados à tarefa e com o vigor dos tocadores de tambor de gasolina na Martinica. Acompanha o batuque clangoroso o coro “Fora Dilma”, com o contorno dos melhores exemplos do primitivo turpilóquio nacional (CARTA, 2015c, p.14).

Acuada pelas manifestações pró-*impeachment*, e pelas queixas contra o ajuste fiscal, sempre em choque com a classe política e tímida diante dos microfones, a presidente vê seu ibope em queda livre e perto dos índices de Fernando Collor às vésperas da deposição (BARROCAL, 2015d, p.14).

Por fim, tem-se as consequências causadas pelo escândalo, que podem ser tanto sobre as pessoas quanto sobre as instituições envolvidas na transgressão, e podem ser na forma de processos criminais, perda de cargos, prejuízos à imagem pública e a confiança, dentre outras formas (SILVA, 2013). No primeiro ano da operação Lava Jato, as reportagens já trazem diversas consequências para os envolvidos no esquema, como a prisão e indiciamento de alguns funcionários da Petrobras e executivos de empreiteiras, e também consequências negativas para a própria Petrobras, como queda na cotação das ações da empresa e no seu valor de mercado, além de corte em investimentos por conta das perdas causadas pelos desvios praticados.

O maior e o mais urgente problema de Bendine, porém, é um número – os polêmicos 88,6 bilhões de reais que, segundo auditoria independente contratada pela estatal, representariam as perdas com ativos de alguma forma envolvidos em corrupção. [...] e levou à renúncia da presidente Graça Foster e de cinco diretores (GASPAR, 2015, p.52).

No final os 88,6 bilhões foram para o balanço apenas como informação complementar. Mesmo assim, provocaram um terremoto político que, além de levar à saída de Graça e sua equipe, derrubou as ações (GASPAR, 2015, p. 54).

Sob investigação sigilosa nos Estados Unidos pela *Securities and Exchange Commission*, órgão encarregado de fiscalizar o mercado de ações, e pelo departamento de Justiça, a empresa brasileira perdeu 31% do valor neste ano nos pregões da bolsa de Nova York, em consequência das notícias sobre corrupção, dos preços baixos do petróleo e do rebaixamento da companhia por bancos norte-americanos e europeus (DRUMMON, 2014, p. 24).

Queda recorde de ações, problemas com fornecedores, processos de minoritários, problemas de caixa e novas denúncias de irregularidades marcam o início do ano para a Petrobras (DRUMMON, 2015a, p. 17).

Como analisamos apenas o primeiro ano de cobertura midiática da operação após a sua deflagração, encontramos diversas consequências que são mencionadas nas reportagens das revistas, porém que não chegaram a serem concretizadas durante o período de análise. Como exemplos, podemos citar o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, que não teve como motivo revelações da Lava Jato em si, mas que foi influenciado pela operação, assim

como a cassação do mandato e prisão do ex-presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha.

4.2 A construção do escândalo político pela revista Veja e seus repertórios interpretativos

Nesta seção, apresentamos três repertórios interpretativos mais significativos identificados na Revista Veja: “A Lava-Jato é um Petrolão”; “o PT criou o esquema de corrupção na Petrobras” e “A Lava-Jato é o maior esquema de corrupção da história do país”.

4.2.1 Veja - Repertório Interpretativo 1: a Lava-Jato é um Petrolão

No caso da revista Veja, o repertório mais presente nas suas reportagens é o de que o escândalo descoberto na operação Lava Jato trata-se de um Petrolão, ou seja, um novo caso com características semelhantes ao Mensalão ocorrido entre 2005 e 2006, no entanto, agora ocorre dentro da maior estatal brasileira, a Petrobras. Além de Petrolão, a Veja utiliza, porém com menos recorrência, o nome Propinoduto para se referir à operação. Não podemos afirmar que foi o editorial da revista Veja quem criou esses apelidos para a Lava Jato, porém esses estão marcados nas reportagens da revista, e foram facilmente assimilados pelos leitores da revista e pela mídia em geral.

O uso do termo petrolão faz com que a revista busque aproximar a operação Lava Jato do escândalo do mensalão, reforçando a sua posição de que o PT é o principal responsável pela corrupção dentro da Petrobras, uma vez que o mensalão teve o PT como principal partido envolvido, e suas investigações levaram a consequências, como as prisões de vários líderes do partido. Em uma das reportagens, inclusive, a revista faz uma comparação entre os ex-presidentes Lula e Dilma, afirmando que o primeiro teve o mensalão em seu governo, e a segunda o petrolão. A revista também afirma que as investigações do mensalão foram frutos de uma denúncia publicada por ela.

Paulo Roberto contou que o esquema começou a funcionar em 2006, um ano depois de o mensalão ter sido debelado. Em linhas gerais, o golpe seguiu a mesma lógica. O PT montou uma estrutura clandestina para desviar dinheiro público, subornar parlamentares e financiar campanhas eleitorais. Trocou o cofre dos Correios, a gênese do mensalão, pelo da Petrobras, maior e mais difícil de ser descoberto. De resto, era tudo igual (RANGEL, 2014f, p. 74).

[...] esquema de corrupção armado durante os governos PT com o objetivo de financiar campanhas políticas e, de quebra, enriquecer bandidos do colarinho-branco. Lula teve o mensalão. Dilma agora tem o petrolão (BONIN; PEREIRA, 2014b, p.65).

Maior processo da história do Supremo Tribunal Federal (STF), o mensalão começou a ser desvendado com a divulgação por VEJA de um vídeo no qual Maurício Marinho aparece embolsando 3000 reais em propina (PEREIRA, 2014b, p.67).

Como lembra a Carta ao leitor desta edição de VEJA, as agruras do PT com o petrolão são fruto do mesmo pecado original que produziu o escândalo do mensalão: a ideia assombrosa de que o partido pode se servir do Estado como se fosse sua propriedade, das leis como se existissem apenas para os outros e das instituições como bombeiros de suas eternas crises (SAKATE, 2014a, p.47).

Apenas a título de comparação, em todas as reportagens analisadas da revista Carta Capital, apenas uma vez o termo Petrolão foi mencionado, em uma situação em que a reportagem afirmava que os advogados dos empreiteiros queriam caracterizar a Lava Jato como um esquema parecido com o Mensalão, buscando aliviar as penas de seus clientes. Justamente o que identificamos que a revista Veja faz.

A revista Veja, na maioria das reportagens, trata a operação Lava Jato pelos apelidos “Petrolão” e “Propinoduto”, sendo o primeiro mais utilizado que o segundo. O primeiro se deve à comparação com um outro escândalo de corrupção ocorrido no governo Lula, o Mensalão. A junção do nome da Petrobras, alvo central do esquema de corrupção investigado na Lava Jato, com o Mensalão deu origem ao Petrolão. Já o segundo apelido faz alusão ao ramo de atividade da Petrobras, que utiliza dutos para escoamento da produção de petróleo e gás. O propinoduto seria, então, os caminhos por onde escoar a propina que era cobrada pelos políticos e funcionários da Estatal nos contratos com as empreiteiras.

Os acusados no escândalo do **petrolão** se movimentam para impedir o avanço das investigações. O alvo principal é Sérgio Moro, o magistrado responsável pelo processo que está desnudando o maior caso de corrupção da história (BONIN; PEREIRA, 2014b, p.63).

Os corruptos do **petrolão** agradeceram a iniciativa, pois, e isto é incrível, a mudança na lei feita por Lula os favoreceu diretamente (MARQUES; RANGEL, 2014c, p.65).

Ex-servidores da Petrobras e empreiteiros não querem pagar sozinhos pelos crimes bilionários cometidos no **petrolão** (BONIN; PEREIRA, 2015a, p.52).

Mas os investigadores que cuidam do caso dizem que se trata apenas de um pequeno trecho do **propinoduto** que o preso operava na Petrobras, tendo de um lado os corruptores, do outro, corruptos e ele no meio fazendo a integração entre as duas partes do empreendimento criminoso (MARQUES; RANGEL, 2014a, p.67).

As investigações do **petrolão** desnudam novos **propinodutos** a cada dia, o endividamento é preocupante e a situação interna é de descontentamento (GASPAR, 2015, p.52).

Também observamos a utilização da ironia e de outras figuras de linguagem nos textos das reportagens da revista Veja, buscando enfatizar alguns acontecimentos e convencer o leitor quanto à sua versão. A ironia também é muito utilizada pela revista para questionar versões dadas por políticos e empresários envolvidos no esquema de corrupção dentro da Petrobras.

O que uma parte da nobreza do Parlamento fazia num lugar conhecido como centro de captação e distribuição de propina? (RANGEL, 2014d, p.70).

A estrela, que já simbolizou a esperança dos brasileiros em tempos mais republicanos na política, cedeu lugar à mochila, à cueca e a tudo aquilo que guarde dinheiro sujo (BONIN; PEREIRA, 2015a, p.53).

4.2.2 Veja - Repertório Interpretativo 2: o PT criou o esquema de corrupção na Petrobras

Outro repertório que fica claro a partir da análise das reportagens é o posicionamento da revista Veja de que o PT foi o mentor do esquema de corrupção, além de ter sido o maior beneficiado, apesar do envolvimento de outras siglas partidárias. Para a revista Veja, os partidos envolvidos no escândalo dentro da Petrobras seriam, além do PT, dois de seus principais aliados, o PMDB e o PP, ficando clara a posição da revista como oposição ao governo do partido.

Fato que reforça o posicionamento da revista contra o PT é que, para a Veja, o esquema de corrupção na Petrobras não poderia ter acontecido sem que o chefe do executivo tivesse conhecimento, ou seja, o ex-presidente Lula e a presidente à época Dilma Rousseff sabiam de toda a estrutura montada dentro da estatal. Os ataques aos ex-presidentes Lula e

Dilma, ambos do PT, ficam claros no discurso da revista Veja. Nas vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2014, inclusive, a revista antecipou a circulação de uma edição para que fosse divulgado vazamentos da delação premiada do doleiro Alberto Youssef antes da votação. A capa da revista trazia destaque afirmando que os dois tinham conhecimento de todo o esquema dentro da maior empresa estatal brasileira.

A propina arrecadada em pelo menos cinco diretorias era destinada aos três maiores partidos do governo: PT, PMDB E PP (RANGEL, 2014f, p.74).

Comparsa de Youssef na pilhagem da maior empresa brasileira, o ex-diretor Paulo Roberto Costa já declarara aos policiais e procuradores que nos governos do PT a estatal foi usada para financiar as campanhas e comprar a fidelidade de legendas aliadas (BONIN, 2014g, p.60).

Segundo relatos, o PT não só é apresentado como responsável pela montagem e pela operação do esquema de corrupção na estatal como também se nutriu dele. E ainda mais grave: dinheiro da corrupção pode inclusive ter ajudado a eleger Dilma Rousseff (BONIN; HISAYASU, 2014, p.64).

Justamente o elo da roubalheira com o partido do governo, o personagem que, sabe-se agora, comprova com cifras astronômicas como o PT – depois de posar como vestal nos tempos de oposição, assimilou, aprimorou e elevou a níveis inimagináveis o que há de mais repugnante na política ao conquistar o poder (BONIN; PEREIRA, 2015a, p.47).

[...] Lula e Dilma teriam de ser os mais mal informados personagens da República para não saberem das atividades paralelas de Paulo Roberto Costa (MARQUES; RANGEL, 2014c, p.64).

Para a revista Veja, os partidos envolvidos no esquema são o PT, o PMDB e o PP, sendo o primeiro o principal responsável e o maior beneficiário do esquema, pelo fato de ser o partido que estava no governo federal desde 2002, além de no primeiro ano da operação ter o maior número de políticos citados no envolvimento com o esquema de corrupção. Fica evidente nas palavras dos jornalistas da revista Veja que a mesma se posiciona em oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores. Ao enfatizar que o PT foi quem criou o esquema de corrupção na Petrobras, a revista Veja não menciona (intencionalmente ou não) outros escândalos de corrupção que ocorreram nos governos anteriores ao governo do PT, relacionados a outros partidos políticos, fazendo com que estes caíam no esquecimento de seus leitores.

A propina arrecadada em pelo menos cinco diretorias era destinada aos três maiores partidos do governo: PT, PMDB E PP (RANGEL, 2014f, p.74).

Para conseguirem os contratos fraudados na estatal, os empreiteiros pagavam de 1% a 3% de propina ao PP, ao PMDB e ao PT. [...] Lula e o PT foram os criadores e os principais beneficiários do esquema de corrupção na Petrobras (BONIN, 2015c, p.55).

A presidente anunciou que vai processar a revista – e não quem a denunciou. Lula seguiu o mesmo caminho: “A Veja se definiu ideologicamente já há muito tempo. Ela odeia o PT, ela odeia os governos do PT (BONIN; PEREIRA, 2014b, p.70).

Outro aspecto encontrado nas reportagens, principalmente após o mês de outubro de 2014, é que, para a revista *Veja*, o ex-presidente Lula e a presidente à época da deflagração da operação, Dilma Rousseff, sabiam de todo o esquema de corrupção que se dava dentro da maior empresa estatal do país, a Petrobras. Para o semanário, além de Lula e Dilma serem coniventes com o esquema de corrupção, os dois também teriam se beneficiado com o dinheiro desviado da estatal através dos contratos fraudulentos, e estariam no topo da cadeia de comando do esquema. A revista *Veja*, inclusive, dedicou ao tema uma capa de revista da edição 2397, de 29 de outubro de 2014, trazendo trechos vazados da delação premiada do doleiro Alberto Youssef, em que ele afirmara que a alta cúpula do governo federal tinha conhecimento do esquema. Como estávamos em pleno segundo turno da disputa presidencial, a revista antecipou a circulação da edição para que essa chegasse às bancas e nas casas dos assinantes antes do pleito, de modo a influenciar o leitor eleitor.

O doleiro Alberto Youssef afirma em depoimento à Polícia Federal que o ex e a atual presidente da República não só conheciam como também usavam o esquema de corrupção na Petrobras (BONIN, 2014g, p.58).

O doleiro já afirmou que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff sabiam da existência da quadrilha na Petrobras. As novas declarações indicam que, além de saberem, eles podem ter se beneficiado política e eleitoralmente do esquema (BONIN; HISAYASU, 2014, p.68).

As empreiteiras sabem que novas delações só serão admitidas se revelarem fatos novos [...] Por isso, o alvo é o topo da cadeia de comando, em que, segundo afirmam reservadamente e insinuam abertamente, se encontram o ex-presidente Lula e Dilma Rousseff (BONIN; MEGALE; RANGEL, 2015, p.42).

Uma ideia bastante reforçada nas reportagens da Veja é a vinculação da imagem do ex-presidente Lula com o PT. Em várias reportagens, quando o partido é citado, a citação vem acompanhada de informações como “PT de Lula”, reforçando o posicionamento da revista em oposição aos governos do ex-presidente e em oposição ao atual governo do mesmo partido. Vale ressaltar que, em nenhuma das reportagens analisadas, vinculação semelhante foi feita entre outros partidos e seus líderes.

Seguindo o dinheiro, os investigadores da Lava Jato chegaram a Pedro Barusco, gerente da Petrobras, que disse ter entregue 200 milhões de dólares em propinas ao tesoureiro Vaccari e ao PT de Lula (BONIN, 2015c, p.55).

4.2.3 Veja - Repertório Interpretativo 3: A Lava-Jato é o maior esquema de corrupção da história do país.

O terceiro repertório identificado nas reportagens da revista Veja na construção do escândalo foi a alcunha de que o caso de corrupção descoberto pela investigação da operação Lava Jato é maior esquema de corrupção da história do país. O esquema, que revelou uma quadrilha que cometeu um grande assalto aos cofres da maior empresa estatal brasileira, teria causado prejuízos incalculáveis para a Petrobras, e levou à prisão de empresários das maiores empreiteiras do país. A operação seria mais uma oportunidade para o país fazer uma limpeza na corrupção instaurada em suas instituições, levando corruptos e corruptores a cumprirem penas nunca antes impostas para este tipo de crime.

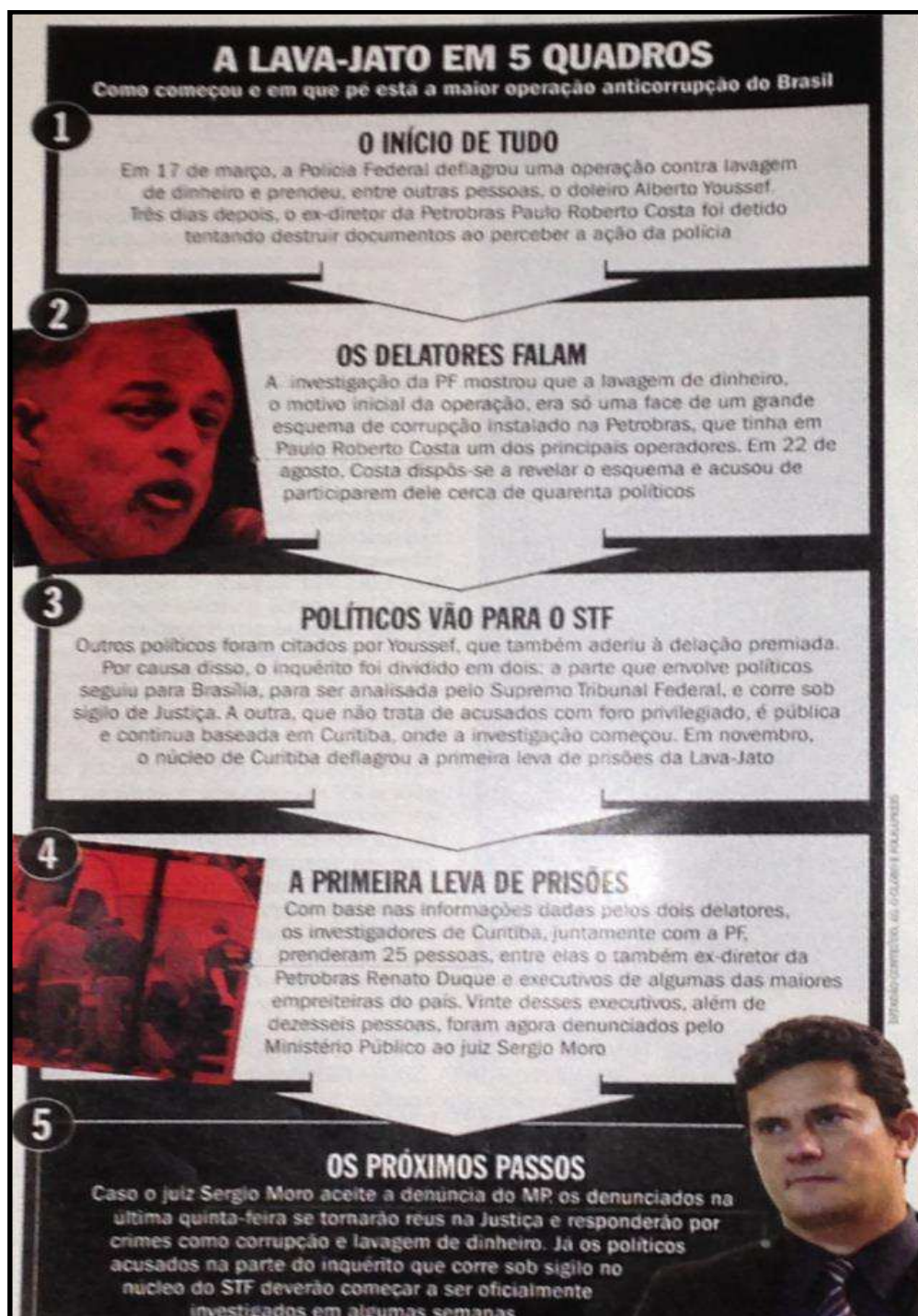
Cada partido envolvido no esquema tinha um ou mais operadores responsáveis pela movimentação da parte de cada legenda. Para a revista, o esquema era tão bem organizado que, inclusive, contava com um serviço inovador de entrega de propina em domicílio, em que os principais clientes do esquema recebiam os seus valores em casa, entregues por funcionários do doleiro Alberto Youssef.

O que ninguém imaginava – nem mesmo os policiais – é que, a partir das informações dadas pelos dois criminosos, uma monumental engrenagem de corrupção, talvez a maior de todos os tempos, começaria a ruir (BONIN, 2014f, p.86).

O escândalo de corrupção na Petrobras já é, de longe, o maior de todos os tempos. Calcula-se que pelo menos 4 bilhões de reais foram desviados por diretores nomeados por indicação política na estatal, valendo-se de propinas cobradas de grandes empreiteiras e operadas por doleiros (RANGEL, 2015b, p.48).

A revista *Veja*, ao longo de suas reportagens sobre a operação Lava Jato, trouxe por várias vezes resumos e esquemas sobre a origem da operação, os principais envolvidos entre políticos, funcionários da Petrobras e empresários, e os resultados alcançados até o momento daquela edição. Em uma operação tão complexa como essa, que a própria revista considera como o maior esquema de corrupção de toda a história do Brasil, os textos que relembram como se deu a operação visam facilitar o entendimento do leitor, que em meio a tantas informações pode ter perdido algo considerado importante para o editorial da revista. A seguir, na Figura 3, um exemplo desse tipo de resumo utilizado pela revista.

Figura 3 – Resumo da operação Lava Jato publicado na revista Veja



Fonte: Veja (BONIN; MARQUES, 2014, p.72)

Conforme identificamos nesse repertório, para a revista Veja, a estrutura de corrupção e lavagem de dinheiro descoberta dentro da Petrobras trata-se do maior esquema de corrupção já descoberto na história do país. Assim como os resumos com os principais desdobramentos

da operação, a revista frisa esse rótulo de maior esquema já descoberto na história do país em grande parte das suas reportagens, fixando esta ideia na cabeça dos leitores. Porém, valores comparativos de outras operações não confirmam que esse seja o maior esquema de corrupção. Além disso, há de se considerar que outros esquemas de corrupção estejam em curso e ainda não vieram a público. Segundo a revista, o que ocorreu foi um grande assalto aos cofres da Petrobras, causando prejuízos incalculáveis para a Estatal, e enriquecendo corruptos e corruptores.

Antes de se revelar o pivô do petrolão, o maior escândalo de corrupção da história contemporânea brasileira, o engenheiro Paulo Roberto Costa era conhecido por uma característica marcante. Era controlador e centralizador compulsivo (MARQUES; RANGEL, 2014c, p. 60).

O PT desviou meio bilhão dos cofres da Petrobras ao longo de dez anos. [...] A investigação do maior esquema de corrupção da história do país se aproximava de um momento decisivo (BONIN; PEREIRA, 2015a, p. 47).

Follow the Money! (Siga o dinheiro), diz Moro. É exatamente o que a força-tarefa de policiais e procuradores do Ministério Público paranaense vem fazendo, sob a supervisão do próprio Moro, no caso da quadrilha que organizou o maior assalto aos cofres públicos da história brasileira (BONIN, 2015c, p.54).

Nas reportagens analisadas, evidencia-se uma organização criminosa. A revista mostra que o esquema de corrupção era tão bem organizado que criou um sistema de entrega de propina em domicílio, o que foi chamado pela revista Veja de “*money delivery*”, ou “propina *delivery*”. Funcionários de Alberto Youssef faziam entregas de dinheiro em espécie em todo o país, carregando os valores em malas até os seus destinos. Segundo a revista, o serviço inovador do Petrolão atendia clientes especiais da “quadrilha” que teria desviado bilhões da Petrobras na última década.

As revelações do homem que entregava dinheiro desviado da Petrobras na casa de deputados, senadores, governadores, ministros e até na sede nacional do PT. [...] Ele era o distribuidor da propina que a quadrilha desviou dos cofres da Petrobras. Era o responsável pelo atendimento das demandas de clientes especiais, como deputados, senadores, governadores e ministros (BONIN; MARQUES, 2014, p. 60).

[...] “*money delivery*” do petrolão, um serviço inovador em matéria de corrupção criado pelo doleiro Alberto Youssef para agradar a “clientes especiais” da quadrilha que desviou bilhões da Petrobras (BONIN, 2014h, p. 48).

Os agentes vão analisar recibos de depósitos bancários, planilhas contábeis e mensagens interceptadas que não deixam dúvidas sobre o principal serviço que as empresas do doleiro ofereciam: entrega de dinheiro, inclusive em domicílio, quando o cliente é especial (RANGEL, 2014b, p. 46).

4.3 A Construção do escândalo político pela revista Carta Capital e seus repertórios interpretativos

A seguir, apresentamos os três repertórios interpretativos mais significativos identificados na Carta Capital: “A Lava Jato é um recurso político-eleitoral”; “A corrupção não é exclusiva do PT ou de outro partido” e “A mídia nativa está a serviço dos grandes grupos de poder”.

4.3.1 Carta Capital - Repertório Interpretativo 1: A Lava Jato é um recurso político-eleitoral

O primeiro repertório que identificamos da revista é uma crítica ao uso político-eleitoral da operação. A revista Carta Capital se posiciona contra a utilização do escândalo com fins políticos, e esse posicionamento é reforçado pelo fato de que, no período pré-eleitoral, poucas reportagens foram veiculadas a respeito das investigações e demais desdobramentos da operação Lava Jato.

As reportagens da revista Carta Capital criticam o uso do escândalo de corrupção descoberto pela operação Lava Jato para fins eleitorais, visto que a operação foi deflagrada em ano de eleições presidenciais. A revista traz relatos de que investigadores e o Ministério Público Federal também demonstravam preocupação com a exploração da operação para esses fins. Para a revista, a utilização do escândalo, tanto por parte da mídia quanto dos próprios partidos e seus membros, com o objetivo de denegrir a imagem de candidatos ou partidos como um todo, através da criação de boatos e divulgação de informações inverídicas, além de prejudicar o processo eleitoral também afeta o bom andamento das investigações, além de ameaçar a oportunidade de se desmontar todo o esquema.

Nos gráficos 1 e 2, apresentados no início desta seção, fica claro esse posicionamento da revista, visto que, desde a deflagração da operação, em março de 2014, até o mês de outubro de 2014, quando aconteceram os dois turnos das eleições, apenas seis reportagens da Carta Capital foram encontradas em nossa busca, sendo duas no mês de abril, voltando a abordar o tema somente em setembro com uma reportagem, e outras três reportagens no mês

de outubro de 2014. Ou seja, nos meses de Maio a Agosto de 2014, não identificamos nenhuma reportagem da revista sobre a operação Lava Jato e seus desdobramentos, exceto algumas menções em pequenos textos da sessão “A Semana”, que não foram considerados, conforme estabelecido em nossa metodologia. Entendemos que essa ausência de destaque da Lava Jato por parte da Carta Capital seja decorrente de seu posicionamento ideológico, que a aproxima da esquerda brasileira, da qual faz parte o partido que estava no governo federal durante o período analisado, o PT.

Não é de agora que o procurador-geral demonstra receio quanto ao prejuízo que a Lava Jato pode sofrer em decorrência da exploração político-eleitoral (BARROCAL, 2014a, p.22).

Aécio explora eleitoralmente o assunto desde a primeira hora. Não dá mais, disse, para tolerar o PT no poder (BARROCAL, 2014a, p.24).

De intensidades e efeitos diferentes, as denúncias de corrupção às vésperas das eleições tornaram-se uma aposta recorrente na tentativa de apejar o PT do poder. Foi assim nas duas disputas anteriores, não é diferente agora. No início do segundo turno, o escândalo da Petrobras voltou com força ao noticiário (SERAPIÃO, 2014b, p.28).

Na mesma conversa, Janot criticou os vazamentos seletivos praticados pelo advogado de Youssef, que segundo ele, é ligado ao PSDB paranaense. “Queriam interferir no processo eleitoral”, afirmou (SERAPIÃO, 2014f, p.25).

A antecipação da circulação da revista Veja, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2014, inclusive, foi criticada pela revista Carta Capital, que afirmou que tal vazamento poderia prejudicar o processo de colaboração do doleiro com a justiça. A crítica da revista Carta Capital vai além, pois, segundo a reportagem, o advogado do doleiro teria negado tal conteúdo veiculado pela revista Veja, criticando também a implantação de notícias na mídia para tumultuar os processos.

Os investigadores tentam proteger a Lava Jato dos efeitos deletérios do uso eleitoral do escândalo. [...] Um bom exemplo das dificuldades a ser enfrentadas pela Lava Jato é a repercussão da última armação da revista Veja. Três dias antes do segundo turno, a semanal sustentou, com base na suposta delação, que a então candidata Dilma Roussef e o ex-presidente Lula “sabiam de tudo” sobre os desvios praticados pela trupe de Youssef na Petrobras. Com o alarde necessário para chamar atenção do eleitorado, a revista do Grupo Abril antecipou em dois dias sua circulação para revelar os supostos detalhes da conivência do ex-presidente e da atual mandatária. Repercutida à exaustão, a reportagem conseguiu tumultuar a relação entre as autoridades envolvidas no caso e pode atrapalhar o processo de colaboração do doleiro preso (SERAPIÃO, 2014d, p. 36).

Passada a tensão da disputa eleitoral, os investigadores e magistrados integrantes da força-tarefa por trás da Lava Jato buscam provar que as operações contra crimes de colarinho-branco no país não estão fadadas ao fracasso. Para isso, tentam esquivar-se das intempéries causadas pelos interesses dos grupos de poder influentes na mídia (SERAPIÃO, 2014d, p. 38).

Em contrapartida, a revista *Veja* não menciona diretamente se é contra ou a favor, mas afirma na reportagem veiculada às vésperas da eleição, na edição que teve a sua circulação antecipada, que era dever jornalístico da revista publicar esses fatos às vésperas da eleição presidencial, e que a revista não faz a publicação visando aumentar as chances de determinado candidato em detrimento de outro, mas, sim, ampliar o grau de informação de seu leitor sobre fatos relevantes que não escolhem hora nem momento para acontecer. Se compararmos o período da deflagração da operação até o mês de outubro de 2014, quando ocorreram os dois turnos das eleições presidenciais, o número de reportagens veiculadas pela *Veja* sobre a Lava Jato foram o triplo da revista *Carta Capital*, sendo uma delas a reportagem citada anteriormente. A partir desse fato, entendemos que a revista *Veja* buscou influenciar o seu público no processo eleitoral, a partir do seu posicionamento oposicionista.

Os textos das reportagens da revista *Carta Capital* abordam mais o contexto político-econômico brasileiro em que se deu a operação Lava Jato, e também o contexto histórico que pode ter originado o esquema de corrupção. Um dos casos mais citados pela revista é o caso Banestado, que também foi julgado pelo juiz federal Sérgio Moro, assim como a Lava Jato. As reportagens, na maioria das vezes, possuem uma análise crítica a respeito da operação e do contexto em que o esquema de corrupção ocorreu, em detrimento da narrativa e cronologia da operação e seus desdobramentos.

O nervosismo ampara-se na possibilidade de a Lava Jato transformar-se em um novo caso Banestado ao expor as negociatas entre partidos políticos e a elite do empresariado brasileiro que há muitas décadas dita as regras na política (SERAPIÃO, 2014c, p. 35).

A matriz dos crimes investigados na operação é a lavagem de dinheiro do falecido ex-deputado José Janene em um empreendimento industrial chamado Dunel Industria e Comércio, na cidade de Londrina (SERAPIÃO, 2014f, p. 24).

A revista *Carta Capital* também faz uso da ironia e outras figuras de linguagem nos textos de suas reportagens. Em geral, a ironia é utilizada no fechamento das reportagens,

colocando em dúvida o andamento da operação, se ela irá conseguir algum avanço no combate à corrupção no Brasil ou se políticos e empresários envolvidos no esquema de corrupção dentro da Petrobras passarão impunes. A ironia também é utilizada como uma maneira de criticar o uso da operação para fins político-eleitorais.

Ao sair do limbo, as provas comprovariam que a novidade não é a existência de um cartel de empreiteiras a atuar em todos os níveis de poder, mas o compromisso do Judiciário em punir os envolvidos em desvios de dinheiro público (SERAPIÃO, 2014h, p. 36).

[...] Lava jato pode, enfim, responder à pergunta de Duque que nomeou a última fase da operação. Que país é esse? (SERAPIÃO, 2015f, p. 32).

Para a Carta Capital, em diversas outras investigações sobre esquemas de corrupção no Brasil, envolvendo políticos e empresários poderosos, esses conseguiram sair vitoriosos e escaparem das punições da justiça. A operação Lava Jato seria mais uma etapa na disputa entre corruptos e corruptores contra a justiça, e uma esperança para o fim da impunidade dos crimes de colarinho branco no país.

Nos últimos encontros, os empresários foram os vencedores. A Lava Jato é mais um *round* (SERAPIÃO, 2014f, p.27).

São banqueiros, empresários, políticos e operadores tidos como imunes às investidas da lei e que agora podem sucumbir ao trabalho da força-tarefa sediada em Curitiba (SERAPIÃO, 2015a, p.28).

Na operação Lava Jato, segundo a Carta Capital, o jogo de interesses entre políticos, e entre esses e empresários, ficou muito claro. Os políticos ajudavam os empresários a conseguirem os contratos que viriam a ser fraudados para gerar a propina que movimentava o esquema, e os empresários, em contrapartida, financiavam partidos e políticos em suas campanhas através de doações. O doleiro Alberto Youssef entrava para dar ares de legalidade ao dinheiro sujo que era doado aos partidos e políticos.

Empreiteiras subornavam funcionários públicos em troca de contratos na Petrobras. Costa dividia a comissão com políticos que o mantinham no cargo. Também funcionava na via contrária: as empresas financiavam deputados e senadores em troca de contratos obtidos por estes decorrente da íntima relação com o ex-diretor da estatal (BARROCAL, 2014a, p.25).

A OAS foi fundada em 1976 por três sócios, um deles, César de Araújo Mata Pires, 65 anos, genro do falecido cacique político da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Uma das maiores doadoras de campanhas políticas, obteve contratos no Brasil e no exterior para a construção de plataformas *offshore*, rodovias e estádios para a Copa do Mundo (DRUMMOND, 2015d, p.19).

4.3.2 Carta Capital – Repertório Interpretativo 2: A corrupção não é exclusiva do PT ou de outro partido

Um segundo repertório recorrente nas reportagens de Carta Capital é de que a corrupção não é uma criação do PT, e também não é exclusiva desse ou daquele partido. Na visão do editorial da revista, a corrupção é um mal antigo e crônico que assola o Brasil há tempos, com diversas consequências para a sociedade brasileira, e não uma criação recente a partir do governo Lula.

Apesar de reconhecer que os principais partidos envolvidos no esquema descoberto seriam os já citados PT, PMDB e PP, a revista menciona que outros partidos fizeram parte e foram beneficiados pelos desvios na Petrobras, e inclusive tiveram campanhas financiadas com dinheiro de propina. Partidos como o DEM, o PTB e o PSDB também teriam sido financiados pelo dinheiro da corrupção. Ademais, em alguns momentos, a revista Carta Capital sai em defesa do governo PT, apontando números positivos conquistados, e que o PT, Lula e Dilma não seriam os únicos responsáveis pela crise.

Talvez, como Lula diz, sobre apenas para o PT. Mas Youssef e sua trupe são ecumênicos. Prestam ou prestaram serviços a partidos governistas de hoje e de ontem, e também para boa parte do empresariado (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014a, p. 30).

Os desdobramentos da lava Jato mostram que nenhum partido político está imune ao desenrolar das investigações, embora o trio PT-PMDB-PP seja o protagonista da trama (SERAPIÃO, 2014f, p. 27).

Se indiciar um mero grupo de cidadãos brasileiros acusados de corrupção, e até condená-los ao cabo do processo que se seguirá, resolvesse o problema central e imediato do Brasil, a esperança teria sentido. Não é assim, porém. A corrupção é mal antigo e crônico (BARROS; HISAYASU, 2014, p. 14).

Ao seguir novos rumos, a investigação deve alcançar políticos de outros partidos. Não bastassem as obscuras e ainda não explicadas investidas da Delta e Assad nos contratos paulistas, os desdobramentos das investigações em Curitiba podem reavivar ao menos quatro escândalos dos 20 anos de PSDB no Palácio dos Bandeirantes (SERAPIÃO, 2015f, p. 31).

Mesmo reconhecendo que a operação Lava Jato teve sua origem nos partidos da base do governo (PT, PMDB e PP), a revista Carta Capital, em várias reportagens, amplia o foco da narrativa para outros partidos, principalmente para o principal partido de oposição ao governo Dilma, e derrotado nas últimas eleições presidenciais, o PSDB, de Aécio Neves. Os partidos da oposição, dentre eles o PSDB, também teriam sido beneficiados pelo esquema de corrupção dentro da Petrobras, inclusive, com financiamento de campanhas por parte das empreiteiras envolvidas, além de serem citados em outros escândalos anteriores à Lava Jato. Para a revista, a oposição teria medo de ver outros escândalos passados voltarem à tona com a Lava Jato, e que novas investigações pudessem descobrir fatos que não teriam sido revelados anteriormente, e por este motivo tentam vincular a operação à base governista.

Segundo um laudo de peritos financeiros da PF concluído no fim do governo Fernando Henrique Cardoso, o doleiro foi usado pelo mais famoso tesoureiro do PSDB Ricardo Sérgio de Oliveira, para enviar 56 milhões de dólares ao exterior em 1996 e 1997 (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014a, p. 31).

Embora petistas e aliados sejam os “donos” das principais obras em mãos da companhia (Camargo Correa), o medo da oposição é de a investigação reavivar a rumorosa Operação Castelo de Areia, enterrada pelo Supremo Tribunal de Justiça em 2001. [...] Além do PT, a documentação compromete, em especial, o PMDB e a nata do tucanato paulista (SERAPIÃO, 2014f, p. 27).

Dos citados na anotação, “Sig” seria o ex-deputado Sigmaringa Seixas. Fundador do PSDB e atualmente ex-deputado pelo PT [...] (SERAPIÃO, 2015e, p. 27).

4.3.3 Carta Capital - Repertório Interpretativo 3: A mídia nativa está a serviço dos grandes grupos de poder

Um terceiro repertório que fica claro no discurso da revista Carta Capital é o rompimento do editorial com a mídia tradicional, que é chamada de mídia “nativa”, a qual, segundo as reportagens, está a serviço dos grandes grupos de poder. A ação dessas mídias se daria através de um pensamento antipolítico, levando ignorância e despolitizando o seu

público. Alguns grandes e tradicionais veículos de comunicação são criticados, como a revista *Veja* do Grupo Abril, a *Globo* e a *Folha*.

Esse tipo de mídia, inclusive, ajudaria na construção da imagem de que o PT seria o único responsável pelo escândalo de corrupção na Petrobras, o que é contestado pela revista como mostramos no repertório anterior. A partir desse posicionamento, foi possível inferir que, na visão da revista *Carta Capital*, a revista *Veja* faz parte do que eles chamam de “mídia nativa”, que estaria a favor dos interesses dos grupos de poder e de quem os sustenta.

No Brasil, um pensamento antipolítico leva ao fortalecimento da casa-grande e incentiva a mídia nativa no seu esforço de despolitização de quantos a leem ou ouvem (CARTA, 2014, p. 16).

Como se vê, a percepção da grande maioria da opinião pública conflita com o noticiário da mídia hegemônica, que não se cansa de apresentar o PT como o grande vilão no caso. E não poupa as lideranças tucanas, na contramão da imagem de paladinos da moralidade que imaginam possuir (COIMBRA, 2014, p. 15).

Assim como nos dois casos, várias outras investigações acabaram no limbo após a ação das defesas em conluio com meios de comunicação subservientes aos interesses dos grandes grupos econômicos (SERAPIÃO, 2015c, p. 45).

Venina Fonseca é mais uma prova de como uma significativa parcela da mídia atua não para esclarecer os fatos, mas em nome de interesses políticos (HOLOFOTES..., 2015, p.36).

Para a revista *Carta Capital* a chamada “mídia nativa” estaria sempre a favor da casa grande. Este tipo de mídia agiria com um pensamento antipolítico, que leva à produção da ignorância e de despolitização daqueles que leem ou ouvem tais informações veiculadas. Parte dessa mídia tenta passar a ideia de que a declamada operação Lava Jato seria fruto único e exclusivamente produzido pelo Partido dos Trabalhadores, o ex-presidente Lula e a ex-presidente Dilma, o que, na visão do editorial, não é verdade, pois a corrupção no Brasil é um mal antigo e crônico, e não fruto de uma ou outra determinada legenda partidária e seus membros. Grandes veículos de comunicação são criticados pelos editoriais, como, por exemplo, a rede *Globo* e a revista *Veja*.

Caso consiga evitar o caminho seguido pelas outras investigações, Sergio Moro e os integrantes da Lava Jato entrarão para a história não só por punir os que roubam há anos o País, mas também por vencer a nossa mídia nativa sempre disposta a ficar do lado da casa-grande e seus construtores (SERAPIÃO, 2015c, p. 45).

O cartaz em questão resulta da maciça campanha midiática urdida para desestabilizar o governo, alimentado pelo ódio de classe antipetista e pela leviandade e má-fé dos sábios do jornalismo nativo (CARTA, 2015a, p. 14).

Várias reportagens da revista Carta Capital fazem menção à operações contra a corrupção ocorridas na Itália, quais sejam, a operação Mãos Limpas e outra operação que descobriu uma máfia que desfalcou os cofres da prefeitura de Roma. Tais citações ocorrem tanto no lado positivo, exaltando resultados no combate aos corruptos, quanto nos aspectos negativos, em que as operações também trouxeram consequências ruins para o país, ou não cumpriram efetivamente aquilo que se propôs.

Ou teremos uma operação semelhante à Mãos Limpas Italiana ou continuaremos a ser a nação da impunidade (SERAPIÃO, 2014d, p. 38).

Importante é não perder de vista um resultado negativo da Mãos Limpas, ou seja, ocorreram 423 prescrições, o que dá um beneficiado em cada quatro denunciados (MAIEROVITCH, 2014a, p. 23).

Os repertórios interpretativos identificados nesta seção representam o posicionamento de cada uma das revistas frente à construção do escândalo de corrupção descoberto pela operação Lava Jato. Como vimos em nosso referencial teórico, Chaia e Teixeira (2001) afirmam que o escândalo político se diferencia do escândalo midiático pelo seu campo de discussão, visto que implica em lideranças políticas que estão envolvidas com o poder político, em um cenário que também é político. Assim, os escândalos políticos podem envolver questões financeiras, corrupção e escândalos de poder, relacionados ao mau uso ou abuso de poder, o que pudemos identificar através dos repertórios interpretativos que emergiram do material analisado.

Nosso quarto objetivo específico era analisar de que modo os repertórios interpretativos são utilizados, para quê e o contexto em que foram produzidos. A partir da identificação dos repertórios das duas revistas analisadas, entendemos que os repertórios da revista Veja foram utilizados como uma forma de oposição ao partido da situação no governo federal, o PT, enquanto os repertórios da revista Carta Capital enfatizam que a corrupção não é exclusiva de um partido apenas, mas um mal geral, e que cabe à mídia apenas informar o leitor, e não tentar influenciá-lo a favor ou contra algum partido.

Apresentamos nesta seção os três principais repertórios interpretativos utilizados em cada uma das revistas analisadas para a construção do escândalo de corrupção na Petrobras,

respondendo ao objetivo geral desta dissertação. Na próxima seção, faremos a discussão dos resultados, no intuito de aprofundar e responder aos demais objetivos específicos desta pesquisa.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO

Nosso objetivo geral com esta pesquisa foi identificar e analisar discursivamente os repertórios interpretativos da mídia sobre os escândalos de corrupção, no caso da Operação Lava Jato, no primeiro ano após a sua deflagração. Seleccionamos para fundamentar nossa análise duas revistas nacionais de grande circulação, de posicionamentos opostos: a Carta Capital e a Veja. Iniciamos com o mapeamento da cobertura midiática dos escândalos de corrupção da Operação Lava Jato.

Os repertórios interpretativos identificados foram produzidos em um contexto sócio-econômico-político influenciado pela formação do Estado Brasileiro e as suas raízes culturais, as quais estão diretamente ligadas aos problemas enfrentados nos dias atuais, dentre eles, a corrupção institucionalizada no País.

O contexto em que se deu o primeiro ano da operação Lava Jato foi coberto de outros acontecimentos relevantes no país. Primeiramente, menos de três meses após a deflagração da operação, foi realizado no Brasil um dos maiores eventos esportivos do planeta, que é a Copa do Mundo de Futebol. A cobertura da realização desse evento teve grande destaque na mídia a nível nacional e mundial, o que influencia na cobertura de outros acontecimentos, como a própria operação Lava Jato.

Outra questão importante é que o início da operação se deu em ano de eleições para presidente, governadores, deputados e senadores, outro evento que também teve grande destaque nas coberturas jornalísticas. Dentro do contexto das eleições, um acontecimento importante também recebeu destaque pela mídia, que foi a morte do candidato à Presidência da República Eduardo Campos. Político jovem e considerado promissor por parte da mídia, Eduardo faleceu em um desastre aéreo, fato que reforçou ainda mais a comoção com o acontecimento. O candidato vinha crescendo nas pesquisas, e era tido como uma terceira via, uma alternativa à troca de poderes recente entre PSDB e PT no comando do país.

Após a morte de Campos, as atenções ficaram voltadas para a sua até então candidata a vice, Marina Silva, que assumiu a candidatura. Marina travou disputa com o candidato do PSDB Aécio Neves, para decidirem quem iria disputar o segundo turno com a candidata à reeleição Dilma Roussef. Marina, que após a morte de Eduardo aparecia nas pesquisas como favorita, acabou sendo derrotada por Aécio, que posteriormente viu Dilma Roussef vencer a eleição no segundo turno.

O governo de Dilma já estava desgastado em 2014, com o início de uma crise econômica no Brasil após longo período de estabilidade. Dilma era questionada pelos órgãos de controle a respeito de, entre outras coisas, as pedaladas fiscais. Após a reeleição de Dilma, a oposição começou a falar em *impeachment*. Além disso, Dilma já havia perdido boa parte de seu apoio no Congresso, o que veio a piorar com a eleição de Eduardo Cunha, um antigo adversário político do PT, para a presidência da Câmara dos Deputados. No ano seguinte, Eduardo Cunha seria o responsável por aceitar o pedido de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff, fato que veio a ser consumado no ano de 2016.

A partir da análise dos repertórios interpretativos encontrados nas reportagens analisadas das revistas Veja e Carta Capital acerca do escândalo de corrupção na Petrobras, investigado pela operação Lava Jato, encontramos as diversas perspectivas teóricas sobre a corrupção, que foram revisadas em nosso referencial teórico, bem como os componentes de um escândalo.

A perspectiva mais recorrente sobre a corrupção encontrada nas reportagens das revistas sobre a operação Lava Jato é a perspectiva legal, que caracteriza a corrupção como um ato que é proibido pela lei, ou seja, a transgressão de leis ou normas, e comportamentos que desviam das leis ou regulamentações (HODGKINSON, 1997; BREI, 1996; GARDINER, 2002). A corrupção seria o abuso da coisa pública em benefício privado. Exatamente o que aconteceu na Petrobras, em que os corruptos e corruptores se apropriaram da estrutura da empresa, visando benefícios próprios e de seus partidos e empresas, em detrimento dos objetivos da estatal.

A Polícia Federal descobriu que Paulo Roberto, um doleiro, políticos e prestadores de serviços estão interligados em um consórcio montado para fraudar contratos na Petrobras, enriquecer seus membros e financiar partidos políticos (MARQUES; RANGEL, 2014a, p.68).

Durante três anos, Meire manuseou notas fiscais frias, assinou contratos inexistentes, montou empresas de fachada, organizou planilhas de pagamento. Ela deu ares de legalidade a um dos esquemas de corrupção mais grandiosos desde o mensalão (BONIN, 2014c, p.55).

Além do doleiro Alberto Youssef e apaniguados, que operavam o braço financeiro, e de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da estatal, foram denunciados alguns dos principais executivos de seis empreiteiras. São 22 diretores das construtoras Camargo Correa, UTC Engenharia, OAS, Mendes Júnior, Engevix e Galvão Engenharia, acusados pelos crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha (SAKATE, 2014i, p.24).

Com o auxílio das delações e à luz de vultuosos prejuízos financeiros enfrentados pela Petrobras, foram investigados crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de organização criminosa (MAIEROVITCH, 2014c, p.14).

A perspectiva do interesse público também está presente nas reportagens. Nessa perspectiva, baseado nos autores Hodgkinson (1997), Brei (1996), Gardiner (2002) e Heidenheimer (1970), algo é considerado correto na medida em que cumpre a finalidade para a qual foi criado, sendo a corrupção a traição ou um ato prejudicial ao interesse público para obtenção de ganho privado. Aqui o interesse público é baseado na ética e na moral. É possível identificar na operação Lava Jato que a prevalência do interesse público foi afetada, uma vez que o sucesso da empresa é de interesse público, já que seu maior acionista é a União, e seus lucros poderiam ser investidos em prol da população.

Pena que o objetivo de tanta eficiência seja o enriquecimento pessoal pela subtração de dinheiro público que poderia ser usado para tratar pacientes do SUS, melhorar as condições dos sofridos hospitais públicos ou aumentar a oferta de leitos. Em vez disso, o vice-presidente da Câmara dos Deputados, “muito influente no partido”, cuida de encher o próprio bolso e o do doleiro preso pela Polícia Federal (BONIN, 2014a, p.58).

A luta entre Moro e as bancadas criminalistas representa a disputa do interesse público contra uma elite empresarial acostumada às benesses do poder conquistadas por meio do pagamento de propinas (SERAPIÃO, 2014f, p.27).

A perspectiva da opinião pública foca nas concepções de corrupção definidas pela opinião dos cidadãos. Para Brei (1996), o suborno é uma técnica bastante utilizada, o que também ficou caracterizado na Lava Jato. Gardiner (2002) afirma, nessa perspectiva, que se existem diferenças significativas entre as leis e como a maior parte dos cidadãos define a corrupção, há uma tendência de que funcionários do governo sejam guiados mais pela cultura local do que pelas leis, fato que acontece com a classe política brasileira, pois como mostraram as reportagens sobre a operação Lava Jato, existe uma cultura de impunidade para os políticos corruptos, o que traz o pensamento de que o crime compensa.

A nova etapa da investigação mira a parte intermediária do esquema, os destinatários dos subornos, os alvos ensaboados que, por tradição, são quase sempre bem-sucedidos na arte de driblar a lei. Pegue-se o caso do ex-ministro José Dirceu. Ele foi condenado à sete anos e onze meses de prisão por liderar os petistas envolvidos no escândalo do mensalão, ficou preso 354 dias, ganhou o direito de cumprir o resto da pena em casa e o privilégio de continuar desfrutando os milhões de dólares e reais que faturou em suas múltiplas consultorias. Dirceu era o exemplo de como uma punição branda desperta a sensação de que o crime, para alguns, realmente compensa (HISAYASU; RANGEL, 2015, p.50).

Outra perspectiva presente nas reportagens é a centrada no mercado, em que as teorias econômicas e leis do mercado determinam se existe a corrupção. Aqui temos características como a compra de favores junto aos responsáveis pelas políticas econômicas. A corrupção seria a ação de indivíduos ou grupos no intuito de influenciar as ações da burocracia e a implementação de políticas, ou a participação anormal de grupos de interesse em processos de tomada de decisão (HODGKINSON, 1997; BREI, 1996; HEIDENHEIMER, 1970). A Petrobras, segundo a revista *Veja*, teria sido utilizada como instrumento de política econômica do governo, o que teria prejudicado o desempenho da empresa e pode ter contribuído para o escândalo ocorrido.

Mas abusaram do aparelhamento político da Petrobras, transformando-a em uma fonte de escândalos de corrupção. A Petrobras foi feita de ferramenta para tentar corrigir erros absurdos de política econômica, sendo obrigada a amargar prejuízos bilionários para segurar os preços do diesel e da gasolina nas bombas e, assim, mascarar a inflação. O resultado é desastroso para a empresa e para o Brasil (A MARCA..., 2014, p.53).

Costa deixou a estatal em 2012, mas as empreiteiras continuaram agradecidas, não se sabe se por serviços prestados no passado ou pela expectativa de que ele traficaria influência para favorecer os clientes no presente e no futuro ou se por uma combinação das duas atividades (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014b, p.23).

Titulares de cargos públicos praticando atos de desvios de normas para fins impróprios. Isto é o que caracteriza a perspectiva do cargo público (NYE, 1967; HEIDENHEIMER, 1970), em que a corrupção seria resultado de abuso de autoridade que leve a ganho pessoal (não necessariamente monetário) do titular do cargo ou pessoas próximas a ele. Essa perspectiva está fortemente presente nas reportagens analisadas, uma vez que políticos e funcionários da Petrobras utilizaram a empresa para criar um esquema de corrupção que levou ao enriquecimento dos participantes, além de também financiarem os seus respectivos partidos e campanhas.

Sem a pressão das urnas, o ex-vice-presidente da Câmara já ouviu de alguns membros do conselho que sua punição será branda, no máximo uma advertência pelo “mau comportamento”. Afinal, ele não é o único que tem amizade com criminosos, não é o único que usa jatos emprestados de empresários, não é o único que se aproveita do cargo para encher os bolsos de dinheiro viabilizando negócios escusos no governo (BONIN, 2014b, p.63).

É inadmissível usar o cargo para represálias contra os investigadores da Lava Jato, como ameaçam Calheiros e Cunha (MAIEROVITCH, 2015, p.17).

A corrupção também pode ser caracterizada por práticas tradicionais e percepções culturais que são difundidas pela sociedade historicamente ao longo do tempo, como aborda a perspectiva histórico-cultural (HODGKINSON, 1997). A ênfase na história como fator determinante para as atitudes das pessoas nos leva a considerar a corrupção como natureza da sociedade.

Nas reportagens identificamos que a formação do Estado Brasileiro, com base no patrimonialismo, contribuiu para a inserção de uma cultura de corrupção na sociedade brasileira, reforçada por uma cultura de impunidade, principalmente em crimes de colarinho branco cometidos por políticos e pessoas de grupos de poder influentes na sociedade. Isto confirma o pensamento de Faoro (2001) de que a explicação para as grandes dificuldades enfrentadas pelo Estado brasileiro está justamente no caráter de sua formação histórica, principalmente, na estrutura patrimonialista adquirida dos colonizadores.

O que afirmamos no parágrafo anterior também vai ao encontro da teoria da cultura política, em que os padrões culturais agem de forma a viabilizar (ou inviabilizar) os comportamentos corruptos (GOMES, 2010), e à forma de corrupção cultural abordada por Filgueiras (2006), em que a desonestidade e os costumes fazem com que os agentes reproduzam práticas que colocam em risco a integridade e a ordem da comunidade.

Num país habituado à impunidade, cujos políticos tem horror atávico a assumir seus erros e uma propensão irrefreável a atribuí-los a terceiros, pode ser difícil acreditar em normalidade institucional [...] (PETRY, 2015, p.59).

Trambiques, falcatuas, o patrimonialismo inesgotável no País que às vezes se arvorou a ser do futuro, terra de 500 anos de predação e onde a escravidão, oficialmente encerrada depois de três séculos e meio, ainda não terminou na prática do cotidianos (CARTA, 2015b, p.14).

A partir desta discussão dos resultados identificamos que, para os veículos analisados, a corrupção está diretamente relacionada com as nossas raízes históricas. A noção de que o

Estado estaria voltado para satisfazer os interesses dos próprios dirigentes como um bem em si próprio, herança do patrimonialismo, com o tratamento da coisa pública pelo governante como se privada fosse, faz com que interesses privados prevaleçam sobre os interesses da coletividades (FAORO, 2001). Esta sobreposição do interesse particular em detrimento do interesse coletivo fica clara no escândalo de corrupção analisado, uma vez que os desvios de dinheiro público visavam o enriquecimento próprio dos membros vinculados ao esquema e de suas organizações, sejam empresas ou partidos políticos.

A atuação da mídia, através da publicização, é que torna visíveis aquelas atividades que estavam escondidas do grande público, criando um campo complexo entre as imagens e informações, o que torna difícil o controle da visibilidade midiática e a transforma em uma armadilha para as lideranças. O surgimento do escândalo midiático/político se relaciona com as transformações sociais que acontecem no mundo moderno, que redefinem as relações entre a vida pública e privada, através de novas formas de visibilidade e publicização que emergem e provocam novas relações entre o escândalo e a mídia, como afirmaram Chaia e Teixeira (2001). Assim, os repertórios utilizados pelas revistas na construção dos escândalos, quando transmitidos ao seu público através das reportagens, contribuem para a construção das representações sociais acerca do esquema de corrupção da operação Lava Jato.

A comunicação, como um vetor de transmissão da linguagem, carrega em si mesma as representações sociais (JODELET, 2001). O processo de comunicação entre as revistas e seus leitores semanalmente possui importante papel na construção das representações, pois como afirmaram Santos, Neto e Souza (2011) é através da comunicação que as representações são construídas. Ainda segundo os autores, a comunicação em massa, além de construir novas representações, é responsável por reproduzir ideias provenientes do meio social, participando assim da construção e difusão de novas representações. Isto acontecia a cada vez em que novos fatos a respeito da operação Lava Jato eram divulgados pelas revistas, pois como a operação acontece de maneira muito dinâmica, a cada nova reportagem novos fatos eram inseridos, permitindo a construção de novas representações sociais.

Assim, a corrupção e os escândalos políticos e midiáticos estão imbricados, uma vez que a corrupção ocorrida dentro da Petrobras, a partir do momento em que se tornou pública, foi o epicentro do escândalo narrado pela mídia, corroborando com a ideia de Azevedo (2010) de que os principais fatos explorados pela mídia para a construção dos escândalos são a corrupção e o suborno político. Mas transgressões narradas pela mídia nem sempre produzem escândalos quando divulgadas ao público, e segundo Adut (2004) o status do transgressor muitas vezes pode ser determinante para o nascimento do escândalo. Este fato pode ter

contribuído para o escândalo de corrupção da operação Lava Jato ter tomado tamanha proporção, visto que seus investigados são essencialmente políticos e empreiteiros influentes.

Ao identificar os repertórios interpretativos mais significativos da *Veja* e da *Carta Capital* na construção do escândalo de um esquema de corrupção, observamos que a operação Lava Jato atraiu grande atenção das duas revistas, que, junto com outros veículos, geraram agitação política e midiática, ganhando contornos, assim, de um escândalo, conforme a acepção de Adut (2005). O período analisado compreendeu um ano depois que o esquema veio a público, no entanto, até o encerramento desta dissertação, muitos desdobramentos continuam a perturbar a vida econômica, social e política do país, não havendo pistas suficientes que acenem para um desfecho político e legal em curto prazo. Nesse aspecto, uma questão a ser evidenciada é a função do escândalo de testar as normas sociais de modo a contribuir para sua evolução (DE BLIC; LEMIEUX, 2005), isto é, a existência ou não de uma contradição entre o ideal normativo e as práticas da sociedade brasileira.

Nossa análise identificou uma intensa comunicação pública a respeito de um acontecimento real, e não fictício, que envolve a corrupção, uma prática cujas proporções, em termos de valores e contexto político, nesse caso, causou indignação e revolta. É nesse sentido que Esser e Hartung (2004) chamam a atenção para a função do escândalo de controle social, por esse atuar na forma de sanção, o que ocorreu, no caso em questão, em relação a empresas e políticos envolvidos. Não foi objeto desta dissertação analisar a recepção do público, o que se esperaria ser uma grande indignação coletiva, pois o escândalo revela uma ordem moral interrompida (JACOBSSON; LÖFMARCK, 2008). Essa questão merece uma análise mais aprofundada, dado o modelo institucional de organização política resultante da formação histórico-cultural do país (FAORO, 2001). No entanto, ao analisar as reportagens, vislumbramos a preferência pela satisfação dos interesses da elite administradora do país, quais sejam, os partidos políticos, os políticos e seus súditos, que não cumprem as funções de interesse coletivo.

Nesse entendimento, uma questão que vem à tona é quanto à importância que as normas e valores da sociedade brasileira conferem à corrupção, já que Silva(2013) entende que um escândalo provoca uma discussão pública dos valores e normas, colocando os atores em posição de disputas para resolver conflitos entre ideias e práticas. O que identificamos nos repertórios interpretativos mais significativos é que o escândalo é construído pelos dois veículos não para provocar uma discussão pública sobre valores e normas quanto à corrupção, mas, sim, uma disputa político-partidária, em que o posicionamento de cada um deles revelou,

em um deles (Veja), o destaque à associação do partido do governo ao esquema, e no outro (Carta Capital), a defesa de que não se trata de uma associação exclusiva com esse partido.

Conforme a literatura sobre escândalos, esses surgem quando o acordo tácito entre as partes envolvidas que mantém o assunto em nível sigiloso é quebrado (THOMPSON, 2002), porém, nesse caso, conforme divulgado pelas mídias, a investigação de um caso específico acabou por levar a essa operação, sendo os acordos de delação premiada decorrentes de então. Isso não quer dizer que possamos afirmar que não houve uma intenção na divulgação desse esquema, a partir de um acordo tácito entre interessados políticos na emergência de um escândalo. Assim, o escândalo aqui analisado surgiu de uma denúncia e, ao tornar-se público, adquiriu uma dinâmica própria, assumindo o centro das atenções e, por sua natureza política, ainda que outros acontecimentos e esquemas de corrupção tenham vindo a público, a Operação Lava Jato ainda ocupa lugar de destaque na cobertura da mídia. Era de se esperar que a divulgação desse escândalo iria abalar a reputação de todos os indivíduos envolvidos, implicando ainda em processos judiciais e perda de cargos (THOMPSON, 2002), o que ocorreu em certa medida nesse um ano após sua publicização.

O escândalo político implica que a sua discussão desse é a esfera política, como é o caso da Operação Lava Jato, em que as empresas envolvidas no esquema não têm igual destaque que os políticos e partidos políticos têm, chegando até a mesmo a contribuir para o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef. Um dos efeitos dos escândalos políticos (CASTELLS, 2007) é afetar o processo eleitoral e a tomada de decisão do eleitor, o que é variável, pois pode provocar também indiferenças do público. Nesse caso, a eleição presidencial ocorrida em 2014 foi vencida pela candidata do PT, indicando que o escândalo não influenciou a esse ponto. No entanto, nas eleições municipais de 2016, o PT foi considerado o partido derrotado, em um resultado que pode ser associado ao escândalo. O segundo efeito apontado por Castells (2007) incide na prática da democracia ou ainda, um estímulo com o processo democrático, o que pode ser ilustrado com as reivindicações ocorridas a favor da volta dos militares ao poder, por parte de determinados grupos. E, ainda, pode ser ilustrada a fragilidade da democracia brasileira, o que foi revelada com o próprio processo de *impeachment* desencadeado.

Os repertórios interpretativos mais significativos identificados apontaram que, ao contrário do discurso de independência e apartidarismo que a imprensa muitas vezes alega, a cobertura das duas revistas gera consequências partidárias e eleitoras (AZEVEDO, 2010), influenciando as representações sociais de uma audiência heterogênea. Esses repertórios permitem ainda a construção coletiva de novos sentidos, reproduzindo ideias e, dessa forma,

constroem e difundem as representações sociais criadas sobre o fenômeno, nesse caso, o esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. O escândalo político envolvendo a Petrobrás e outras empresas, como a Odebrecht, implica na aplicação de normas, e, seguindo a abordagem construtivista do escândalo (ADUT, 2004), em que os escândalos são interpretações sociais das transgressões, implica ainda na quebra de confiança dos partidos políticos, políticos e instituições (COBB; TAYLOR, 2015).

Na revista *Veja*, um veículo que se posiciona em oposição ao PT, partido do governo à época, os repertórios evidenciam esse posicionamento: “A Lava-Jato é um Petrolão”; “o PT criou o esquema de corrupção na Petrobras” e “A Lava-Jato é o maior esquema de corrupção da história do país”.

Na revista *Carta Capital*, veículo que se posiciona contrariamente à *Veja*, temos três repertórios que evidenciam essa posição, ora defendendo que a corrupção não é exclusividade do PT, ora atacando que a operação e a mídia “nativa” (direita-conservadora) são instrumentos para atacar o partido de esquerda: “A Lava Jato é um recurso político-eleitoral”; “A corrupção não é exclusiva do PT ou de outro partido” e “A mídia nativa está a serviço dos grandes grupos de poder”.

Uma questão a ser levantada com base nos resultados desta pesquisa refere-se às implicações das representações difundidas por esses repertórios interpretativos, visto sua influência na criação e reprodução de outras representações sociais. Esse escândalo teria potencial para ensejar uma discussão mais ampla na sociedade sobre o processo democrático e sobre a corrupção no país, cujos níveis são alarmantes. Isso não aconteceu, ou seja, os repertórios interpretativos mais significativos das revistas analisadas enfatizam as suas posições ideológicas, e, mesmo que o escândalo tenha sido produzido por uma transgressão real, o veículo que recebe e divulga a notícia constrói o escândalo, influenciando as representações sociais da audiência.

Ao se distanciar da compreensão daquilo que seja considerado corrupção, a mídia analisada não contribui para gerar as mudanças que são necessárias para uma transformação social. O cidadão, quando bem informado sobre aquilo que é ou não corrupção, estaria mais capacitado a gerar discussões e cobrar as autoridades no sentido de realizar uma transformação social em nosso país, capaz de iniciar a limpeza da corrupção de nossa cultura.

Diante dessas considerações, entendemos que outras implicações decorrem da atuação da mídia na difusão de escândalos, que assinalamos como contribuições principais desta pesquisa. Primeiro, tratam-se de contribuições para as organizações e gestão, que, nesta dissertação, são os partidos políticos as organizações em destaque. No entanto, nossas

contribuições são extensivas às outras organizações envolvidas, como as empreiteiras e outras. As organizações envolvidas em um escândalo político por terem cometido uma transgressão real, como é o caso aqui analisado, são alvo de uma exposição moral cujas reações podem ser de indignação ou de indiferença, sendo assim, os escândalos devem ser vistos como uma oportunidade para esclarecimento, posicionamento ou solidificação moral (JACOBSSON; LÖFMARCK, 2008). Nesse sentido, esperam-se dos gestores que esses se posicionem assumindo a sua real participação na transgressão, contribuindo para um debate social sobre a corrupção no Brasil. Ademais, ajuda a descortinar o pedestal em que a imprensa é colocada por grande parte das organizações.

No campo teórico, ao colocar dois eixos teóricos, escândalos e corrupção, para analisar de que modo dois veículos constroem um escândalo de corrupção, ultrapassamos as fronteiras de pesquisas midiáticas para trazer contribuições ao campo dos estudos organizacionais, visto que os repertórios interpretativos influenciam as representações da audiência, que, nesse campo de estudos, é um objeto recorrente nas pesquisas que relacionam poder, ideologia e organizações. Ao indicar os repertórios interpretativos mais significativos, mostramos como a mídia pode influenciar a luta pelas configurações de poder, pela gestão e pela imposição da opinião pública.

Após esta discussão dos resultados, com as principais perspectivas teóricas e componentes dos escândalos identificadas nas reportagens, no capítulo seguinte, abordaremos as considerações finais desta dissertação, bem como as principais contribuições deste estudo, as suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui um problema crônico de corrupção, que causa diversas consequências negativas para a sociedade brasileira. A operação Lava Jato revelou mais um capítulo dessa história, em que aqueles que são empossados pelo povo para agir em benefício comum, desvirtuam suas funções visando o benefício próprio. A operação, que começou investigando doleiros que atuavam em Curitiba, tomou proporções inesperadas, descobrindo um grande esquema de corrupção operado dentro da Petrobras.

Nesta dissertação, nos propomos a responder à seguinte questão: Quais são os repertórios interpretativos da mídia analisada sobre os escândalos de corrupção no caso da operação Lava Jato, considerando o primeiro ano após a deflagração da operação? O período considerado para a análise foi de 26 de março de 2014 à 26 de março de 2015. Escolhemos analisar duas revistas semanais de circulação nacional com ideologias distintas, a revista Veja e a revista Carta Capital.

A partir dessa questão de pesquisa, temos o objetivo geral desta dissertação, que foi identificar e analisar discursivamente os repertórios interpretativos da mídia sobre os escândalos de corrupção no caso da operação Lava Jato, no primeiro ano após a sua deflagração. Em resposta a este objetivo, identificamos três principais repertórios em cada uma das revistas analisadas, a partir da leitura e análise de 114 reportagens, totalizando 429 páginas entres textos e figuras.

Na revista Veja, primeiramente temos o repertório que busca aproximar o escândalo da Petrobras com o escândalo do mensalão, tratando assim o escândalo pelo termo Petrolão. Esta caracterização do escândalo pela revista evidencia a sua posição de que o governo PT foi o principal responsável pelo escândalo dentro da estatal, uma vez que este mesmo partido foi quem orquestrou o mensalão. Um segundo repertório da revista Veja é que o PT foi o mentor do esquema e o maior beneficiado com o dinheiro desviado, reforçando o posicionamento oposicionista da revista. E por fim temos o repertório de que, para a revista Veja, o escândalo investigado pela operação Lava-Jato é o maior esquema de corrupção da história do nosso país.

Já para a revista Carta Capital, o primeiro repertório interpretativo utilizado pelo seu editorial é a crítica ao uso político-eleitoral da operação, pois isto poderia vir a prejudicar o andamento das investigações. A revista ainda faz uma crítica a antecipação de veiculação de uma edição da revista Veja nas vésperas do segundo turno, no intuito de influenciar o eleitorado contra o PT. Fato é que o escândalo de corrupção divulgado pela mídia no ano

eleitoral não foi capaz de afetar o resultado nas urnas, visto que a candidata do partido da situação à reeleição saiu vitoriosa das eleições. Este resultado corrobora o estudo de Rennó (2007), que identificou que os escândalos revelados no governo Lula não foram suficientes para punir o candidato nas urnas, que também foi reeleito em 2006, prevalecendo outros fatores como economia e questões partidárias.

O segundo repertório identificado na revista Carta Capital é de que a corrupção é um mal antigo e crônico em nosso país, não sendo criação nem exclusividade do PT ou de qualquer outro partido. E o terceiro repertório encontrado mostra um rompimento da revista Carta Capital com a mídia tradicional, chamada de mídia nativa, que segundo as reportagens analisadas estaria a favor dos grandes grupos de poder. Neste repertório identificamos críticas a grandes grupos de comunicação do país, como a própria revista Veja do grupo Abril, que faria parte da mídia nativa citada pela revista.

Os repertórios interpretativos identificados nas revistas Veja e Carta Capital, ao serem levados ao grande público através das reportagens, contribuem para a construção das representações sociais acerca do esquema de corrupção descoberto pela operação Lava Jato, uma vez que, conforme afirmam Santos, Neto e Souza (2011), é através da comunicação que as representações são construídas. A cada nova reportagem e novos fatos divulgados, as representações existentes podem ser modificadas, e novas representações são construídas e difundidas.

Também foi possível identificar as perspectivas teóricas sobre a corrupção, bem como os componentes que formam o escândalo que abordamos em nosso referencial teórico. O escândalo da operação Lava Jato está em constante construção e reconstrução, já que a cada nova fase, novas transgressões são descobertas, tornadas públicas, causando reações do público e consequências para os envolvidos. Estas perspectivas e componentes nos ajudam a compreender os repertórios interpretativos identificados em cada uma das revistas, auxiliando a responder os objetivos específicos desta dissertação.

Nosso primeiro objetivo específico foi mapear a cobertura midiática dos escândalos de corrupção da operação Lava Jato, o que foi atingido através da pesquisa feita nas edições online das duas revistas escolhidas para análise, o que resultou em um corpus de pesquisa formado por 114 reportagens de ambas as revistas, totalizando 429 páginas que foram lidas e analisadas.

Como segundo objetivo específico tínhamos compreender o contexto sócio-econômico-político em que o esquema de corrupção ocorreu. Primeiramente temos que levar em conta que a formação do Estado Brasileiro e suas raízes culturais, dentre elas o

patrimonialismo, contribuíram para a cultura de corrupção e impunidade instaurada em nosso país. Identificamos que a deflagração da operação ocorreu em um contexto em que tínhamos a realização da Copa do Mundo de Futebol, eleições para o executivo e legislativo federal e estadual, além de um início de crise econômica após anos de estabilidade. Esses acontecimentos citados podem ter afetado a cobertura da mídia no período inicial do escândalo.

Nosso terceiro objetivo específico foi identificar padrões e similaridades nas imagens, metáforas e expressões utilizadas pela mídia na construção e reconstrução dos escândalos. Este objetivo contribuiu para atingirmos o objetivo geral da dissertação, visto que os padrões e similaridades encontrados nas duas revistas formaram os repertórios interpretativos de cada uma delas. Outro ponto de destaque é que também identificamos um elemento comum entre os dois editoriais, que foi o grande uso de figuras de linguagem em suas reportagens, com destaque para a ironia.

O quarto e último objetivo específico foi analisar de que modo os repertórios identificados são utilizados, para quê e o contexto em que foram produzidos. Ficou claro que os repertórios da revista *Veja* foram utilizados no intuito de fazer oposição frente ao governo do partido de situação, o PT. Já os repertórios da revista *Carta Capital* buscaram demonstrar que a corrupção é um mal geral de todos os partidos, e que a mídia deveria apenas informar o leitor, e não tentar influenciar em favor de determinado partido ou outro.

As pesquisas sobre a temática da corrupção, que por muito tempo foram negligenciadas no campo dos estudos organizacionais, vem ganhando espaço e tendo a sua importância reconhecida nesse campo. O presente estudo contribui para a gestão das organizações privadas e públicas, uma vez que oferece aos gestores conhecimento sobre o modo como os escândalos de corrupção são tratados por duas linhas editoriais com ideologias diferentes.

Ao entender como a mídia trabalha os escândalos de corrupção, os gestores adquirem embasamento para que possam analisar o impacto dos escândalos de corrupção na imagem das organizações, e assim podem se posicionar e traçar estratégias de defesa para utilizarem caso a sua organização seja alvo de um escândalo de corrupção. Através da reflexão sobre a sistemática do esquema analisado, gestores públicos e executivos podem identificar oportunidades para o desenvolvimento de políticas, regulamentações e modelos que permitam combater a corrupção e evitar que esses escândalos afetem suas organizações.

Outra contribuição no âmbito da gestão é para os partidos políticos que, como organizações que são, devem estar preparados para lidar com a produção dos escândalos pela

mídia, já que são os principais afetados (juntamente com seus membros) pelos efeitos negativos da repercussão dos escândalos políticos. Os partidos políticos podem valer-se dos resultados desta pesquisa pois, conhecendo como se dá esse processo, é possível traçar estratégias de defesa para possíveis ataques falsos que venham a afetar a imagem do partido e de seus membros.

Ao discutir os resultados desta dissertação, potencializamos a compreensão do modo como os crimes de corrupção são praticados e dos prejuízos causados à sociedade pelas condutas ilícitas praticadas pelas organizações e por seus membros. Ademais, possibilita aos leitores que conheçam os repertórios interpretativos que são utilizados por duas linhas editoriais ideologicamente distintas a respeito de um mesmo tema, induzindo o pensamento crítico e a reflexão sobre o modo como a mídia trabalha a construção dos escândalos de corrupção.

Apesar do pouco tempo em que a esquerda brasileira permaneceu no poder, pois se analisarmos a história dos governos no Brasil a absoluta maioria foi composta por partidos considerados de direita, parte da mídia entende que existia um projeto de poder por parte desta esquerda, e por este motivo o governo deveria ser destituído.

Não existe posicionamento certo ou errado entre as duas visões da mídia analisada, mas, sim, linhas de raciocínio diferentes entre si. Nós, autores, temos as nossas posições políticas e ideológicas, mas buscamos nos abster de opiniões pessoais e não tomar partido do posicionamento de uma revista ou de outra, no intuito de realizar uma análise de maneira imparcial.

Como limitações deste estudo temos o período de análise, que foi apenas o primeiro ano após a deflagração da operação Lava Jato, visto que essa ainda não foi concluída e continua produzindo resultados, mesmo estando quase completando três anos de investigações. Além disso, os resultados aqui apresentados são baseados nas percepções de seus autores, o que poderia ser analisado e interpretado de maneira diferente por outras pessoas.

A temática da corrupção, dentro dos estudos organizacionais, tem um amplo e rico campo a ser explorado. Considerando as lacunas encontradas e as contribuições potenciais desta dissertação, sugerimos uma agenda de pesquisa que considerem: a análise da audiência, o que poderia ser feito por meio de uma pesquisa realizada nas redes sociais e comentários de internautas postados nas reportagens veiculadas; os silêncios da mídia, ou seja, fatos referentes à operação que não tiveram a atenção da mídia, uma vez que mais importante do que expor os fatos narrados é aquilo que está oculto do grande público, por interesses

diversos; as consequências e custos para as empresas envolvidas, o que sugerimos ser realizado após o desfecho de cada fase da Operação ou ao seu final; e a análise das possibilidades de associação entre cultura nacional e corrupção. Como outras sugestões para pesquisas futuras, podemos indicar a pesquisa em um outro momento da operação Lava Jato, que não o primeiro ano de sua deflagração, como, por exemplo, em um período que não seja eleitoral e não aconteçam grandes eventos que tenham atraído a atenção da mídia em geral, diferentemente do que aconteceu no ano de 2014, quando ocorreu grande parte do corpus de pesquisa analisado. Ainda, a análise em tipos de mídia diferentes das revistas, como jornais, televisão, e as redes sociais, um veículo com características peculiares no Brasil. Por fim, indicamos a pesquisa em outros escândalos de corrupção que não a operação Lava Jato, como, por exemplo, a operação Zelotes, que poderiam ser comparados com a operação Lava Jato e identificadas as semelhanças e diferenças na construção do escândalo em operações diferentes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADUT, A. Scandal as Norm Entrepreneurship Strategy: Corruption and the French Investigating Magistrates. **Theory and Society**, Dordrecht, v. 33, n. 5, p. 109–130, Oct. 2004.

_____. A Theory of Scandal: Victorians, Homosexuality, and the Fall of Oscar Wilde. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 111, n.1, p. 213–248, July 2005.

_____. **On scandal**. Moral Disturbances in Society, Politics, and Art. New York: Cambridge University Press, 2008.

AGOSTINI, R. Risco de corrupção é maior em alguns setores no mundo, diz especialista. Mercado. **Folha de S.Paulo**. 22/09/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1684692-risco-de-corrupcao-e-maior-em-alguns-setores-no-mundo-diz-especialista.shtml>Acesso em> 10 out.2015.

ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n.17, p.111-125, jun./dez. 2001.

A MARCA da ruína vai ficar. **Veja**, São Paulo, edição 2368, ano 47, nº15, p.52-53, 09 abr. 2014.

AMORIM NETO, O. ; COELHO, C. F. Brasil en el 2007: El desencuentro entre la economía y la política. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 28, n.1, p. 81-102, 2008.

AMUNDSEN, I. **Political Corruption: an introduction to the issues**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 1999.

ANDERSEN, M. D. Narrating the Mensalão Case : Configurations of Corruption. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 197-234, mar. 2015. Disponível em: <<http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/bras/article/view/8952/18136>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

ANDRIOLI, A. I. . Causas estruturais da corrupção no Brasil. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 64, p. 1-7, 2006. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/064/64andrioli.htm>>. Acesso em 07 dez. 2015.

ANER. **Circulação**. Revistas Semanais.2015. Disponível em: <http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>. Acesso em: 17 mar.2016.

ANJ. **Maiores jornais do Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 17 mar.2016.

ASSINE ABRIL. **Veja**. Disponível em: <<https://www.assine.abril.com.br/portal/revista!initrevista.action?codprojeto=901&codcampanha=fcq0&codcategoria=32>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

A VEZ dos políticos. **Carta Capital**, São Paulo, edição 828, ano 20, nº 828, p.28-29, 03 dez. 2014.

AZELAMA, J. U. **Public enterprises management in Nigeria**. Benin-City, Nigeria: Ambik Press, 2002.

AZEVEDO, F. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p 14-19, mar. 2010.

BARROS, M. Esperando Janot. **Veja**, São Paulo, edição 2414, ano 48, nº 8, p.48-51, 25 fev. 2015.

BARROS, M; HISAYASU, A. Marcha em descompasso. **Veja**, São Paulo, edição 2401, ano 47, nº 48, p.69-72, 26 nov. 2014.

BARROCAL, A. Oportunista é inútil. **Carta Capital**, São Paulo, edição 817, ano 20, nº 817, p.22-26, 17 set. 2014a.

_____. Cavalo de Troia. **Carta Capital**, São Paulo, edição 827, ano 20, nº 827, p.28-31, 26 nov. 2014b.

_____. Ninguém apeia Kátia. **Carta Capital**, São Paulo, edição 829, ano 20, nº 829, p.32-35, 10 dez. 2014c.

_____. Trégua, com ressalvas. **Carta Capital**, São Paulo, edição 830, ano 20, nº 830, p.38-40, 17 dez. 2014d.

_____. Empresário da política. **Carta Capital**, São Paulo, edição 835, ano 21, nº 835, p.34-38, 04 fev. 2015a.

_____. Circo em chamas. **Carta Capital**, São Paulo, edição 836, ano 21, nº 836, p.20-26, 11 fev. 2015b.

_____. A classe C sai do paraíso. **Carta Capital**, São Paulo, edição 841, ano 21, nº 841, p.18-23, 18 mar. 2015c.

_____. Começar de novo? **Carta Capital**, São Paulo, edição 842, ano 21, nº 842, p.14-17, 25 mar. 2015d.

BARROCAL, A; SERAPIÃO, F. O doleiro ecumênico. **Carta Capital**, São Paulo, edição 795, ano 20, nº 795, p.34, 16 abr. 2014a.

_____. O pagador de propina. **Carta Capital**, São Paulo, edição 796, ano 20, nº 796, p.20-25, 23 abr. 2014b.

BATABYAL, S.; CHOWDHURY, A. Curbing corruption, financial development and income inequality. **Progress in Development Studies**, [S.l.], v. 15, v. 1, p. 49–72, Jan. 2015.

BBC. **Panama Papers**: vazamento de milhões de documentos revela paraísos fiscais de ricos e poderosos., 03 abr. 2016. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160402_documentos_panama_rb>.

Acesso em 10 abr. 2016a.

_____. **Panama Papers:** como o escândalo chega ao Brasil e à América Latina., 05 abr.2016. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160405_panama_papers_america_latina_1ab>. Acesso em 10 abr.2016b.

BOMFIM, I. Latinidade: a América Latina pelas páginas de Veja e Carta Capital. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, 2009. Disponível em:
<<http://www.bocc.uff.br/pag/bomfim-ivan-latinidade.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2016.

BONIN, R. O plano era enriquecer. **Veja**, São Paulo, edição 2368, ano 47, nº 15, p.54-59, 09 abr. 2014a.

_____. No Escurinho do plenário. **Veja**, São Paulo, edição 2377, ano 47, nº 24, p.62-63, 11 jun. 2014b.

_____. “Nunca tinha visto tanto dinheiro”. **Veja**, São Paulo, edição 2386, ano 47, nº 33, p.54-61, 13 ago. 2014c.

_____. Contadora é ameaçada. **Veja**, São Paulo, edição 2390, ano 47, nº 37, p.70-73, 10 set. 2014d.

_____. O PT sob chantagem. **Veja**, São Paulo, edição 2391, ano 47, nº 38, p.64-70, 17 set. 2014e.

_____. O cofre de pandora. **Veja**, São Paulo, edição 2394, ano 47, nº 41, p.86-89, 08 out. 2014f.

_____. Youseff: “O planalto sabia de tudo!” Delegado: “Quem do planalto?” Youseff: “Lula e Dilma”. **Veja**, São Paulo, edição 2397, ano 47, nº 44, p.58-65, 29 out. 2014g.

_____. Delivery internacional. **Veja**, São Paulo, edição 2406, ano 47, nº 53, p.48-51, 31 dez. 2014h.

_____. Arthur Lira ou Arthur Cesar? **Veja**, São Paulo, edição 2414, ano 48, nº 8, p.50-51, 25 fev. 2015a.

_____. Um outro personagem. **Veja**, São Paulo, edição 2415, ano 48, nº 9, p.57, 04 mar. 2015b.

_____. É só seguir o dinheiro. **Veja**, São Paulo, edição 2416, ano 48, nº 10, p.54-55, 11 mar. 2015c.

_____. Adivinhe quem vai pagar. **Veja**, São Paulo, edição 2418, ano 48, nº 12, p.62, 25 mar. 2015d.

BONIN, R; HISAYASU, A. O PT treme de novo. **Veja**, São Paulo, edição 2403, ano 47, nº 50, p.62-69, 10 dez. 2014.

BONIN, R; MARQUES, H. Propina em domicílio. **Veja**, São Paulo, edição 2404, ano 47, nº 51, p.60-68, 17 dez. 2014.

BONIN, R; MEGALE, B; RANGEL, R. Todos contra todos. **Veja**, São Paulo, edição 2411, ano 48, nº 5, p.40-47, 04 fev. 2015

BONIN, R; PEREIRA, D. Chantagens e mentiras. **Veja**, São Paulo, edição 2369, ano 47, nº 16, p.72-80, 16 abr. 2014a.

_____. Agora, querem destruir o juiz. **Veja**, São Paulo, edição 2398, ano 47, nº 45, p.62-68, 05 nov. 2014b.

_____. O homem da mochila. **Veja**, São Paulo, edição 2412, ano 48, nº 6, p.46-53, 11 fev. 2015a.

_____. “O chefe da polícia pelo telefone mandou avisar...”. **Veja**, São Paulo, edição 2413, ano 48, nº 7, p.40-41, 18 fev. 2015b.

_____. O que ele sabe é dinamite pura. **Veja**, São Paulo, edição 2414, ano 48, nº 8, p.38-47, 25 fev. 2015c.

BORGES DE FREITAS, A. Traços culturais para uma análise organizacional. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRADERCO conclui compra do HSBC e paga R\$ 16 bilhões. **G1. Economia** Negócios. 01.07.2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/07/braderco-paga-r-16-bilhoes-e-conclui-compra-do-hsbc-brasil.html>. Acesso em: 10 out.2016.

BRASIL DE FATO. 2015. **A divulgação seletiva de escândalos**. 28 mai. 2015. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/32144>. Acesso em: 12/03/2016

BREI, Z. A. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 30, n. 1, p. 64-77, jan. 1996.

BREIT, E. On the (re)construction of corruption in the media: A critical discursive approach. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, vol. 92, n. 4, p. 619-635, Mar. 2010.

BUDAK, J.; RAJH, E. Corruption as an Obstacle for Doing Business in the Western Balkans: A Business Sector Perspective. **International Small Business Journal**, Cheshire, v. 32, n. 2, p. 140-157, March 2014

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Tradução livre do prof. Wellington Martins, EA/UFBa. London: Heinemann, 1979.

CAMAJ, L. The media's role in fighting corruption: Media effects on governmental accountability. **International Journal of Press and Politics**, [S.l.]v. 18, n. 1, p. 21-42, Jan. 2013.

CAMPANTE, R. G. Patrimonialismo em Faoro e Weber. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, n.º 1, p. 153-93, 2003.

CARRARO, A.; MENEZES, G. R.; CANEVER, M. D.; FERNANDEZ, R. N. Formação de empresas e corrupção: uma análise para os estados brasileiros. **Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC / SUL**, Florianópolis, p. 1-17, jun, 2011.

CARTA CAPITAL. **Carta capital**. Disponível em:
<<http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CARTA CAPITAL. **Operação Zelotes envolve bancos, grandes empreiteiras e afiliada da Globo.**, mar. 2015. Disponível em:<
<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/operacao-zelotes-envolve-bancos-grandes-empresas-e-afiliada-da-globo-6208.html>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

CARTA, M. As mãos sujas. **Carta Capital**, São Paulo, edição 827, ano 20, nº 827, p.16, 26 nov. 2014.

_____. Ainda dá tempo?. **Carta Capital**, São Paulo, edição 836, ano 21, nº 836, p.25, 11 fev. 2015a.

_____. A cretinização em marcha. **Carta Capital**, São Paulo, edição 840, ano 21, nº 840, p.14, 11 mar. 2015b.

_____. O país insensato. **Carta Capital**, São Paulo, edição 841, ano 21, nº 841, p.14, 18 mar. 2015c.

CARTA, M; LIRIO, S. A Petrobras não é uma bodega. **Carta Capital**, São Paulo, edição 832, ano 21, nº 832, p.20-23, 14 jan. 2015.

CASTELLS, M. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. **International Journal of Communication**, Los Angeles, v. 1 , p. 238-266, 2007.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CHAIA, V.; TEIXEIRA, M. A. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 62-75, 2001.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. **RAE - eletrônica**. São Paulo. Vol. 4, n. 1, p.1-18, jan./jun. 2005.

CEOLIN, A. Para que duas? **Veja**, São Paulo, edição 2372, ano 47, nº 19, p.65, 07 mai. 2014.

CEOLIN,A; RANGEL, R. Do palácio ao petrolão. **Veja**, São Paulo, edição 2410, ano 48, nº 4, p.42-47, 28 jan. 2015.

CERVERÓ na cadeia. **Carta Capital**, São Paulo, edição 833, ano 21, nº 833, p.33, 21 jan. 2015.

COIMBRA, M. A Petrobras e a opinião pública. **Carta Capital**, São Paulo, edição 831, ano 20, nº 831, p.15, 31 dez. 2014.

COBB, M. D.; TAYLOR, A. J. An Absence of Malice: The Limited Utility of Campaigning Against Party Corruption. **American Politics Research**, [S.l.] v. 43, n. 6, p. 923 –951, Nov. 2015.

CORREA, A. M. H. et al. Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v.11, n.2, p. 191-211, 2007.

CORREIO BRASILIENSE. **Condenações da operação lava-jato somam 680 anos.** Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasil-economia/63,65,63,14/2015/12/07/internas_polbraeco,509619/condenacoes-da-operacao-lava-jato-somam-680-anos.shtml>. Acesso em: 08 dez. 2015.

COSTA, L.M. Battling Corruption through CSR Codes in Emerging Markets: Oil and Gas Industry. **RAE eletrônica** [online], São Paulo, vol.7, n. 1, pp. 0-0, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482008000100009&script=sci_arttext>. Acesso em 09 dez. 2015.

COSTAS, R.. **Escândalo da petrobras 'engoliu 2,5% da economia em 2015'**, 2 dez.2015 Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_lavajato_ru>. Acesso em: 08 dez. 2015.

DIAS, M. A vez dos corruptores. **Carta Capital**, São Paulo, edição 827, ano 20, nº 827, p.14, 26 nov. 2014.

_____. Alienígenas à vista. **Carta Capital**, São Paulo, edição 839, ano 21, nº 839, p.12, 04 mar. 2015a.

_____. As duas faces de Moro. **Carta Capital**, São Paulo, edição 838, ano 21, nº 838, p.12, 25 fev. 2015b.

_____. C, de Cangaço. **Carta Capital**, São Paulo, edição 841, ano 21, nº 841, p.12, 18 mar. 2015c.

DINIZ, A. P.; CARRIERI, A. P.; BARROS, A. N. Invisibilidade social e trabalho noturno: reflexões a partir de representações sociais de garçons. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v.14, n.1, 2013.

DRUMMOND, C. Dupla condição: Petrobras, vítima ou culpada? **Carta Capital**, São Paulo, edição 827, ano 20, nº 827, p.24-25, 26 nov. 2014.

_____. Em plena tempestade. **Carta Capital**, São Paulo, edição 832, ano 21, nº 832, p.16-18, 14 jan. 2015a.

_____. Ajuste com cara de arrocho. **Carta Capital**, São Paulo, edição 835, ano 21, nº 835, p.28-31, 04 fev. 2015b.

_____. Combustível na reserva. **Carta Capital**, São Paulo, edição 837, ano 21, nº 837, p.34-36, 18 fev. 2015c.

_____. Impasse no abismo. **Carta Capital**, São Paulo, edição 839, ano 21, nº 839, p.18-25, 04 mar. 2015d.

_____. A redução de peso. **Carta Capital**, São Paulo, edição 840, ano 21, nº 840, p.36-37, 11 mar. 2015e.

ESSER, F.; HARTUNG, U. Nazis, Pollution, and no Sex: Political Scandals as a Reflection of Political Culture in Germany. **American Behavioral Scientist**, Princeton, v. 47, n. 8, p. 1040-1071, Apr. 2004.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. revista. São Paulo: Globo, 2001.

FEITIÇOS e feiticeiros. **Veja**, São Paulo, edição 2413, ano 48, nº 7, p.42-49, 18 fev. 2015.

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O espaço dos indesejáveis. A circularidade da representação de estigma em um centro comercial de Porto Alegre. **Civitas**, Porto Alegre, v.12, n. 3, set/dez 2012.

FILGUEIRAS, F. A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas. **Cadernos Cedex**, Juiz de Fora, nº 5, p.1-29, maio 2006.

_____. Marcos teóricos para o estudo da corrupção. In: AVRITZER, L. et al. **Corrupção: ensaios e crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.353-362.

_____. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 386-421, nov. 2009.

FISCHER, R. *et al.* Culture of Corruption? The Effects of Priming Corruption Images in a High Corruption Context. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, Newbury Park, v. 45, n. 10, p. 1594 –1605, Oct. 2014.

FLORENTINO, R. Saindo de cena: Parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 16, v. 30, pp. 45-63, jun. 2008.

GASPAR, M. Um novo elo no petrolão. **Veja**, São Paulo, edição 2403, ano 47, nº 50, p.70, 10 dez. 2014a.

_____. Professores do crime. **Veja**, São Paulo, edição 2404, ano 47, nº 51, p.70-72, 17 dez. 2014b.

_____. A cifra que desafia Bendine. **Veja**, São Paulo, edição 2413, ano 48, nº 7, p.52-55, 18 fev. 2015.

GASPAR, M; RANGEL, R. Ninguém desconfiou? **Veja**, São Paulo, edição 2391, ano 47, nº 38, p.72-73, 17 set. 2014.

G1. **Entenda a Operação Zelotes**. Fe.2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/entenda-operacao-zelotes.html>>. Acesso em 01/03/2016.

GARDINER, J. A. Defining Corruption. In: HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M. (Ed.). **Political corruption: concepts and contexts**, 3rd. ed. London: Transaction Publishers, 2005, p. 25-40.

GILL, R.. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 30-36, jan./fev. 1995.

GOMES, J. V. L. Corrupção em perspectivas teóricas. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 5, n. 1 e 2, p. 21-33, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/issue/view/257/showToc>. Acesso em 10 dez. 2015.

GRUPO ABRIL. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/pt/quem-somos/historia>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

HASSID J.; BRASS J.N. Scandals, Media and Good Governance in China and Kenya . **Journal of Asian and African Studies**, Leiden, v. 50, n.3, p. 325-342, 2015.

HEIDENHEIMER, A. J. **Political corruption readings in comparative analysis**, New Brunswick: Transaction Books, 1970.

_____. Perspectives on the Perception of Corruption, in HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M.; LEVINE, V. T. **Political Corruption: A Handbook**, New Brunswick: Transaction Books, 1989, p. 149-163.

HISAYASU, A. A vez de Belo Monte. **Veja**, São Paulo, edição 2416, ano 48, nº 10, p.56-57, 11 mar. 2015.

HISAYASU, A; MEGALE, B. Racha no clube do bilhão. **Veja**, São Paulo, edição 2406, ano 47, nº 53, p.52-53, 31 dez. 2014.

HISAYASU, A; RANGEL, R. O consultor do esquema. **Veja**, São Paulo, edição 2413, ano 48, nº 7, p.50-51, 18 fev. 2015.

HISAYASU, A; ZALIS, P. Até agora, ele ganhou quase tudo. **Veja**, São Paulo, edição 2411, ano 48, nº 5, p.48-49, 04 fev. 2015.

HODGKINSON, P. The sociology of corruption –some themes and issues. **Sociology**, v. 31, n. 1, p. 17-35, Feb. 1997.

HOLOFOTES desligados. **Carta Capital**, São Paulo, edição 836, ano 21, nº 836, p.36-37, 11 fev. 2015.

HUNTINGTON, S. P. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. São Paulo: Ed. USP. 1975.

IJEWEREME, O. B. Anatomy of Corruption in the Nigerian Public Sector: Theoretical Perspectives and Some Empirical Explanations. **Sage Open**, [S.l.], v.5 , n. 2, p. 1–16, Apr./June 2015.

JACOBSSON, K.; LÖFMARCK, E. A Sociology of Scandal and Moral Transgression The Swedish ‘Nannygate’ Scandal. **Acta Sociologica**, Oslo, v. 51, n. 3, p. 203–216, 2008.

JODELET, D.: **Représentations sociales: un domaine en expansion**. In JODELET, D. (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, p. 31-61, 1989.

_____. **Representações sociais: um domínio em expansão.** In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p.17-44, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais.** IN: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org). *Psicologia Social: textos em Representações Sociais.* Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

KHAN, M. H. A Typology of Corrupt Transactions in Developing Countries. **IDS Bulletin**, Brighton, v. 27, n.2. Apr. 1996.

LAMBSDORFF, J. G. Causes and consequences of corruption: What do we know from a cross-section of countries? In: ROSE-ACKERMAN, S. **International Handbook on the economics of corruption**, Northampton: Edward Elgar Publish, p. 3-51, 2006.

LIMA, M. **Antropologia do simbólico.** Lisboa: Presença, 1983.

LINSTEAD, S.; MARECHAL, G.; GRIFFIN, R. Theorizing and Researching the Dark Side of Organization. **Organization studies**, Berlin, v. 35, n. 2, p. 165-188, Feb. 2014.

LUZ, N; PETRY, A. O crime não compensa. **Veja**, São Paulo, edição 2401, ano 47, nº 48, p.74-77, 26 nov. 2014.

MAIA, S. O suspeito trabalha ao lado. **Carta Capital**, São Paulo, edição 830, ano 20, nº 830, p.60, 17 dez. 2014.

_____. Tubarões à espreita. **Carta Capital**, São Paulo, edição 841, ano 21, nº 841, p.34-36, 18 mar. 2015.

MAIER, J. The impact of political scandals on political support: An experimental test of two theories. **International Political Science Review**, Guildford, v. 32, n. 3, p. 283-302, June 2011.

MAIEROVITCH, W.F. Mãos limpas e lava jato. **Carta Capital**, São Paulo, edição 829, ano 20, nº 829, p.23, 10 dez. 2014a.

_____. Onde mora a corrupção. **Carta Capital**, São Paulo, edição 830, ano 20, nº 830, p.41, 17 dez. 2014b.

_____. Juízo Final. **Carta Capital**, São Paulo, edição 831, ano 20, nº 831, p.14, 31 dez. 2014c.

_____. Choro e ranger de dentes. **Carta Capital**, São Paulo, edição 841, ano 21, nº 841, p.17, 18 mar. 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, H. O melhor consultor do mundo. **Veja**, São Paulo, edição 2418, ano 48, nº 12, p.64-65, 25 mar. 2015.

MARQUES, H; PEREIRA, D. Um novo fenômeno. **Veja**, São Paulo, edição 2415, ano 48, nº 9, p.50-56, 04 mar. 2015.

MARQUES, H; RANGEL, R. O objetivo é o caixa dois. **Veja**, São Paulo, edição 2369, ano 47, nº 16, p.66-71, 16 abr. 2014a.

_____. O golpe no clube do bilhão. **Veja**, São Paulo, edição 2400, ano 47, nº 47, p.54-58, 19 nov. 2014b.

_____. De: Paulo Roberto Para: Dilma Rousseff. **Veja**, São Paulo, edição 2401, ano 47, nº 48, p.58-65, 26 nov. 2014c.

MARTINS, J. A. **Corrupção**. São Paulo: Globo, 2008.

MARTINS, R. Cabeça de leão, patas de bode. **Carta Capital**, São Paulo, edição 838, ano 21, nº 838, p.34-35, 25 fev. 2015a.

_____. Congresso, codinome crise. **Carta Capital**, São Paulo, edição 840, ano 21, nº 840, p.18-22, 11 mar. 2015b.

MEGALE, B. A pão e água Evian. **Veja**, São Paulo, edição 2401, ano 47, nº 48, p.72-73, 26 nov. 2014.

MELO, F. L. N. B.; SAMPAIO, L. M. B.; OLIVEIRA, R. L. Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros . **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 19, n. 3, p. 374-397, mai./jun. 2015.

MENEGHETTI, F. K. **Imaginário e Poder**: Dinâmica dos Grupos Ligados a uma Organização de Futebol. 2002. 346f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

MPF COMBATE À CORRUPÇÃO. 2015 **Caso lava jato**. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. 2016. **A Lava Jato em números**. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/resultados/a-lava-jato-em-numeros-1>>. Acesso em 01 abr. 2016.

MORGAN, GARETH. **Imagens da Organização**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORIS, S. D.; KLESNER, J. L. Corruption and Trust: Theoretical Considerations and Evidence From Mexico. **Comparative Political Studies**, Beverly Hills, v. 43, n.10, p. 1258–1285, Oct. 2010.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. **Social representation: explorations in social psychology**. Cambridge: Polity Press, 2000.

_____. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. Traduzido por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NYE, J. S. Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. **American Political Science Review**, Baltimore, v. 61, n. 02, p. 417-427, June 1967.

OBEROI, R. Mapping the Matrix of Corruption: Tracking the Empirical Evidences and Tailoring Responses. **Journal of Asian and African Studies**, Leiden, v. 49, n. 2, p. 187-214, Apr. 2014.

O'CONNOR, S.; FISCHER, R. Predicting Societal Corruption Across Time: Values, Wealth, or Institutions? **Journal of Cross-Cultural Psychology**, Newbury Park, v. 43, n. 4, p. 644–659, May 2012.

OLIVEIRA, M. **Após um ano e meio e 69 sessões, stf conclui julgamento do mensalão.**, mar.2014 Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mentasalao/noticia/2014/03/apos-um-ano-e-meio-e-69-sessoes-stf-conclui-julgamento-do-mentasalao.html>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

O MERCADO retalia. **Carta Capital**, São Paulo, edição 835, ano 21, nº 835, p.18, 04 fev. 2015.

ONU BR. **‘corrupção mundial move 3 trilhões de dólares’, destaca representante da onu em evento em são paulo**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/corruptcao-mundial-move-3-trilhoes-de-dolares-destaca-representante-da-onu-em-evento-sao-paulo/>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

O VETOR. 2014. **MÍDIA & CORRUPÇÃO: Escândalos em série**. Disponível em: <<http://www.ovetor.com.br/portal/midia-corrupcao-escandalos-em-serie/>>. Acesso em: 10/03/2016

PALIFKA, B. Bureaucratic corruption and entrepreneurship in Brazil. **150-mile conference Edinburg**, Texas April 22, 2006.

PEREIRA, D. et al. Tentáculos na saúde. **Veja**, São Paulo, edição 2366, ano 49, nº 13, p.44-51, 26 mar. 2014a.

_____. Os milionários da Petrobras. **Veja**, São Paulo, edição 2401, ano 47, nº 48, p.66-68, 26 nov. 2014b.

PETRY, A. Descompasso de espera. **Veja**, São Paulo, edição 2403, ano 47, nº 50, p.84-85, 10 dez. 2014.

_____. Certezas sem base. **Veja**, São Paulo, edição 2416, ano 48, nº 10, p.58-59, 11 mar. 2015.

PILLAY, S.; DORASAMY, N. Linking cultural dimensions with the nature of corruption: An institutional theory perspective. **International Journal of Cross Cultural Management**, Dorchester, v. 10, n. 3, p. 363–378, Dec. 2010.

POWER, T. J.; GONZÁLES, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 51-69, nov. 2003.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and Social Psychology**. London: Sage, 1987.

PRADO, T. É dele, sim. **Veja**, São Paulo, edição 2409, ano 48, nº 3, p.48-51, 21 jan. 2015a.

_____. Vigiar e Punir. **Veja**, São Paulo, edição 2412, ano 48, nº 6, p.54-55, 11 fev. 2015b.

_____. Não eram dele. **Veja**, São Paulo, edição 2416, ano 48, nº 10, p.60-61, 11 mar. 2015c.

PUGLISI, R.; SNYDER, J. Newspaper Coverage of Political Scandals. **The Journal of Politics**, Austin, v. 73, n. 3, p. 931-950, July 2011.

RANGEL, M. **A pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas socioeducacionais**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

RANGEL, R. O clube dos corruptos. **Veja**, São Paulo, edição 2368, ano 47, nº 15, p.60-63, 09 abr. 2014a.

_____. Delivery de dinheiro. **Veja**, São Paulo, edição 2370, ano 47, nº 17, p.46-49, 23 abr. 2014b.

_____. Os nobres clientes do doleiro. **Veja**, São Paulo, edição 2375, ano 47, nº 22, p.56-61, 28 mai. 2014c.

_____. Sindicato do crime. **Veja**, São Paulo, edição 2376, ano 47, nº 23, p.70-71, 04 jun. 2014d.

_____. Os Vips do doleiro. **Veja**, São Paulo, edição 2381, ano 47, nº 28, p.56-57, 09 jul. 2014e.

_____. Revelações de estarrecer. **Veja**, São Paulo, edição 2395, ano 47, nº 42, p.72-76, 15 out. 2014f.

_____. Meio desabafo, meio ameaça. **Veja**, São Paulo, edição 2408, ano 48, nº 2, p.38-43, 14 jan. 2015a.

_____. Nomes sob suspeita. **Veja**, São Paulo, edição 2416, ano 48, nº 10, p.48-53, 11 mar. 2015b.

RENNÓ, L. R. Escândalos e voto: As eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**. Campinas, v. 13, n. 2, pp. 260-282, nov. 2007.

RODRIGUEZ, D. A. Entenda o caso dos vazamentos do HSBC. **CARTA CAPITAL**, fev.2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-caso-dos-vazamentos-do-hsbc-7392.html>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

ROSE-ACKERMAN, S. The Economics of Corruption. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 4, n. 2, p.187-203, Feb. 1975.

_____. **Corruption: A Study in Political Economy**. New York: Academic Press, 1978.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAKATE, M. Abuso 3x1 corrupção. **Veja**, São Paulo, edição 2401, ano 47, nº 48, p.78-79, 26 nov. 2014a.

_____. A Petrobras resistirá à tormenta. **Veja**, São Paulo, edição 2405, ano 47, nº 52, p.48-55, 24 dez. 2014b.

SALLES, D. M. R.; COSTA, I. S. A. Representações do trabalho: estudo sobre confinamento na indústria petrolífera. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 3, p. 230-242, 2013.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 5ª ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, M. de F. de S.; NETO, M. de L. A.; SOUZA, Y. S. de O. Adolescência em revistas: um estudo sobre representações sociais. **Psicologia: teoria e prática**, v. 13, n. 2, p. 103-113, 2011.

SERAPIÃO, F. As barcaças da Transpetro. **Carta Capital**, São Paulo, edição 819, ano 20, nº 819, p.28-31, 01 out. 2014a.

_____. A enésima tentativa. **Carta Capital**, São Paulo, edição 821, ano 20, nº 821, p.28-29, 15 out. 2014b.

_____. A ascensão do doleiro. **Carta Capital**, São Paulo, edição 822, ano 20, nº 822, p.32-35, 22 out. 2014c.

_____. Que a farsa não atrapalhe. **Carta Capital**, São Paulo, edição 824, ano 20, nº 824, p.36-38, 05 nov. 2014d.

_____. A primeira vítima. **Carta Capital**, São Paulo, edição 825, ano 20, nº 825, p.42-43, 12 nov. 2014e.

_____. Juízo final? **Carta Capital**, São Paulo, edição 827, ano 20, nº 827, p.20-27, 26 nov. 2014f.

_____. A planilha de Yousseff. **Carta Capital**, São Paulo, edição 828, ano 20, nº 828, p.24-29, 03 dez. 2014g.

_____. A operação das operações. **Carta Capital**, São Paulo, edição 829, ano 20, nº 829, p.36-39, 10 dez. 2014h.

_____. O rio de lama corre pelo mar. **Carta Capital**, São Paulo, edição 830, ano 20, nº 830, p.24-29, 17 dez. 2014i.

_____. 15 operações em 2015. **Carta Capital**, São Paulo, edição 831, ano 20, nº 831, p.20-22, 31 dez. 2014j.

_____. O resto do iceberg. **Carta Capital**, São Paulo, edição 833, ano 21, nº 833, p.28-33, 21 jan. 2015a.

_____. O monotrilho e a planilha de Yousseff. **Carta Capital**, São Paulo, edição 834, ano 21, nº 834, p.32-34, 28 jan. 2015b.

_____. Retórica defensiva. **Carta Capital**, São Paulo, edição 835, ano 21, nº 835, p.44-45, 04 fev. 2015c.

_____. O cerco ao PT. **Carta Capital**, São Paulo, edição 836, ano 21, nº 836, p.34-37, 11 fev. 2015d.

_____. Sig e seus amigos. **Carta Capital**, São Paulo, edição 841, ano 21, nº 841, p.26-29, 18 mar. 2015e.

_____. A lava jato abre o leque. **Carta Capital**, São Paulo, edição 842, ano 21, nº 842, p.28-32, 25 mar. 2015f.

SILVA, A. R. M. **Quais os custos e os efeitos da corrupção no Brasil?**, 19 out. 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/associacao-nacional-dos-procuradores-da-republica/-corrupcao-efeito-brasil_b_8315806.html>. Acesso em: 03 dez. 2015.

SILVA, M. Corrupção: tentativa de uma definição funcional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 18-23, jan./mar. 1994.

SILVA, P. J. et al. A ação corrupta em uma organização multinacional: uma análise sob a ótica da abordagem construcionista. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 11, n. 6, p. 1-27, nov./dez. 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/40614/25828>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SILVA, T. **A constituição simbólica de um acontecimento – uma análise do processo de individualização do Mensalão**. Belo Horizonte, MG. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 223 p. 2011.

_____. A pesquisa sobre escândalo político: panorama de 10 anos. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 15. N. 3, p. 160-169, set./dez. 2013.

SILVEIRA, D. B. da. **Patrimonialismo e burocracia: uma análise sobre o poder judiciário na formação do estado brasileiro**. 2006. 301 f. Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública** [online], v.9, n.3, p. 300-308, 1993.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 22 – 41. Disponível em: <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 22 – 41.

Disponível em:

<http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

THE PANAMA PAPERS. **Giant Leak of Offshore Financial Records Exposes Global Array of Crime and Corruption**. 03 abr. 2016. Disponível em:

<<https://panamapapers.icij.org/20160403-panama-papers-global-overview.html>>. Acesso em 10 abr. 2016.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. 2015. **What is corruption?** Disponível em:

<<https://www.transparency.org/what-is-corruption>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

_____. 2016. **Corruptions Perceptions Index 2015**. Disponível

em: <<https://www.transparency.org/cpi2015#map-container>> . Acesso em 02 abr. 2016.

THOMPSON, J. B. **Political scandal: Power and visibility in the media age**. Cambridge: Polity Press, 2000.

_____. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes. 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UM DIAGNÓSTICO perfeito. **Veja**, São Paulo, edição 2418, ano 48, nº 12, p.66-67, 25 mar. 2015.